

Outros títulos

- Agacinski, Sylviane, *Política dos Sexos*
Almeida, Miguel Vale de (org.), *Corpo Presente: Treze Reflexões Antropológicas sobre o Corpo*
Bourdieu, Pierre, *A Dominação Masculina*
Cardoso, Adelino, e Maria Luísa Ribeiro Ferreira (orgs.), *Correspondência entre Descartes e a Princesa Elisabeth da Boémia*
Ferreira, Virgínia, Teresa Tavares, and Sílvia Portugal (eds.) [with the collaboration of Graça Abranchese], *Shifting Bonds, Shifting Bounds: Women, Mobility and Citizenship in Europe*
Giddens, Anthony, *Transformações da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas* (2.ª edição)
Goody, Jack, *Família e Casamento na Europa*
Guerreiro, Maria das Dores, *Famílias na Actividade Empresarial: PME em Portugal*
Magalhães, Maria José, *Movimento Feminista e Educação: Portugal, Décadas de 70 e 80*
Rowland, Robert, *População, Família, Sociedade, Portugal, Séculos XIX-XX*
Silva, Maria Cardeira da, *Um Islão Prático: O Quotidiano Feminino em Meio Popular Muçulmano*
Torres, Anália Cardoso, *Ditório em Portugal. Ditos e Interditos: Uma Análise Sociológica*
Valverde, Paulo Jorge, *Máscara, Mato e Morte: Textos Para Uma Etnografia de São Tomé*
Viegas, José Manuel Leite, e Sérgio Faria, *As Mulheres na Política*

ANÁLIA CARDOSO TORRES

SOCIOLOGIA DO CASAMENTO

A FAMÍLIA E A QUESTÃO FEMININA

CELTA EDITORA
OBRAS / 2001

© Anália Cardoso Torres, 2001

Anália Cardoso Torres

Sociologia do Casamento: a Família e a Questão Feminina

Primeira edição: Junho de 2001

Tiragem: 600 exemplares

ISBN: 972-774-080-4

D.L.: 166483//01

Composição (em caracteres Palatino, corpo 10): Celta Editora

Capa: Mário Vaz | Arranjo de Paula Neves

Impressão e acabamentos: Gráfs, CRL, Portugal

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Celta Editora, Lda.

Celta Editora, Rua Vera Cruz, 2B, 2780-305 Oeiras, Portugal

Endereço postal: Apartado 151, 2781-901, Oeiras, Portugal

Tel.: (+351) 214 417 433

Fax: (+351) 214 467 304

E-mail: celtaeditora@mail.telepac.pt

Página: www.celtaeditora.pt

*A igualdade entre os dois sexos só pode tornar-se maior
se a mulher se integrar mais na vida exterior;
mas então como deverá transformar-se a família?
Serão necessárias mudanças profundas,
perante as quais não há talvez forma de recuar,
mas que é necessário prever.*

Émile Durkheim, 1901

ÍNDICE

Introdução	1
1 SOCIOLOGIA DA FAMÍLIA E DO CASAMENTO:	
ALGUNS DEBATES CENTRAIS DO SÉCULO XX	5
Em torno da família conjugal moderna e da questão feminina	5
Durkheim, a família conjugal e o estatuto das mulheres	10
Simmel, a sociologia da família, o casamento e a questão feminina	28
Da instituição ao companheirismo: a proposta de Burgess	34
Parsons e o sacrifício das mulheres casadas	40
Goode: comparação e complexidade	53
Rupturas e fios condutores para o presente	59
2 O CASAMENTO E A QUESTÃO DAS MULHERES:	
PROPOSTAS ACTUAIS	73
Casamento, determinações sociais e sexo	74
Casamento, identidade pessoal e social	88
Casamento, divisão social e sexual do trabalho, género e classe	100
Género e classe	103
Casamento e amor	109
Casamento, dominação masculina e transformações recentes	122
3 CONCLUSÕES	133
Referências bibliográficas	139

1. INTRODUÇÃO

2. O CASAMENTO E A VIDA PRIVADA

3. O CASAMENTO E A VIDA PÚBLICA

4. O CASAMENTO E A VIDA ECONÓMICA

5. O CASAMENTO E A VIDA CULTURAL

6. O CASAMENTO E A VIDA SOCIAL

7. O CASAMENTO E A VIDA PSICOLÓGICA

8. O CASAMENTO E A VIDA ÉTICA

9. O CASAMENTO E A VIDA ESTÉTICA

10. O CASAMENTO E A VIDA RELIGIOSA

11. O CASAMENTO E A VIDA POLÍTICA

12. O CASAMENTO E A VIDA JURÍDICA

13. O CASAMENTO E A VIDA HISTÓRICA

14. O CASAMENTO E A VIDA LINGUÍSTICA

15. O CASAMENTO E A VIDA FÍSICA

16. O CASAMENTO E A VIDA MATEMÁTICA

17. O CASAMENTO E A VIDA MUSICAL

18. O CASAMENTO E A VIDA ARTÍSTICA

19. O CASAMENTO E A VIDA CIENTÍFICA

20. O CASAMENTO E A VIDA TECNOLÓGICA

21. O CASAMENTO E A VIDA MILITAR

22. O CASAMENTO E A VIDA MARÍTIMA

23. O CASAMENTO E A VIDA AEREA

24. O CASAMENTO E A VIDA ESPACIAL

25. O CASAMENTO E A VIDA TEMPORAL

26. O CASAMENTO E A VIDA ESPACIAL

27. O CASAMENTO E A VIDA TEMPORAL

28. O CASAMENTO E A VIDA ESPACIAL

29. O CASAMENTO E A VIDA TEMPORAL

30. O CASAMENTO E A VIDA ESPACIAL

INTRODUÇÃO

As temáticas da família e do casamento, bem como, de modo geral, as que dizem respeito aos afectos e à vida privada, suscitam cada vez maior atenção e interesse. Na verdade, as transformações dos últimos 30 a 40 anos interpelam cada um de nós na nossa vida quotidiana. Quem se casou há mais de 30 anos sabe que hoje são diferentes as regras do possível e do impossível no namoro, do que é esperado no plano da divisão do trabalho entre os cônjuges, das lógicas que governam as interacções conjugais e a vida em conjunto.

Na sociedade portuguesa estas transformações parecem aliás adquirir um ritmo particular. As mudanças que noutros países ocorreram desde os anos 60 até ao final do século XX só se tornaram mais visíveis, no nosso, nos últimos 25 anos. Sabe-se, em todo o caso, que se mantêm atavismos, se renovam e até se reinventam tradições, numa mescla por vezes difícil de discernir.

Mas como se pensava o casamento há 100 anos? O que se disse e escreveu do lugar da sociologia e dos estudos sobre as mulheres sobre estas realidades no decurso do século XX?

O livro que agora se apresenta pretende responder a estas interrogações. Na verdade, do que se trata é de analisar o que a sociologia e os estudos sobre as mulheres têm proposto para explicar as evoluções do casamento e da chamada questão feminina. Temas que estão no cerne das transformações a que começámos por fazer referência e que foram desenvolvidas na investigação que deu origem à tese de doutoramento em que se baseia este livro (Torres, 2000a). Aí, efectivamente, o objecto de pesquisa — a conjugalidade e a divisão do trabalho entre homens e mulheres — impôs uma análise das principais propostas teóricas nos domínios referidos.

Autores de referência como Durkheim, Simmel, Burgess, Parsons, Goode, Berger e Kellner, mas também A. Michel e obras de autores mais recentes como Kellerhals, Singly, Kaufmann, Bozon, entre outros, são abordadas de forma sistemática na perspectiva dos seus contributos para a temática do casamento ou da questão feminina. Pesquisas e propostas de autores

portugueses, igualmente recentes, mas não menos produtivas e interessantes, constituíram também objecto de análise nestas páginas e foram fonte inspiradora fundamental para a referida investigação.

Reúnem-se aqui os contributos teóricos indicados, estando reservada para outras publicações a análise dos resultados da pesquisa realizada sobre o casamento em Portugal (Torres, 2000a).¹ Na verdade, e porque a consulta aos autores foi bastante sistemática, julgou-se à posteriori fazer sentido juntá-los em publicação autónoma. Embora não tenha havido uma lógica de descrição exaustiva das suas propostas globais, nem se tenha procurado esgotar todo o leque de abordagens sobre esses temas, salientam-se as perspectivas que se admite serem mais relevantes neste âmbito nos últimos 100 anos. Parece útil, ainda, em termos pedagógicos, a organização de um volume desta natureza.

No capítulo 1 abordam-se os chamados autores clássicos, de Durkheim a Goode, analisando-se depois o que se designou por ruptura dos anos 70. Trata-se de um conjunto de propostas que revolucionaram as perspectivas até aí existentes sobre o casamento e a questão feminina.

Esta viagem ao passado, que se detém de forma mais exaustiva em autores que marcaram de forma decisiva este campo disciplinar, revelou-se de enorme utilidade. Foi o caso da consulta directa às obras de referência, ainda que elas tenham sido basicamente produzidas no século XIX, como as de Durkheim ou de Simmel, ou que tenham marcado a sociologia desde meados dos anos 50 até hoje, como a de Parsons. Retirando inevitáveis anacronismos, há-de apreciar-se a modernidade de algumas propostas ou aprender com os que partilharam dúvidas e problematizaram as suas próprias perspectivas. Sempre se aprende, de resto, com os que fazem da pesquisa empírica um trabalho de interrogação teórica constante.

Este olhar de longe permitiu ainda abrir horizontes, já que evidenciou como tantas vezes propostas interessantes são abandonadas, não pela sua falta de lucidez, nem de poder explicativo, mas mais, eventualmente, por fenómenos de moda. De resto, foi também reconfortante concluir que alguns dos problemas que parecem hoje completamente novos não assim tão novos nem na sua existência nem na sua análise.

No capítulo 2, a lógica expositiva muda, passando do estudo por autor para a análise das diferentes perspectivas a partir de determinados temas de referência. Assim, abordar-se-á a questão da relação entre casamento e determinações sociais, analisando os principais debates em torno do tema. A relação entre casamento e identidade pessoal e social será analisada de seguida. A temática da divisão social e sexual do trabalho bem como o conceito de

género constituirão objectos que surgem depois, referindo-se, a propósito deles, autores portugueses e estrangeiros. As relações entre o amor e a sociologia serão também pretexto para o recurso a alguns clássicos da disciplina e a autores contemporâneos. Para finalizar, aborda-se a problemática da dominação masculina e da relação entre mudança social e mudanças nas famílias. Nas conclusões retomam-se, de forma sintética, alguns dos temas tratados ao longo do texto, procurando-se fios condutores que possam unir formulações do passado a questões e propostas do presente.

Espera-se que este livro possa contribuir para o melhor conhecimento das ideias que foram sendo avançadas ao longo do século XX para ajudar a explicar transformações tantas vezes vividas ou percebidas de forma vertiginosa. Este é de facto o século que assiste ao início do processo de passagem de uma realidade e de uma imagem de mulher-natureza para o de uma mulher-indivíduo. Também foi no curso desses 100 anos que o amor conjugal passou, de pretexto fundamental para o casamento, a alimento sem o qual este deixa de sobreviver de forma satisfatória.

1 Estão no prelo dois livros intitulados *Casamento em Portugal e Vida Conjugal e Trabalho* onde se dá conta dos resultados da pesquisa referida.

Capítulo 1
SOCIOLOGIA DA FAMÍLIA E DO CASAMENTO
Alguns debates centrais do século XX

Em torno da família conjugal moderna e da questão feminina

Vale a pena recuar aos finais do século XIX para analisar propostas centrais no âmbito da sociologia da família, do casamento e da questão feminina. Na verdade, desde essa época e até ao início dos anos 70 do século XX, posições assumidas por autores como Durkheim, Simmel, Burgess, Parsons e Goode constituem referência incontornável. A partir dos anos 60, são de igual modo importantes um conjunto de reflexões que, do lugar da sociologia da família, do casamento ou dos estudos sobre as mulheres, tiveram o mérito de reformular por completo as propostas até aí existentes dando início a novos conceitos e teorias. É este conjunto de propostas que se procura analisar no primeiro capítulo.

Foram decisivas as propostas inaugurais de Durkheim, em França e de Simmel, na Alemanha, ainda em finais do século XIX. Conhecê-las contribui para enquadrar os conhecimentos actuais e as reflexões contemporâneas nestes domínios. O exercício permite, aliás, reconhecer a actualidade de muitas das ideias então formuladas e o anacronismo de outras, não deixando também de servir para mostrar que a sociologia ganha em perspectiva sempre que se cruzam olhares sobre o presente e o passado.

Em finais do século XIX, aliás, os debates sobre a chamada questão feminina, tema que nos vai ocupar nestas páginas de forma tão central como o do casamento, foram também alimentados por esses clássicos da sociologia. Eles legaram-nos textos que evidenciavam o interesse e mesmo o calor que tais temas parecem suscitar em finais de século XIX, quase tanto como em finais do século XX e inícios do XXI. Não poderemos esperar, no entanto, que a propósito da temática da emancipação feminina os autores clássicos ultrapassassem posições anacrónicas.

Igualmente importantes foram, como veremos, já no decurso do século

XX, as propostas dos autores americanos Burgess, Parsons e Goode, bem como, nos anos 70, as que foram formuladas do lugar da sociologia da família e do casamento ou dos *women studies*.

Mas vejamos, ainda antes de abordar as propostas dos diferentes autores de forma mais pormenorizada, algumas questões de delimitação do objecto que agora nos ocupa.

Há 100 anos, Durkheim elabora em França a análise fundadora da passagem da família paternal e patriarcal à família conjugal moderna e ajuíza sobre a condição feminina de forma relativamente lateral. A iniciativa de Durkheim não teve, naquela época, imediatos seguidores. A sociologia da família francesa conheceu, depois desse impulso fundador inicial, um interregno, que só será quebrado nos anos 60. Nos EUA, pelo contrário, a partir dos anos 20 surge a temática da família e do casamento e ela ganha um desenvolvimento tal em meados do século, que marcará indelevelmente, mesmo noutros países, o debate sobre a família de então para cá.

Com a excepção de Durkheim, até aos anos 60 parece difícil delimitar, no contexto da sociologia da família, o objecto específico de análise "conjugalidade" ou "casamento". Se olharmos para a maioria dos títulos de livros, manuais e artigos de revistas de maior circulação publicados neste domínio, nota-se que, depois da especificação "sociologia", os termos família e casamento aparecem quase sempre associados.¹ Como se família e casamento fossem realidades empíricas inseparáveis, e remetessem para conceitos operatórios, difíceis de dissociar no plano da matriz teórica disciplinar. Claro que, em certas posições teóricas, este efeito de colagem se faz sentir mais do que noutras. A análise mais atenta dos próprios conteúdos dessas posições contribui para explicar a dificuldade genérica da dissociação.

A partir dos anos 70 é mais frequente o tratamento autónomo, quer na investigação quer nos manuais, da temática da família e do casamento. Respondendo também ao que nalguns países se considera ser, no plano da realidade, a profunda e acelerada mudança de comportamentos e a chamada ruptura dos anos 70 (Segal 1993: 131), passa a constituir-se como objecto de análise só e especificamente o casamento ou o casal,² por um lado, as relações e redes familiares, as recomposições, as relações intergeracionais, por outro; surgem novas ligações desta vez associando casamento e divórcio.³ Tudo se

1 Os manuais americanos, que se vão renovando temporariamente, têm-se intitulado

Handbook of Marriage and the Family, o mesmo acontecendo a revistas como *Journal of Marriage and the Family*. Também na Europa a tendência até aos anos 80 é a mesma. Exemplo disso é o manual muito divulgado *Sociologia da Família e do Casamento* de André Michel.

2 Os títulos mais relevantes, sobretudo na literatura europeia, são sugestivos. Seguem-se alguns exemplos: J. Kellerhals *Marriages au quotidien* (1982); F. de Singly *Fortune et infortune de la femme mariée. Sociologie de la vie conjugale*. (1987); J. C. Kaufmann *Sociologie du Couple* (1993).

passa no plano da investigação e da teoria como se a anunciada libertação da família conjugal moderna das "amarras" do parentesco se traduzisse na dissociação dos dois objectos de estudo, família e casamento. Ver-se-á mais tarde que nem as grades da eventual prisão seriam tão fortes nem o grito de independência teria sido tão total.

A partir dos anos 90 assiste-se a novas fragmentações e a novos arranjos. Segmenta-se ainda mais, nalguns casos, o estudo da conjugalidade e das interações quotidianas, permanecendo, noutros, a tendência para o tratamento das relações de parentesco no sentido vertical; associa-se mais frequentemente família e Estado, família e outras instituições. Aliás, em muitos casos, essas fragmentações e arranjos correspondem mais a respostas às procuras sociais do que as verdadeiras delimitações de objectos de análise determinados por evoluções teóricas.

Apesar de ser interessante notar esta tendência para a autonomia do tema conjugalidade e casamento e de ela ser reveladora de mudanças que ocorreram na família nos últimos anos, não se pode esquecer que as delimitações empíricas do objecto dependem muito mais das perspectivas teóricas que se adoptam do que desta ou daquela "imposição" da realidade. Embora o casamento e o casal tenham ganho estatuto empírico autónomo nem por isso deixaram de se fazer análises que o enquadraram numa perspectiva teórica mais vasta, incluindo-os no sistema familiar. É o caso de Parsons (Parsons e Bales, 1956, 1968) e de alguns seguidores contemporâneos.⁴ Continua-se a considerar o casamento também, como produto de interações regidas por normas de regulação e coesão particulares, como foi de início o caso de Burgess (1960) e é, mais recentemente, o de Kellerhals (1982). Este último autor associa as interações internas ao casal e à família ao estatuto social dos actores, enquanto outros insistem no casamento como produtor de sentido e identidade (Berger e Kellner, 1964, 1975) valorizando também as relações internas ao casal mas sobretudo o papel "nómico" do casamento e, nesse sentido, construtivo, identitário e existencial. Há ainda quem o defina a partir de enfoques específicos, de nível macro, como acontece com a proposta dos lugares que se ocupam na divisão social e sexual do trabalho (Chaudron, 1984; Kergat, 1984; Barrère-Maurisson, 1984) e como acontece com a visão sobre o casamento identificando-o com estratégias e lógicas de reprodução social (Bourdieu, 1972). Autores há, também, para os quais o que importa acentuar é a ideia de casamento como forma particular de produção de trabalho gratuito

3 Não deixa de ser revelador que um dos manuais recentes, no âmbito da sociologia da família de língua francesa, inclua no título o termo "divórcio". Ver, Bernadette Bawin-Legras, *Familias, Marriage, Divorce, une sociologie des comportements familiaux contemporains*, Bruxelles, Pierre Mardaga, 1988.

4 Podemos considerar os seguidores da teoria sistémica como adoptando uma perspectiva do mesmo tipo da de Parsons.

e de dominação masculina (Delphy, 1978 e 1992). A completar esta pluralidade de pontos de vista sobre o casamento interessa ainda referenciar os que o enquadraram, nos dias de hoje, numa abordagem da família contemporânea como família relacional (Singly, 1993; J. C. Kaufmann, 1993).

A diversidade destas perspectivas é por si só indicativa de que a escolha de uma delas tem como consequência um olhar específico sobre o real. Como é lógico, e apenas para dar um exemplo, se se insiste numa perspectiva interaccionista "pura" privilegia-se o contexto das interações no casal e tender-se-á a deixar relativamente na sombra uma abordagem que contextualize a conjugalidade na lógica familiar mais alargada ou numa rede mais vasta de relações sociais, sejam elas as de género, sejam as da divisão social do trabalho.

Mas, independentemente da escolha de uma perspectiva teórica que suablinhe esta ou aquela dimensão da realidade conjugal perante certos objectos de pesquisa há autores que constituem marco de referência central. A investigação que desenvolvemos (Torres, 2000a) impôs a consulta a algumas das suas obras, particularmente as que se referiam ao casamento e à questão feminina, foram seleccionados para esta análise.

Importa ainda, e porque a escolha não podia, como é lógico, ser exaustiva, explicitar os critérios de selecção dos autores cujas propostas se decidiram expor de forma um pouco mais sistemática. O primeiro refere-se a reconhecer-lhes uma dupla relevância: para o objecto da investigação e para o campo da sociologia da família. O segundo critério diz respeito à forma como em cada proposta se articula a questão da conjugalidade e da família com a questão das mulheres, das diferenças de sexo ou de género. Finalmente, o terceiro critério diz respeito ao relevo das propostas ou dos autores segundo a presença ou as marcas que eles deixam nas teorias ou nas pesquisas contemporâneas. Na verdade, pareceu útil também esta incursão nalgumas perspectivas desenvolvidas no passado porque ela permitiu reencontrar as origens de certas propostas actuais, possibilitando comparações de contexto, revelando a persistência de certas questões, antes e agora, sem resposta, ou, noutras casos, a insistência em certos falsos problemas.

Constituindo referência decisiva as abordagens no quadro da sociologia da família, não deixou de se recorrer a outras sedes, nomeadamente as que — até no âmbito da sociologia do trabalho — trataram e deram relevo à questão das mulheres de forma específica e a diversos contributos do que, em geral, tem sido designado por estudos feministas na abordagem da problemática do casamento, da família e da divisão do trabalho entre homens e mulheres.

Há contudo nítida prevalência das perspectivas da sociologia da família e, em particular, pelas que têm dado maior atenção à questão das mulheres. Este domínio de enquadramento impõe-se por si, para além de ser também aquele em que há mais tempo se investe em termos da pesquisa, com a

natural consequência de se ter aí maior familiaridade e conhecimento. No entanto, sem pressões demasiado ambiciosas, procurou-se contribuir para a construção de pontes entre abordagens paralelas que parecem merecer maior proximidade.

Sabe-se que, em muitas circunstâncias, se tornam mais fecundos em termos da pesquisa precisamente os inexplorados territórios de intersecção. No caso concreto, pareceu importante recusar especializações exageradas, de que são exemplo as dissociações entre família, casamento e casal. Na sociologia da família que se pratica em Portugal até agora e por razões provavelmente da sua história específica, essa tendência não é dominante, sendo frequentemente as perspectivas de enquadramento das relações familiares noutros contextos de relações sociais mais alargadas (Almeida, Guerreiro, Lobo, Torres, Wall, 1998).

Duma forma mais geral, no entanto, aparecem definidos com tal especificidade os objectos que tornam a construção de princípios explicativos, a comparabilidade e a cumulatividade impossíveis. E claramente o caso quando se associa esta especificação exagerada a perspectivas demasiado relativistas e descritivas as quais, se nos mostram todos os pequenos pormenores do objecto empírico, apelando para a singularidade e diversidade das situações, nos deixam desprevenidos quanto ao enquadramento explicativo ou à inscrição do diverso em lógicas sociais globais. Não é aqui o local para desenvolver o debate epistemológico implícito nestas afirmações. Trata-se apenas de esboçar algumas notas de enquadramento e de justificação das escolhas realizadas em matéria de autores, posições teóricas e de debates a anunciar.

Neste campo cabe ainda acrescentar, porque é pelo passado que se começou, que se fez igualmente o esforço de evitar o que poderíamos designar por vírus de apagamento da memória. Há autores consagrados que, pelo facto de terem desaparecido e por serem muito referidos em manuais, deixam de ser analisados em primeira mão. Mas é indesejável deixar de fazer a consulta directa à obra, que só ela nos confronta com toda a riqueza das suas propostas e nos faz por vezes a surpresa de uma extrema actualidade. Por um lado, percebe-se que alguns dos problemas que se poderiam considerar "novos" não passam, por vezes, de outras versões de problemas idênticos, já formulados no passado. Por outro, as selecções de autores feitas em segunda ou terceira mão, a partir de manuais, sendo muito úteis para uma perspectiva global, têm a desvantagem de serem, a maioria das vezes, construídas a partir de um interesse ou de um olhar específico que pode não corresponder suficientemente em termos de contributos para uma pesquisa concreta. A consulta directa de autores e textos fundadores constituíram, assim, fonte de aprendizagem inquestionável.

Para todos os efeitos, não se procurou aqui fazer uma resenha histórica de autores, nem se tem a pretensão de qualquer tipo de exaustividade. Essa última seria, aliás, pretensão inútil, num tempo em que o excesso de

informação e a facilidade de acesso às bibliografias mais diversas reforçou a ideia de pesquisa como procura exaustiva de cobrir por inteiro as referências existentes sobre o tema em intenção redundante.

Mas há outro efeito positivo, mais pragmático, de iniciar o debate teórico pela abordagem dos chamados clássicos. É que a sucessão de questões que ganham relevância em certo período para a perderem em função de outras, anos mais tarde, é ela própria indicador dos processos de mudança ocorridos no casamento e na família no decurso do século XX.

Durkheim, a família conjugal e o estatuto das mulheres

A leitura da reprodução das aulas de Durkheim proferidas há mais de 100 anos sobre sociologia da família, as formas elementares do casamento, o direito e os usos matrimoniais e a condição das mulheres (Durkheim, 1892, 1975: 35-153) e de trechos do livro *A Divisão do Trabalho Social* (Durkheim, 1893, 1977) sobre os mesmos temas, constitui exercício estimulante. Em si multâneo, e com o espaço do século XX a separar-nos do autor, admira-se a extrema modernidade e até a profunda actualidade de algumas das suas posições, estranha-se o arrojo de outras, franze-se o sobrolho àquelas que parecem totalmente anacrónicas nos finais do século XX.

Tentando deslindar e aprofundar este conjunto de impressões, centremo-nos para já em três ideias centrais sobre a família conjugal, analisando, depois, perspectivas sobre a condição feminina.

Durkheim afirma, em primeiro lugar, a passagem da família "paternal" e "patriarcal"⁵ para um novo tipo de família — a família conjugal moderna — e identifica as suas características distintivas. Em segundo lugar, sustenta a ideia da valorização do papel do indivíduo, dos seus interesses e sentimentos em relação ao colectivo da família. Em terceiro lugar, salienta o papel específico do Estado no contexto dessa nova forma de organização familiar que considera dominante.

Destacam-se apenas algumas das questões que parecem mais relevantes fazendo a economia da repetição de antigos debates e argumentos.

5 Durkheim considerava que a família paternal, instituição característica das sociedades germânicas, diferia muito da família patriarcal romana sobretudo no que toca à maior concentração de poder nas mãos do "pai" que se verificava na última (Durkheim 1982, 1975: 35,36). Mas é sobretudo a partir da contracção do que Durkheim considerava ser a família paternal e das suas lógicas de funcionamento, mais paritárias respeitando os direitos das mulheres e das crianças e dos parentes de linha materna, que surge a família conjugal moderna.

Importa mostrar, desde logo, como, apesar de alguns problemas de análise, das marcas do positivismo e do evolucionismo, aspectos centrais das principais ideias e intuições de Durkheim acabam, no final deste século, por se confirmar de forma porventura surpreendente.

Trços fundamentais da família conjugal moderna

A primeira proposta, que se refere à passagem da família paternal à chamada família conjugal moderna, é tão conhecida e divulgada quanto criticada. Demógrafos e historiadores da família⁶ puseram em causa a perspectiva de Durkheim ao demonstrarem que estas passagens poderiam configurar-se de forma mais complexa e que, sobretudo, não se deveria falar, linearmente, do retratamento da família, na medida em que noutras formas de organização social no passado a família também assumira tamanho reduzido e formas de relacionamento semelhantes.

Mas ninguém pode contestar que foi exactamente no sentido indicado por Durkheim que evoluíram as relações familiares e as normas a elas associadas. Por um lado, o modelo que ele considerava começar a afirmar-se na altura — a família constituída apenas pelo marido, a mulher e os filhos menores e solteiros do casal — foi exactamente o que se afirmou ao longo do século XX continuando, de resto, e apesar da coexistência de formas diversas de família, a ser largamente dominante no final do século. Se é verdade que havia excessiva homogeneização nesta perspectiva, Durkheim, apesar de tudo, acertou no essencial quanto ao sentido das transformações verificadas.

Mais, mesmo em termos das normas, da definição dos deveres, direitos e obrigações que o autor francês começava a ver desenhadas na chamada família conjugal moderna ainda no século XIX, verifica-se que, pelo menos até aos anos 1960 do século XX, estavam ainda em vigor as orientações principais que ele apontava como características distintivas daquela então nova forma de família. Com efeito, o pai tem obrigação de alimentar os filhos, estes dependem da sua vontade até à maioridade, mas depois desta cessam todas as obrigações paternais e os filhos assumem a sua personalidade, os seus interesses e a sua responsabilidade própria. Essa regra não prejudica, naturalmente, a subsistência de ligações e laços de proximidade entre pais e filhos, bem como de certos deveres recíprocos como o do direito dos filhos a herdar parte da riqueza dos pais, ou o de lealdade e de assistência na doença aos pais idosos. Nada se mantém, contudo, desse "estado de dependência perpétua" que estava na base da família paternal e da família patriarcal (Durkheim, 1892, 1975).

6 Burguière em França, J. Goody em Inglaterra e muitos outros.

O facto da dependência total, como norma, deixar de existir na família conjugal moderna, está associado também a outra ideia chave: nesta forma familiar é o casamento que funda a família e não o contrário, como acontecia noutros modelos em que é a família que impõe aos descendentes o casamento adequado à continuidade de determinada lógica familiar e colectiva. Embora saibamos que persistem formas mais subitís de preservar as continuidades familiares, e que outras modalidades de condicionamento se verificam, a verdade é que um século depois são ainda estas, em grandes linhas, as normas que regulam as relações entre pais e filhos. O século XX foi, na verdade, o século da afirmação da ideia de independência dos filhos em relação à vontade dos pais, do valor da escolha livre e do sentimento como pretexto para a conjugalidade. Não é o facto de se saber que coexistem outros pretextos e condições interferentes no casamento que invalida o sentido global da análise de Durkheim.

Esta análise é, de resto, extremamente fundamentada e minuciosa. Durkheim preocupava-se também em demonstrar como devia funcionar, na sua óptica, a perspectiva científica no domínio da sociologia. Embora seja hoje possível estabelecer distância, quer em relação a conteúdos teóricos substantivos quer a algumas das suas propostas metodológicas, estes textos demonstram as preocupações pedagógicas de um fundador de um domínio científico com os seus protocolos, as suas regras, os seus modos de investigar, de infirmar ou confirmar hipóteses de pesquisa. Há um cuidado extremo, nomeadamente, na tentativa de identificar o que é efectivamente comparável — criticando aqueles voos rasantes, tão frequentes na época, em que se passa da família na Austrália, ao papel da religião e ao lugar das mulheres na Idade Média, às características globais das sociedades europeias — para procurar perceber o lugar dos regimes matrimoniais, os costumes, as leis e os hábitos associados às formas de organização social de cada sociedade referida.

A proposta da passagem da família paternal e patriarcal à família conjugal moderna é fundamentada através da análise comparativa e da discussão de um conjunto substancial de textos sobre direitos e usos matrimoniais, numa profusão de países em diferentes épocas e períodos históricos, com o cuidado de procurar perceber linhas de força, tendências diferenciadoras e de aproximação.

Estabelece-se através desta análise comparativa, por exemplo, que as famílias de tipo germânico (de tipo paternal) eram mais favoráveis a uma certa autonomia dos filhos casados em relação aos ascendentes — nomeadamente pelo facto de tenderem a sair de casa do pai e a fundarem uma família como “comunidade de bens conjugal”, liberta das lealdades ao chefe e patriarca que eram comuns na família romana. E exactamente porque constituíam uma nova unidade “os sentimentos conjugais deixavam de ser neutralizados pelos sentimentos propriamente domésticos, e os bens adquiridos pelo marido e pela mulher, no decurso da sua colaboração, apareciam muito

naturalmente como a coisa comum da sociedade dos esposos” (Durkheim, 1892, 1975: 129). Aliás, a ideia segundo a qual o direito romano acaba por contribuir para a maior desigualdade entre homens e mulheres no contexto do casamento e da família associa-se à maior dependência deste tipo de família perante a autoridade do patriarca: “a noção romana de poder marital substituiu-se à concepção germânica de *maribourrié*: o marido torna-se ‘senhor e mestre’ dos bens comuns; ele pode dispor deles ‘à sua vontade e prazer’; a mulher, ao contrário, foi atingida por uma incapacidade e inferioridade radicais” (Durkheim, 1892, 1975: 130).

Assim, nesta perspectiva, maior igualdade entre homens e mulheres, maior respeito pelos direitos das crianças, eram as características da família germânica paternal que daria mais tarde origem à família conjugal moderna. Já vimos que as transições não foram tão lineares, como Durkheim poderia prever, já vimos também que muitos outros elementos, na esfera da organização da vida social, da religião e da ideologia e mesmo no plano estritamente jurídico contribuem para dar corpo aos códigos que hoje reconhecemos como sendo o das famílias conjugais modernas. Mas os princípios fundamentais que as regem parecem, enquanto “tipo-ideal”, já estarem desenhados nas propostas de Durkheim.

Os indivíduos são mais importantes dos que as coisas

A segunda ideia que parece ser importante reter diz respeito à valorização do papel do indivíduo, dos seus interesses e sentimentos. Em oposição à lógica de valorização das coisas — dos bens materiais, do património e da sua concentração e transmissão — Durkheim afirma que a família conjugal moderna tende a sublinhar a vontade das pessoas. Também aqui não parece ser muito necessário mostrar como ele acerta no sentido global da previsão — os códigos morais contemporâneos assentam exactamente, levando-a às últimas consequências, na afirmação da individualidade e dos sentimentos no contexto familiar e conjugal. As coisas perdem em função das pessoas e dos seus interesses. Durkheim chega mesmo ao ponto de afirmar que o direito sucessório — e a correlativa herança — fica sem o seu fundamento essencial (Durkheim, 1892, 1975: 43-44) e tenderá a desaparecer, já que é a vontade das pessoas e não as imposições da consanguinidade e do “comunismo familiar” que se afirma. O exemplo de alguns países como a Inglaterra onde o direito de testar é, e era já há um século, extremamente livre, servia também aqui de referência.

Será possível encontrar, certamente, a propósito do entendimento desta maior liberdade das pessoas em relação às coisas e à problemática da herança, como de outros aspectos, ambiguidades, lacunas, raciocínios talvez demasiado homogeneizadores. Talvez desde já se possa até dizer que o primeiro

sociólogo da família quando caracterizava as sociedades modernas, tendia a raciocinar, por vezes, a partir de certos sectores sociais: os sectores urbanos mais modernos em progressão e movimento, sem património, que se tornaram mais tarde as chamadas classes médias. Deixava outros sectores sociais na penumbra. Contudo, novamente, teremos de reconhecer a Durkheim o mérito de sem equívocos mostrar a tendência geral que, no plano das relações familiares, acaba por marcar o século XX: tanto na conjugalidade, como nas relações pais filhos, é o respeito pelos sentimentos, é o acento tónico no afectivo em detrimento da lógica da prestação de serviços que se instala como norma e, portanto, como prática para a qual se tende. Não estará também a afirmação de tal tendência relacionada com a cada vez maior importância dos sectores intermédios, justamente os que eram no início do século portadores de novos valores e práticas?

Onde a modernidade de Durkheim, olhando sobretudo com a perspectiva dos finais do século XX, parece ainda mais evidente, é na definição do papel do Estado no contexto das relações familiares. Considera ele que a intervenção do Estado é crescente no interior da vida familiar e que "o Estado tornou-se um factor na vida doméstica". Afirma ainda que com "a família conjugal os laços de parentesco se tornam totalmente indissolúveis. O Estado, tomando-os sob a sua garantia, retirou aos particulares o direito de os quebrar" (Durkheim, 1892, 1975: 39). Se fizermos o que no cinema se chama um *traveling* e passarmos rapidamente do final do século XIX, quando estas linhas foram escritas, para o final do século XX, vemos que com pretextos empíricos diferentes o que Durkheim nos mostra é uma mudança fundamental que começava já a esboçar-se na época.

Associada à ideia da maior intervenção do Estado na vida privada está outra igualmente interessante e que parece também ser mais enfatizada no decurso do século XX: há uma relação directa entre a maior amplitude na rede de relações do indivíduo — à medida que a lógica fusional do pequeno grupo doméstico e da dissolução no colectivo se esbate e que a divisão social do trabalho se intensifica — e a sua fisionomia própria, a sua maneira de sentir e de pensar, numa palavra, o reforço da sua individualidade (Durkheim, 1892, 1975: 42). Esta ideia parece servir de inspiração, um século depois, a autores contemporâneos. Ocorre de imediato a proposta muito semelhante de Giddens: na modernidade tardia a globalização desenvolve-se, em simultâneo, com a intensificação dos processos de reforço e de intervenção sobre a identidade pessoal (Giddens, 1991).

Mas voltemos a Durkheim. Em que reside e como fundamenta ele este novo papel do Estado? O autor ilustra a sua ideia quando refere a necessidade de intervenção estatal a propósito, por exemplo, da protecção dos órfãos, ou da limitação a intervenção dos pais quando eles excedem certos limites⁷ (Durkheim, 1892, 1975: 38). E defende que os laços de parentesco são indissolúveis, porque doravante há normas — direitos e deveres — que regem o

contrato específico que é o casamento e a filiação,⁸ não podendo ninguém que se tenha submetido a essas normas subtrair-se a elas. Enquanto na família patriarcal o poder do pai não tem limites porque, teoricamente, será sempre em nome do colectivo e do interesse "privado" do grupo familiar que ele agir, na família conjugal moderna, liberta das amarras do parentesco e de interesses particulares do grupo familiar que se impõem à vontade das pessoas, deve estar a cargo do Estado a regulação dos interesses, a protecção dos mais frágeis. Neste sentido é esclarecedora a expressão que Durkheim utiliza: "É o Estado que, na pessoa do magistrado, preside ao conselho de família". No fundo trata-se de uma extensão da ideia de solidariedade orgânica, numa sociedade cada vez mais diferenciada e regulada por normas gerais e abstractas e menos pela diferenciação e pelos particularismos.

Ora, esta é uma ideia completamente inovadora quando aplicada à família na época citada, que só muito mais tarde virá a ser retomada. Durante a maior parte do século XX, como veremos, as perspectivas de "privatização" da família que tendem a acentuar a existência de esferas separadas, pública e privada, com lógicas inteiramente diferenciadas e nunca interpenetráveis acaba por ser largamente dominante. E apenas a partir dos anos 60 e mais claramente dos anos 80 — com a crise do Estado-Providência, com a necessidade de regulação dos direitos e deveres no pós-divórcio — que uma nova visão sobre as relações entre família, vida privada e Estado se torna de novo evidente.

Na verdade, o papel do Estado em relação à família é vincado nos finais do século XX. Cada vez mais se faz sentir esta mudança dupla e paralela: à medida que aumenta a liberdade de acção e se acentua a afirmação da individualidade no contexto da família, maior é, simultaneamente, a capacidade de intervenção do Estado. Esta faz-se sentir quer pela positiva — na defesa do que se vai considerando ser, a cada momento, o respeito pelos direitos elementares dos indivíduos no contexto privado — quer correctiva e compensadora de desequilíbrios de poder existentes no contexto das relações familiares. As decisões do tribunal a propósito, por exemplo, do trabalho infantil, instigado, por vezes, pela família, as situações de regulação do poder parental em caso de divórcio, a limitação ou mesmo interdição do exercício do

7 Durkheim desenvolve a crítica ao papel e ao poder excessivo do pai em formas familiares anteriores através de um conjunto de textos em que analisa as modalidades de regulação do contrato de casamento numa perspectiva histórica. Particularmente interessantes parecem as comparações entre direito germânico e românico sobre a definição dos direitos e deveres dos membros da família, as regras da separação dos sexos e as modalidades de regulação do casamento. Apesar das grandes transformações ocorridas no decurso do século XX ainda persistem marcas dessas antigas diferenças.

8 No livro *A Divisão do Trabalho Social* Durkheim define de forma particular a especificidade da natureza contratual do que ele chama o "direito doméstico" (Durkheim, 1893, 1977: 238).

poder parental no caso das maus tratos às crianças, a interdição e a criminalização da violência conjugal, a batalha para tentar levar à prática o que em teoria está há muito definido — a igualdade de direitos entre homens, mulheres e crianças — são exemplos de uma intervenção mais intensa do Estado na esfera de acção do grupo doméstico. Como diria Durkheim, trata-se de um cada vez maior afastamento do império da consanguinidade, das lógicas da natureza, do instinto e do biológico para a esfera das normas gerais, universais e da cultura de uma época.

Há fragilidades nas suas propostas como não poderia deixar de ser quando olhamos “olimpicamente” para elas um século depois. Mas o que motiva as referências à sua obra é o facto de a reflexão sobre o que se mantém actual e o que não se adequa ao presente na perspectiva Durkheimiana continuar a constituir importante fonte de aprendizagem.

Consideremos, agora, apenas de forma muito breve, os problemas que mais directamente se relacionam com a questão da conjugalidade, sem deixar de notar outras dificuldades. Abordaremos, depois, um pouco mais pormenorizadamente, a questão das mulheres.

Quanto ao problema da indissolubilidade da família e da “quase indissolubilidade” do casamento, a posição de Durkheim é, pelo menos, equívoca. Ele refere que os laços de parentesco são indissolúveis exactamente a partir do momento em que o casamento deixa de ser um acto privado para vir a ser um contrato “específico” e público, regulado juridicamente, passando o Estado a funcionar de forma supletiva sempre que os indivíduos não assumam as suas responsabilidades. Não se percebe, então, por que razão o casamento tende a ser indissolúvel. É que o facto de haver deveres e direitos implícitos no contrato de casamento faz prever as sanções específicas do não cumprimento desses deveres que podem, portanto, implicar a sua dissolução. Será por isto talvez que Durkheim fala em “praticamente indissolúvel”. Mas não deixa de se estranhar o acento tónico que parece estar mais no “indissolúvel” do que no “praticamente”, isto quando o próprio sociólogo sugere a valorização do indivíduo e dos seus interesses. Não será que também na altura haveria situações em que os interesses individuais estariam, em determinadas circunstâncias, contra a indissolubilidade do casamento? Sabe-se no entanto que, enquanto cidadão, este esteve contra o divórcio por mútuo consentimento, argumentando com o interesse das crianças (Singly, 1993: 15). A ideologia parece aqui sobrepor-se e levar às últimas consequências aquilo que decorria das posições tomadas a partir do lugar da sociologia. São contradições compreensíveis se nos situarmos no espírito da época.

Mas não podemos deixar de referir que muito poucos anos depois, em Portugal, o divórcio por mútuo consentimento — o qual em rigor só pode ser entendido como o contraponto lógico do contrato conjugal, que deve cessar quando as partes deixarem de nele estar pessoalmente envolvidas e interessadas — seria aprovado imediatamente à implantação da República em 1910

(Torres, 1996). À parte esta originalidade portuguesa, que acaba sendo posta em causa depois de 1926, o sentido da evolução do direito em todos os países ocidentais foi, até aos finais do século XX, exactamente no da legalização do divórcio por mútuo consentimento. Tal como Durkheim também afirmara, no contexto da conjugalidade o interesse das pessoas deve, tendencialmente, prevalecer sobre as lógicas institucionais.

Do mesmo modo as considerações de Durkheim sobre a união de facto parecem adequadas à época mas historicamente ultrapassadas quando olhadas na perspectiva dos finais do século XX. As situações de união de facto eram julgadas imorais porque a não publicação e legalização dessa forma de conjugalidade corresponderia à recusa do cumprimento de um conjunto de deveres e direitos que Durkheim considerava fundamental assegurar quer na relação homem mulher, quer quanto aos descendentes (Durkheim, 1892, 1975: 48). Ora, percebe-se que era no sentido da protecção dos mais desfavorecidos no contexto familiar que se fundamentava este ponto de vista. Mas era difícil, senão impossível, para o sociólogo, prever o facto de estas situações poderem vir a ser vividas de forma mais banalizada, como sucede actualmente em diversos países, sem pôr em causa os direitos e deveres dos envolvidos e dos mais frágeis. Com efeito, o tal papel supletivo do Estado que tão bem foi previsto pelo sociólogo, associado à maior igualdade entre homens e mulheres, permite hoje que os direitos dos filhos sejam preservados mesmo nas situações de união de facto. A concepção actual prevê, assim, maior liberdade individual, sem descuidar os deveres e as responsabilidades contraídas em relação a terceiros em situações não paritárias.

A união de facto em muitos países europeus funciona, por outro lado, já não de forma supletiva em relação ao casamento, mas como pré-lúdio ou fase experimental antes da fundação da família. Na verdade, em França, na Bélgica ou na Suíça, por exemplo, a coabitação tende a ser prévia ao casamento o qual surge, em geral, com o nascimento do primeiro filho, verificando-se assim uma combinatoria entre um experimentalismo inicial e a posterior conformidade com a regulação institucional.

Em Portugal, tal como nos outros países da Europa do Sul, a situação assume alguns traços particulares que não deixam de mostrar, provavelmente, os tais receios de ausência de cumprimento de direitos e deveres que também contribuiriam para que Durkheim considerasse a união de facto imoral. Também aqui o casamento sem papéis, quer como forma de entrada para a vida conjugal, quer como situação permanente, é pouco utilizado. Tal situação é susceptível de ser explicada por certas marcas de conservadorismo e tradicionalismo que se podem traduzir no receio e retraimento perante situações não reguladas pela lei ou pela Igreja católica. Estes receios serão tanto maiores quanto menor for a capacidade de afirmação e de autonomia dos indivíduos. Na verdade, além de uma franja residual de assalariados agrícolas, é nos sectores sociais com mais altos níveis de escolaridade onde

se encontra a maior proporção de pessoas a viver em união de facto no nosso país (Torres, 2000a).

O que era talvez também difícil para Durkheim prever, a um século de distância, era esta capacidade que os actores sociais têm de combinar, adequar e até de manipular as instituições, situação que, entre outras condições, decorre do acréscimo de liberdades e direitos individuais que o sociólogo, por outro lado, previra. O casamento não se tornou indissolúvel tornou-se antes menos institucional, mais relacional e existem novas modalidades legais que permitem afirmar deveres e direitos em relação aos mais desprotegidos sem recorrer, necessariamente, ao contrato conjugal, como se viu. Até as relações de parentesco pela mesma razão do maior papel da regulação pública, que Durkheim salientara poderão, em certas circunstâncias, sempre que interesses fundamentais dos envolvidos estejam ameaçados, ser dissolúveis.⁹ E no mesmo sentido teremos de concluir, como o primeiro sociólogo da família, que são as pessoas, a natureza e a qualidade das relações que tende a sobrepor-se ao império das coisas.

A desvalorização do papel da herança

Outro aspecto que denota uma certa parcialidade da perspectiva do autor é a sua posição perante a herança. Aqui o sentido das posições de Durkheim é exactamente o inverso da que se referiu anteriormente. Ele vem anunciar a tendência clara para a extinção de uma instituição que, pelo contrário, persistiu segundo velhas e novas formas ao longo do século XX. Talvez aqui fosse mais a perspectiva igualitária do socialista não marxista e a sua própria situação social que conduziram Durkheim a transformar um desejo em previsão sociológica. Provavelmente terá igualmente pesado nesta sua abordagem uma certa tendência para pensar a evolução e a transformação social como um processo de vector único e menos como um conjunto de combinatórias. De qualquer modo torna-se fácil um século depois, apontar onde falharam as previsões do autor.

A propósito da questão da herança e do papel da família e do casamento nesse processo, poderemos localizar, no decurso do século XX, fenómenos de diferente natureza. Por um lado, se os sectores sem património — terra, capital — cresceram de forma muito substancial isto não significou, por outro, que os que o detêm não tenham até aumentado exponencialmente essa riqueza através de lógicas de concentração. O papel de estratégias familiares

9 Dizemos dissolúveis porque é de prever que no futuro também possam reforçar-se a recusa de laços de filiação já contraiados — quer pelo lado dos pais quer pelo lado dos filhos. Os casos já existentes de filhos que pedem a separação dos pais podem constituir exemplo de uma tendência que poderá vir a ser mais frequente no futuro.

complexas, em que a herança está incluída, no sentido de manter esses bens no âmbito e domínio da família e de os aumentar, foi e continua a ser central na construção de autênticas dinastias familiares. Como é lógico, nem sempre se consegue ter êxito nesse empreendimento, ou experimentam em relação a ele algumas dificuldades. Como Durkheim mostrou, as lógicas individuais são hoje mais difíceis de submeter ao colectivo. Mas a racionalidade económica tende a impor-se e a impor essas estratégias de concentração, que passam pela herança.

Quanto à tendência para a liberdade de testar que, segundo Durkheim, tenderia a generalizar-se, conduzindo assim à relativa periferação da lógica da concentração da herança nos familiares directos, não só ela não se expandiu da forma prevista nos países que já tinham alguma tradição como também não tendeu a ser adoptada nos que a não tinham. As lógicas da herança permaneceram firmemente agarradas às lógicas familiares. Por outro lado, aumentaram também as oportunidades — embora muito menos do que uma certa propagação do capitalismo popular poderia fazer supor — para a criação de fortunas rápidas, que se tenta manter e reconverter através dos mesmos processos.

Há ainda a questão da reconversão dos patrimónios e da transformação dos capitais herdados ou a herdar devido às mudanças socioeconómica. Por exemplo, fortunas que no passado se concentravam em terra e património imobiliário podem vir a transformar-se na segunda ou terceira geração, apenas em capitais escolares e culturais. Mas estes, como Bourdieu muito bem mostra, são também reconverteíveis em capital económico. Pelo que a herança assume hoje modalidades variadas, embora, em geral, se reconduzam à lógica da reprodução e transmissão geracional de pais para filhos. Até a casa própria pode constituir um bem relativamente importante a transmitir aos filhos, quando escasseiam outras dimensões do património. Em última análise, a simples herança de um nome pode ser susceptível de constituir um importante elemento diferenciador no acesso a certo tipo de recursos. Durkheim, como F. de Sirgely (1993: 13) afirma, sentia-se despossuído de capitais a transmitir aos seus herdeiros, o que talvez tenha contribuído para a previsão de um desaparecimento tão rápido da herança.

Durkheim parece manifestar, assim, alguma dificuldade em captar os acertos, as manipulações dos actores sociais em relação aos constrangimentos ou condicionamentos sociais, para além da sua capacidade de prever as grandes tendências pesadas. E esta dificuldade reside, fundamentalmente, num problema epistemológico central, que hoje se reconhece ao positivismo e que resulta da tentativa sistemática de demonstrar a exterioridade dos factos sociais, de fundar uma ciência “empírica e autónoma”, liberta da subjectividade, das interpretações individualistas da psicologia. Assim se desvalorizam do mesmo passo as acções e as interações dos actores sociais. A capacidade de analisar em simultâneo, quer os constrangimentos sobre as práticas sociais

quer a importância autónoma dos sujeitos dessas práticas, capacidade que permitiria ver tendência central, mas também diversidade em relação à métrica, composição, reconfiguração e combinatórias — só foi possível através da longa caminhada da sociologia no século XX, de que Durkheim foi, juntamente com Marx e Weber, um dos pioneiros.

Mas ainda quanto à herança há, apesar de tudo, um aspecto na perspectiva de Durkheim que permanece válido e actual. Na verdade, hoje em dia ninguém — ou quase ninguém — pode esperar pela herança a receber — pelo menos, sem demonstrar as suas capacidades de gestão futura dessa própria herança — para organizar a sua vida adulta ou viver em função dela. As transformações socioeconómicas no século XX, não tendo posto em causa o papel das diversas modalidades de herança no plano da reprodução social, produziram, pelo menos, um efeito de esbatimento da sua anterior relevância. Se assim é no plano dos factos, não faltaram formulações teóricas, mesmo do insuspeito lugar da sociologia funcionalista norte-americana do segundo pós-guerra, a denunciar a ilegitimidade da riqueza herdada por contraponto àquela que o trabalho do próprio permitiu gerar.

Para terminar, uma referência breve a uma questão que permite revelar algumas ambiguidades da abordagem de Durkheim mas cuja discussão suscita problemas interessantes. Entendia ele que o casamento e a filiação, com as transformações das sociedades modernas, deixavam de representar um fim em si mesmo, isto é, já não cumpriam o papel necessário do “transcendente” — alguma coisa que está para além e depois de nós e pela qual faz sentido viver. Esse papel iria ser desempenhado pela pertença a um grupo profissional. Vejamos como.

Por um lado, o pressuposto de partida era que o “indivíduo não é, para ele próprio, um fim suficiente” (Durkheim, 1892, 1975: 45). Por outro, achava que a transmissão hereditária, embora constituísse um objectivo transcendente, tinha tendência a desaparecer. E quanto ao bem-estar doméstico, ele deixava igualmente de ser objectivo de investimento e de sentido suficiente, visto que a “sociedade conjugal” se desfaz com a morte de um dos cônjuges. Assim, seria necessário encontrar algum objectivo transcendente, de continuidade, que substituisse às finalidades que até aí pareciam ter cumprido essa função. Como o bem social, em abstracto, se torna para a maioria um objecto demasiado distante e abstracto, o grupo profissional parecia tender a desempenhar esse papel. Com efeito, ele cumpre a função de ultrapassar os próprios indivíduos e está, além disso, suficientemente próximo para permitir a identificação e a busca de sentido transcendente. Na noção de obra feita que perdura para além de nós e através da qual tecemos laços de pertença a alguma entidade mais vasta, se cumpriria um papel ontológico.

Esta proposta mostra com bastante clareza alguns dos problemas já apontados. Parece hoje evidente que o casamento e a família não perderam a capacidade de representar formas de investimento e de sentido

transcendente muito importantes, porventura ainda intensificadas em relação ao passado.

No plano familiar, concentrou-se esse investimento num número bem mais reduzido de filhos e, muitas vezes, numa forte aposta no sentido da mobilidade social destes, de forma a “transcenderem” os pais. No plano relational e amoroso verifica-se um sobreinvestimento conduzindo inclusivamente a que, nos sectores sociais em que isso é possível, a relação conjugal se mantenha apenas enquanto dá garantias de recompensa e satisfação. O sentido transcendente pode, para o bem e para o mal, ter sido transferido para a meta da relação ideal tornando-se para alguns numa busca contínua e incessante. Aliás, a própria impossibilidade de controlar esferas da vida social em que os indivíduos estão envolvidos — o trabalho e a sua precariedade, é uma delas — pode tender a transformar a vida íntima e privada num local de sobreinvestimento, exactamente porque aí se tem, ao menos, a ilusão de proximidade e controlo.

O grupo profissional, em contrapartida, não parece destinado a cumprir o papel que Durkheim tinha pensado. Constituindo, certamente, um dos vários círculos de pertença dos indivíduos, desempenhando um papel mais ou menos importante do ponto de vista identitário, este tipo de grupo não parece, no entanto, apresentar-se como especialmente importante no plano da transcendência, se quisermos levar a sério a centralidade que Durkheim atribuía a este conceito de natureza filosófica e que, na linguagem sociológica contemporânea, se traduziria, eventualmente, na noção de projecto.

A pertença a um grupo profissional pode ser uma das diferentes fontes de mobilização dos indivíduos mas não parece nem substituir-se a outras, nem desempenhar um lugar de especial realce. Esta é uma das questões em que o autor tendeu a apostar demasiado num vector da transformação social, perdendo o sentido das combinatorias possíveis. As questões do sentido, da transcendência, da identidade, permitem, aliás, mostrar que o sentido da mudança resulta de apostas múltiplas, como forma de enfrentar a incerteza, e não da excessiva concentração de desejos, expectativas e projectos numa única dimensão da vida social.

A questão feminina: a função e o cérebro...

A questão do lugar que Durkheim reserva às mulheres no contexto do casamento e da família merece atenção especial. Vejamos, primeiro, como surgem as suas propostas e argumentos principais, deixando para depois reparos e críticas. Estas serão, aliás, algumas das posições mais marcadamente anacrónicas, ambíguas e até contraditórias da proposta global que ele nos legou.

As explicações sobre a condição feminina aparecem sempre associadas ao lugar das mulheres na família e depois ao papel da organização familiar no

quadro mais geral da divisão do trabalho social. Só quando é instado a isso — porque algum autor levanta a questão da igualdade das mulheres, por exemplo — é que Durkheim problematiza, sempre na mesma lógica, a questão da cidadania ou o problema dos direitos das mulheres.

A ideia central reside em afirmar a existência de uma divisão sexual do trabalho que assenta nas características biológicas do sexo feminino as quais definem o papel social, a função, ou o lugar das mulheres. Não pode deixar de se estranhar uma perspectiva, quanto ao sexo feminino, estritamente naturalista, biologista, psicologista, quando este é um ponto de vista exactamente oposto ao que Durkheim definiu como sendo necessário para a análise de qualquer realidade social e de qualquer facto social. Ou o lugar social, o papel e o desempenho das mulheres não podem ser considerados como realidades sociais e factos sociais, ou então o mestre não seguiu em relação a este caso os ensinamentos que ele próprio avançou.

Embora noutros textos as propostas do autor apresentem alguma ambiguidade perante esta temática, suscitando como veremos algumas interrogações sobre a condição feminina, em *A Divisão do Trabalho Social* elas são de uma clareza meridiana. Vejamos como.

Tudo começa com a necessidade de explicar a divisão do trabalho social e sexual. A partir dos conhecidos argumentos organicistas de Spencer e da centralidade do conceito de função Durkheim sustenta que as diferenças, quando associadas a uma lógica de complementaridade, contribuem para o melhor funcionamento da divisão do trabalho social e produzem um sentimento de solidariedade. As diferenças entre os sexos ou, nos seus termos, “a história da sociedade conjugal”, ilustram bem, na óptica do sociólogo, tal perspectiva.

Na verdade, a história da atracção entre os sexos parece-lhe excelente exemplo do papel que jogam simultaneamente diferenças e complementaridades, concluindo o autor que é a divisão do trabalho sexual que está na origem da solidariedade conjugal. Mas enquanto no passado essa divisão de tarefas era mínima e as ocupações de homens e mulheres eram muito semelhantes, à medida que as sociedades foram evoluindo as diferenças acentuaram-se — o que, segundo Durkheim, é um sinal positivo que denota mais civilização. E entra agora em cena o argumento mais anacrónico e contraditório.

A existência no passado de grandes semelhanças de funções entre homens e mulheres — e nas sociedades onde ainda há povos “selvagens” — pode ser demonstrada, diz-nos Durkheim, através dos dados recolhidos por alguns historiadores e arqueólogos que revelam ser idênticos os esqueletos e crânios de homens e mulheres do passado. Convergem também, por outro lado, as informações de vários antropólogos, ao testemunharem que em várias sociedades primitivas as ocupações dos dois sexos são muito parecidas — as mulheres decidem na política, acompanham os homens na guerra, etc.

Ou seja, as funções idênticas desempenhadas por homens e mulheres são de tal modo importantes que vão até ao ponto de lhes afectarem e confortarem — aproximando-as — as morfologias físicas. Logo a seguir, Durkheim procura mostrar que, na actualidade, as ocupações de homens e de mulheres não cessam de se diferenciar — o que novamente afecta o tamanho dos respectivos crânios, parecendo serem os das parisenses da altura significativamente mais pequenos do que os dos homens seus contemporâneos e mais pequenos do que eram os das suas antepassadas. Porquê? Por que é da “natureza feminina” o tender a apropriar-se das tarefas de forma diferente da dos homens. Passa-se assim de um argumento “hiper-sociológico” — as funções sociais conformam a morfologia física — para ideias que aparecem depois, como explicação em última instância, estritamente biológicas e psicológicas: estamos perante a tal natureza feminina e o seu eterno mistério.

Um excerto do livro que temos vindo a citar ilustra bem esta posição: “Hoje, nos povos evoluídos, a mulher leva uma existência completamente diferente da do homem. Dir-se-á que as duas grandes funções da vida psíquica como que se dissociaram, que um dos sexos monopolizou as funções afectivas e o outro as funções intelectuais. Ao ver, em certas classes, as mulheres ocuparem-se como os homens da arte e da literatura, poder-se-ia crer, é verdade, que as ocupações dos dois sexos tendem a tornar-se homogêneas. Mas mesmo nesta esfera de acção a mulher aplica a sua natureza própria, e o seu papel permanece muito especial, muito diferente do do homem. (...) Aliás, estas diferenças funcionais tornaram-se materialmente sensíveis pelas diferenças morfológicas que determinaram. Não apenas a estatura, o peso, as formas gerais são muito dissemelhantes no homem e na mulher, mas também vismos, como o dr. Lebon demonstrou, que com o progresso da civilização o cérebro dos dois sexos se diferencia cada vez mais” (Durkheim, 1893, 1977: 75, 76).

A diferenciação dos crânios e dos cérebros parece depender assim das funções: se são exteriores e intelectuais correspondem a crânio e cérebro grandes, se são interiores e afectivas a crânios e cérebros pequenos. À medida que se desempenham funções exteriores cresce o cérebro, o que, podemos inferir, no caso dos homens os torna mais inteligentes. Em contrapartida, à medida que as mulheres desempenham papéis internos, diminui-lhes o cérebro mas tornam-se mais afectuosas, mais femininas. E, na verdade, para que é preciso um cérebro grande quando se trata de desempenhar as funções do afecto e da solidariedade conjugal? Vemos aqui os fundamentos, aliás, da teoria da divisão dos papéis sexuais de Parsons — instrumental e expressivo — embora este último mantivesse alguma distância em relação às abordagens organicistas.

Sem a ajuda do texto indicado, poderia parecer exagero colocar nestes termos as propostas de Durkheim. Mas estas são as únicas conclusões possíveis. À distância de um século afirmações deste tipo são surpreendentes e

tenderiam a pôr em causa o respeito pelo clássico da disciplina levando a esquecer a importância de outros dos seus contributos. Mas do lugar da epistemologia, e do que Durkheim noutras obras nos ensinou, é importante manter alguma distância em relação a tais propostas, procurando ver o sujeito no contexto de produção do seu próprio pensamento, condicionado pelo positivismo, o evolucionismo, o organicismo abundantemente criticados por várias gerações posteriores de sociólogos e até por autores dos finais do século passado.

Aliás, pode-se até, vindo em auxílio de Durkheim, usar o conceito de *epistemeia* de Foucault, avançado na sua *Arqueologia do Saber* (1969), para sugerir a dificuldade ou impossibilidade de pensar e de elaborar discursivamente certas ideias e pensamentos em determinadas épocas. A *epistemeia*¹⁰ é um sistema de relações que define uma visão do mundo, impõe uma estrutura específica de pensamento que torna impossível formular questões num dado momento, questões essas que podem surgir mais tarde, noutros contextos “cognitivos”, como evidentes.

Mas seguir esta linha podia equivaler a pecar por excesso de tolerância em relação a Durkheim. É que, na verdade, há também aqui um problema de opções ideológicas ou, numa linguagem mais chã, de escolha de companhias. Isto é, propostas de abordagem diferentes sobre a questão feminina já tinham surgido no campo das ideias na época em que o autor francês elabora as obras a que temos feito referência. Aliás, alguns dos textos de Durkheim sobre o casamento e a condição da mulher são elaborados com base em informações de outras investigações e ensaios ou mesmo em constante polémica contra outros autores, como é o caso do texto sobre Westermarck, onde faz o esforço de afirmar a perspectiva sociológica contra pontos de vista psicologistas na explicação sobre as origens do casamento (Durkheim, 1895, 1975: 70-92). O debate sobre a matrilinearidade e a patrilinearidade, por outro lado, a discussão em torno do evolucionismo, nomeadamente, no seio de alguma antropologia (Vale de Almeida, 1995) são também temáticas que aparecem em meados do século XIX, referidas nos textos de Durkheim. Mas espanta sempre o contraste entre a lucidez “sociológica” que o autor emprega para analisar a maioria destes textos e a visão constantemente “naturalista” que ele patenteia noutros sobre a questão das mulheres.

Durkheim estava assim, a este respeito e nesta época, (mal) acompanhado, mantendo-se perto de Freud, mas rejeitando companhias mais estimulantes, como a de Engels (1884, 1976). Também não deu importância ao que

10 M. Foucault começa por definir o conceito de epistemeia da seguinte forma: “conjunto de relações podendo unir, numa dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a esquemas formalizados; modo segundo o qual, em cada uma dessas formações discursivas, se situam e se operam as passagens à epistemologização, à cientificidade, à formalização...” (Foucault, 1969: 250).

desde a Revolução Francesa várias mulheres¹¹ vinham tentando mostrar. Nestas outras posições sustentava-se que as mulheres desejavam ser tratadas como seres humanos pensantes, sujeitos das suas próprias opções e da sua liberdade, tal como se definia teoricamente que os homens deviam ser. Também aí se mostrava a vontade feminina de se ser protagonista do seu destino e não mero prolongamento dependente da família ou escrava da biologia ainda que, para algumas, essa dependência fosse adocorada com a imagem de uma mansão dourada e a ideia de um desempenho nobre e imprescindível.

Mas não era esta última a opção de Durkheim. Num pequeno texto em que refere as posições de Lourbet, o qual argumentava que a desigualdade entre homens e mulheres deixa de fazer sentido porque a força física já não estava em causa nas sociedades da época (finais de século XIX) e porque, intelectualmente, não há qualquer diferença entre homens e mulheres, Durkheim comenta, com a frase que utilizámos para epígrafe inicial da investigação sobre o casamento (Torres, 2000a): “(...) a igualdade dos sexos não pode tornar-se maior senão quando a mulher se envolver mais na vida exterior, mas então como deverá transformar-se a família? Serão necessárias mudanças profundas, perante as quais não há talvez modo de recuar, mas que é necessário prever” (Durkheim, 1901, 1975: 131).

Mantém-se, desde logo, a perspectiva da relação entre funções exteriores e independência dos indivíduos. Durkheim aclava mesmo que as mulheres só seriam iguais aos homens quando desempenhassem funções idênticas, isto é, quando fossem para o “exterior”. Posição que, como sabemos, lhe confere inteira razão. Mas as preocupações “naturalistas” sobrepreñem-se logo às outras: e a família? e quem cuidarão? Não estarão as mulheres “naturalmente” preparadas para estas funções? Começa então tudo de novo, remove-se a ambiguidade aparente e aceitam-se os entraves à independência e autonomia femininas. Estes argumentos, apesar da sua respeitável idade, vão recorrentemente reaparecer ao longo do século XX sempre que a questão feminina é colocada, sempre que se dá um passo no sentido de maior cidadania.

Constantemente se relembra às mulheres e, normalmente, são ideólogos homens a fazê-lo, que não podem ter plena cidadania porque lhes cabem atributos, obrigações, deveres especiais. As mulheres são pessoas sempre com família — ou não são bem mulheres... — os homens são sempre homens sozinhos. Sobre elas recaem também ameaças, culpabilizações, sacrifícios. Parsons, como veremos à frente, depois de mostrar algumas das tensões e dificuldades originadas pela divisão e diferenciação dos papéis sexuais, acaba por concluir pela necessidade do sacrifício das mulheres casadas em relação a ambições de realização pessoal e profissional. A não existir esse sacrifício, estas iam ameaçados o bem-estar e a harmonia da família.

11 Entre elas Mary Wollstonecraft, Flora Tristan, entre muitas outras.

Ainda hoje, apesar de notáveis avanços na igualdade entre os sexos, quer no plano ideológico, quer no plano das práticas, podemos facilmente reconhecer novos e velhos moralistas sempre prontos a mostrar às mulheres a sua especificidade, indicando-lhes o que devem fazer com o seu corpo, como devem utilizar a liberdade de decidir. Os mesmos recorrentes argumentos revelam, como Lígia Amâncio apontou, uma permanente duplicidade de critérios quando se trata de avaliar práticas e comportamentos de homens e de mulheres. Aos primeiros, atribui-se as características universais da "pessoa", às segundas concedem-se características específicas, particularistas, naturalistas e desqualificadas (Amâncio, 1994).

Mas voltemos a Durkheim, para mostrar, agora de forma mais substantiva embora breve, algumas das fragilidades dos seus argumentos. Certos de entre eles, de resto, foram interpelados pela própria evolução histórica não necessitando, por isso, de mais contestação. Desde logo, e com a perspectiva do século XX, a crescente participação das mulheres nas actividades exteriores não parece ter implicado o aumento dos cérebros e dos crânios, como indicavam as teorias em que Durkheim se apoiou... Ou será o facto de continuarem a acumular as tarefas afectivas que contrabalançará esse crescimento...? E como interpretaria Durkheim a tendência actual em toda a Europa de haver mais jovens do sexo feminino a frequentar com êxito o ensino superior do que homens? São visivelmente anacrónicas estas teorias evolucionistas do tamanho dos cérebros e dos crânios. Pesquisas recentes têm mostrado, por outro lado, como as capacidades intelectuais, independentemente da morfologia ou do tamanho do cérebro e do crânio, dependem de um conjunto de factores onde se articulam de forma diferentemente doseada capacidades inatas ou geneticamente adquiridas, aprendizagens, treinos, emoções, socializações em ambiente estimulante e favorável.¹²

Voltando a Durkheim interessa referir um problema já enunciado a propósito de outra questão, que o impede de ver melhor estas realidades. Com efeito, ele parece ter sempre em mente, de forma implícita, quando fala das mulheres, os sectores mais instruídos, ou mesmo as mulheres burguesas da sua época. E o que diria Durkheim da morfologia do cérebro dos milhares de mulheres que, tal como os homens do seu tempo, lutavam pela vida, nas fábricas, no campo, nas inúmeras tarefas domésticas como empregadas dos sectores mais abastados? Teriam elas o cérebro maior do que as parisienses que se dedicavam à arte, à literatura e ao afecto?

A história do século XX foi também a história do desmontar de muitos destes mitos em relação às mulheres. Mitos que implicavam também a invisibilidade de quotidianos pesados e difíceis para a maioria. Mas vale a pena

agora, pondo entre parêntesis a dificuldade de Durkheim em relação à chamada condição feminina, sintetizar de forma breve os seus contributos.

Como vimos, a afirmação de um modelo de família restrita, com tendência para a não coresidência com os ascendentes ou a família de origem, a afirmação do respeito pela individualidade de cada membro da família,¹³ a valorização das pessoas em detrimento das coisas, o papel mais relevante do Estado, são tendências equacionadas há 100 anos atrás, perfeitamente reconhecíveis ainda nos dias de hoje. A autonomia feminina que Durkheim, de forma directa, encarou de forma distorcida pode, ainda assim, ser entendida como uma resultante indirecta do processo de valorização da individualidade.

Exemplos dessas tendências foram claramente identificados na pesquisa sobre o casamento (Torres, 2000a). O modelo da família conjugal moderna, enquanto prática e tipo ideal, é inteiramente dominante nos casais entrevistados. Para a esmagadora maioria, que o pratica, ele está de tal forma naturalizado e interiorizado que nem surge como questão explícita. Pelo contrário, para uma pequena minoria que vive com um ascendente, ou com outros familiares, em geral por razões de natureza económica, surge quase sempre o desejo explícito de mudança, o desejo que essa coresidência acabe para dar lugar ao núcleo conjugal simples.

A afirmação da autonomia no feminino, nomeadamente a vontade de manter uma actividade económica remunerada como forma de maior independência financeira, de valorização pessoal, de reconhecimentos das competências aparece claramente na esmagadora maioria das mulheres entrevistadas. Trata-se de uma posição, também enquanto prática e como tipo-ideal, tão naturalizada e incorporada como a da família conjugal moderna.

Mas não se podem formular apenas as tendências centrais — que dizem sobretudo respeito aos sectores intermédios, ou às chamadas classes médias, que conheceram elas próprias, enquanto grupo, grande incremento numérico — sem equacionar também os processos de transformação noutros sectores sociais que porventura escapam às grandes tendências e com elas se articulam.

No caso português, o desvio etnocêntrico para olhar a realidade segundo a perspectiva das classes médias, sempre nefasto, seria desastroso. Portugal era ainda nos anos 60 um país marcadamente rural, com uma indústria praticamente circunscrita a duas zonas urbanas. O crescimento das classes médias, a desruralização do país, a relativa estagnação da indústria e o crescimento dos serviços, dá-se progressivamente desde esses anos até ao presente. Trata-se de processos de recomposição social com evidentes impactes nas

12 Os trabalhos de António e Hanna Dâmasio mostram bem aspectos desta conjugação (Dâmasio, 1995).

13 Nas palavras de Durkheim: "cada membro da família tem a sua esfera de acção e a sua individualidade".

formas de organização da vida familiar e que são acompanhados, a partir de 1974, com a Revolução de Abril, por mudanças ideológicas importantes. A liberalização do divórcio para os que tinham casado pela Igreja é um dos muitos exemplos desse acréscimo de liberdades que têm efeitos na vida familiar. Alterações no Código Civil, quanto ao direito de família, passam a atribuir às mulheres um conjunto de direitos elementares, quebrando assim uma velha hegemonia patriarcal.

Mas, em Portugal tal como em França, olhando com a perspectiva de um século ou pensando no presente, parece sempre fundamental na análise sociológica ter em conta quer a letra da lei, e o que as suas transformações exprimem como sinais de mudança na vida social, quer as condições práticas do seu exercício e da sua aplicação. Seria isto também o que o Durkheim metodológico nos aconselharia. Assim, a libertação da família conjugal das amarras do parentesco, o maior respeito pela individualidade de homens ou de mulheres no contexto da família, o peso acrescido das "pessoas" em relação às "coisas", são dimensões que têm sempre de ser aproximadas às condições sociais para as pôr em prática.

Simmel, a sociologia da família, o casamento e a questão feminina

Já sabemos como as propostas teóricas de Simmel e Durkheim radicam em posições e pressupostos epistemológicos inteiramente diferentes. O que no segundo é inspiração positivista, defesa da proximidade entre ciências da natureza e ciências sociais, procura de um conhecimento objetivo da realidade, no primeiro é uma visão mais relativista da irredutibilidade da realidade ao saber, tão cara aos neo-kantianos, com a sua afirmação da especificidade das ciências da cultura ou do espírito.

Apesar dessas diferenças, no entanto, encontramos objectos de reflexão partilhados pelos dois autores e até preocupações e posições idênticas a propósito de certos temas. Na verdade, é interessante verificar como, há precisamente 100 anos atrás, a temática do casamento e da questão feminina parecia mobilizar a atenção dos pensadores da época. Assim, enquanto Durkheim analisa pormenorizadamente os argumentos do livro de Westermarck *The History of Human Marriage*, editado em 1891 e traduzido para francês, distanciando-se de várias das suas conclusões,¹⁴ Simmel integra a extensa informação

desenvolvida nessa obra num texto intitulado *On the sociology of the family* publicado em 1895 (Durkheim, 1895, 1975: 70-92; Frisby, 1998; Simmel, 1895, 1998).

Nesse artigo, Simmel utiliza muitos dos exemplos do estudo de Westermarck sobre as origens do casamento e do casamento por rapto, no qual se conclui a dado passo "a mulher já não é propriedade do marido e, de acordo com as ideias modernas, o casamento é, ou deveria ser, um contrato baseado na perfeita igualdade entre os sexos; a história do casamento humano é a história de uma relação em que as mulheres têm vindo gradualmente a triunfar sobre as paixões, os preconceitos e os interesses egoístas dos homens" (Frisby, 1998: 279). Trata-se de uma posição semelhante à do próprio Simmel, o qual, quer no artigo indicado, quer em a *Filosofia do dinheiro*, desenvolve a sua perspectiva sobre o casamento, a família e a emancipação feminina.

Mas vale a pena fazer um parêntesis para um breve comentário. Os textos dos clássicos da sociologia a que se fez referência, escritos curiosamente no mesmo ano (1895), abordam nos seus preâmbulos a sociologia e os sociólogos. A 100 anos de distância, tais preâmbulos suscitam um interesse particular. Durkheim, ao comentar o livro de Westermarck, elogia a seriedade do autor, nomeadamente a partir da exaustiva recolha de informação em que se baseia, servindo-se desse elogio para criticar todos os sociólogos "improvisados" que desprezam a informação empírica sistemática e cuidada para abordar os problemas científicos, "numa época onde a voga crescente e, talvez demasiado rápida, dos estudos sociológicos, faz eclodir por todos os lados vocações apressadas que a impaciência do sucesso, o desejo de responder imediatamente às exigências e preocupações das pessoas, tornam demasiado frequentemente indiferentes à circunspeção científica" (Durkheim, 1895, 1975: 70). Problemas que, como vemos, não são exclusivos do nosso tempo...

Em contrapartida, Simmel sugere que as novas disciplinas, como a sociologia, se confrontam frequentemente com o problema de terem fronteiras demasiado permeáveis, sendo por vezes confrontadas com um conjunto de questões de ordem moral, política ou ética que, na realidade, as transcendem. A sociologia, durante um tempo, diz Simmel, "pareceu ser a palavra mágica que poderia oferecer solução para todos os enigmas tanto da história como da vida prática, da moral como da estética, da religião como da política" (Simmel, 1895, 1998: 283). O autor sugere depois que importa, um pouco no mesmo sentido de Durkheim, especificar teorias mais modestas, de modo a delimitar os problemas a que se quer responder. Considerando que há várias modalidades possíveis de conceber as tarefas fundamentais da sociologia, ele próprio propõe que ela deve constituir-se como "a investigação das formas através das quais os homens são socializados"¹⁵ e que mostram a mesma essência e a mesma evolução através da multiplicidade dos objetivos e dos conteúdos em torno dos quais se cristalizam as sociedades" (Simmel, 1895, 1998: 283).

14

Como já se mencionou atrás, pareceu desnecessário desenvolver a argumentação de Durkheim, mas pode lembrar-se que uma das suas principais críticas a Westermarck se baseia no facto de considerar que este explica fenómenos sociais por factores psicológicos, violando a regra de "explicar o social pelo social".

Dois comentários diferentes que remetem para a mesma realidade. A visibilidade da sociologia nesse final de século XIX, os debates mais ou menos apaixonados que ela poderia suscitar, quer quanto aos seus procedimentos, quer quanto aos resultados obtidos, e, em particular, a popularidade de temáticas como a da família, do casamento e das mulheres, que continuaram a constituir 100 anos depois, inevitável tema de discussão. Talvez hoje o ambiente seja mais céptico em relação à disciplina e os debates menos apaixonados, mas os temas, com as especificidades induzidas pela contemporaneidade, esses aí estão de novo, a suscitar reflexão e resposta. Não deixa também de ser curioso notar a preocupação plenamente actual, partilhada aliás pelos dois autores apesar das posições teóricas e epistemológicas que os separam, em demarcar a perspectiva científica da sociologia de visões demasiado abrangentes, sem referente teórico e sem aferição.

Volando a Simmel, vale a pena dar conta brevemente das suas posições fundamentais, insistindo apenas em aspectos aparentemente mais relevantes. No texto sobre sociologia da família, a que já se fez referência, as suas posições resultam claras. Em primeiro lugar, parece-lhe fundamental afirmar que a variedade de formas de relacionamento entre homens e mulheres, ao longo dos tempos, está associada a "circunstâncias históricas específicas" e não decorre de uma evolução simples e linear a partir de um estado primitivo e originário. A preocupação principal é, assim, mostrar a diversidade das situações e das conjunturas históricas, defendendo que não houve necessariamente um princípio pré-histórico comum nas formas de regular as relações conjugais e familiares (Simmel, 1895, 1998).

A relação mais estável ao longo do tempo não seria a que se estabeleceu entre homens e mulheres, mas a que associa mães e filhos. Depois de mostrar que o surgimento da propriedade privada terá permitido a individualização da relação pai/filho através do desejo de transmissão do património, Simmel vem afirmar, em consequência, o carácter recente dessa relação: "o conceito de pai teve de sofrer um longo desenvolvimento a partir do seu sentido original, que incluía apenas a posse da criança através da posse da mãe, até poder desenvolver-se no de uma relação directa e individual entre o progenitor e a criança" (Simmel, 1895, 1998: 289). Comentário interessante, que faz lembrar como ainda hoje a relação entre pai e filhos, não mediada pela mãe, parece um fenómeno recente e que se torna mais notório, aliás, com as situações de ruptura conjugal.

A propriedade privada estaria também na origem da valorização da monogamia e da fidelidade feminina no casamento, enquanto meio de garantir a transmissão do património a filhos legítimos. E a partir desta decorre

outra evolução importante: "o que foi a causa para a espécie é um efeito para o indivíduo; foi apenas a validade da monogamia, que surgiu a partir de circunstâncias económicas e políticas, que trouxe para o primeiro plano os sentimentos específicos do amor e da fidelidade para a vida; e agora, inversamente, a emergência deste sentimento constitui o ímpeto para o indivíduo se casar" (Simmel, 1895, 1998: 290).

A mesma inversão se verifica em relação aos sentimentos perante os filhos. Se de início terá sido a necessidade de garantir certa estabilidade e coesão para a melhor sobrevivência das crianças que esteve na base da manutenção de relações conjugais mais duradouras, essa continuidade ter-se-á traduzido, posteriormente, nas relações de afecto e no sentido de projecção na geração seguinte, o que assegura, simultaneamente, a continuidade social.

Estas ideias, em particular as que se relacionam com a evolução do casamento e o estatuto das mulheres, estão ainda mais desenvolvidas no livro *Filosofia do dinheiro*. Simmel afirma que aquilo que parece hoje estranho, o casamento por compra das mulheres, constitui na época uma evolução, na medida em que significou o assumir de um conjunto de regras e prescrições que protegia o sexo feminino. Mas, mais importante do que isso, ao impor esforço e sacrifício para garantir a posse da mulher através do pagamento em espécie ou dinheiro, essa regra de acesso ao casamento acaba por criar o amor ao "objecto" possuído (Simmel, 1898, 1988: 47-91). Vê-se aqui novamente a ideia da causa que se torna em consequência e a preocupação de procurar reconstituir as condições sociais que explicam certo tipo de configurações, fugindo de explicações naturalistas.

A explicação da passagem do casamento por compra ao casamento com dote é igualmente elucidativa do esforço de captar as circunstâncias sociais que teriam contribuído para que se processasse tal transformação. No contexto do casamento por compra a mulher é considerada um objecto, uma espécie particular de animal de trabalho, um "bem" que passa da família de origem para o marido que a adquire. Este tipo de situação seria mais frequente quando a divisão do trabalho entre os sexos não era ainda muito nítida, participando as mulheres na actividade produtiva. Assim se compreenderia melhor, aliás, que o casamento de uma filha representasse perda de mão-de-obra para a família de origem, apenas compensável pela "compra" da jovem. O valor acrescentado das capacidades reprodutivas femininas só vem ainda acentuar as vantagens, para o marido, da aquisição. De facto, aqui parece estar completamente em uso a lógica da mulher como mercadoria (Simmel, 1898, 1988: 47-67).

A passagem do casamento por compra para o casamento com dote processa-se, na perspectiva de Simmel, porque as circunstâncias sociais mudam. Quando a economia perde o seu carácter familiar e se desenvolve a economia monetária, acentua-se a divisão do trabalho entre os sexos, ou seja, entre trabalho doméstico não directamente produtivo e trabalho para o mercado,

15 Em inglês o termo usado é *sociated*. Utilizámos para a tradução, além do texto em inglês mencionado, uma versão francesa desse mesmo texto (Simmel, 1988: 27-28).

assumindo os homens praticamente a exclusividade do trabalho exterior. Nesta medida, as mulheres deixam de ter valor produtivo, passando, a partir do casamento, a constituir para os homens um "encargo". O dote da família da noiva funciona, assim, como forma de atenuar essa despesa futura. A separação das esferas masculina e feminina, a desvalorização monetária do trabalho doméstico no contexto de uma economia mercantilista, estão associadas a novos regimes matrimoniais.

Vemos então uma relação inteiramente próxima, muito mais ainda em Simmel do que em Durkheim, entre estatuto e situação das mulheres e formas de organização de vida familiar e conjugal. Independentemente de maior ou menor concordância com as propostas substantivas de Simmel, o que importa realçar é o facto de ele procurar, numa perspectiva sociológica, reconduzir as condições sociais que geram estas ou aquelas configurações. É um esforço que, na linguagem de Durkheim, poderíamos classificar como de explicação do social pelo social. O livro *Filosofia do Dinheiro* revela enorme acutlância de análise, mostrando com cruza e clareza o papel de objecto de troca e de força de trabalho produtivo e reprodutivo que foi, durante muito tempo, destinado às mulheres.

Mas não é sempre do mesmo lugar sociológico que no texto referido, ou mesmo noutros, Simmel discorre sobre a condição feminina. Na verdade, ao reflectir sobre as diferenças entre os sexos, coloca-se essencialmente numa posição ontológica já que propõe a distinção entre "feminino" e "masculino" a partir da definição de essências, a partir do que é. Desloca-se assim, neste contexto de aplicação, a análise sociológica para a definição ontológica. Não seria problemático discutir no último terreno, se não se desse o caso de as definições ontológicas serem imunes à aferição empírica, o que apenas torna possível a sugestão de definições alternativas do "ser". Mas vejamos para já dois exemplos, entre muitos outros possíveis, das posições de Simmel sobre as diferenças entre os sexos.

O primeiro surge ainda em *a Filosofia do Dinheiro* e refere-se ao problema das diferenças entre homens e mulheres a propósito da sexualidade. Com efeito, dos argumentos aí expostos destaca-se claramente a ideia de uma natureza feminina específica e inteiramente diferenciada da do homem. Ilustra-o, por exemplo, a seguinte passagem: "(as mulheres) ligadas mais estreitamente e mais intensamente do que os homens ao fundo primordial, obscuro, da natureza, o essencial da sua personalidade está ancorado muito mais solidamente nas funções eminentemente naturais e universais que garantem a unidade da espécie" (Simmel, 1898: 58). Esta diferenciação mostra-se ainda no facto de as mulheres serem em essência uma totalidade, encontrando-se todos os seus diferentes aspectos intimamente fundidos no seu ser a partir "dos afectos, vontades e pensamentos incluídos". Portanto, a mulher é verdadeiramente o "ser", totalidade com uma unidade psíquica mais indistinta, enquanto o homem é "devir", ser dividido mas

muito diferenciado, racional e distante dos fundos obscuros da natureza (Fernandes, 1993).

Estas diferenciações têm como consequência duas posturas inteiramente distintas de homens e de mulheres perante a sexualidade. Enquanto estas no relacionamento sexual entregam todo o seu ser, eles entregam apenas a sua ínfima parte. É também a partir deste critério básico que Simmel referencia as diferenças entre os sexos perante a prostituição e justifica a maior condenação social a que o adultério feminino é votado. Trata-se assim de uma visão fundamentalmente essencialista e naturalista a que distingue o masculino do feminino. Perdem-se aqui as referências às circunstâncias sociais que contribuem, por exemplo, para explicar as diferentes modalidades de casamento.

O mesmo tipo de visão orienta as posições de Simmel sobre a cultura feminina. Ao especificar melhor as diferenças entre os sexos, respondendo, entre outras questões, ao problema da emancipação feminina, o autor alemão sustenta que só existirá verdadeiramente emancipação se as mulheres afirmarem a sua cultura própria, que se caracteriza pela oposição total à cultura existente. Esta última é masculina, porque é objectivada e assenta na essência racionalista e dispersa do masculino. Essa especificidade da cultura feminina, dotada de maior proximidade das emoções, dos sentimentos e da subjectividade tem enormes vantagens em certas profissões e áreas do saber, mas torna-se simultaneamente imprestável para outras. Na medicina e na história, por exemplo, Simmel considera que a alma feminina, capaz de empatia e de capacidade de entendimento das paixões humanas, se revela particularmente útil (Simmel, 1902, 1988: 69-91).

Aparecem acentuadas assim as diferenças entre os sexos, tal como o fazem, aliás, certas correntes feministas actuais. Mas, em vez de considerar que essas diferenças decorrem de aprendizagens e de circunstâncias históricas e sociológicas, assenta-as o autor na alma feminina, entrando em territórios que não se prestam à comprovação empírica e que se atáram da pesquisa sociológica. Será que há uma alma feminina e outra masculina? O sexo da alma não aparece todos os dias desmentido por proximidades intersexos e por distâncias intrasexos? São territórios em que as questões suscitam respostas sempre duvidosas

Ninguém duvida, no entanto, e a pesquisa sociológica tem-no confirmado, que as mulheres estejam, de forma global, mais habilitadas para o desenvolvimento de tarefas relacionais, para as quais, ao longo de séculos de história, têm desenvolvido competências superiores às dos homens, competências treinadas, por exemplo, nos cuidados com as crianças na atenção às necessidades dos outros. Mas o que os últimos 100 anos demonstraram foi exactamente que o facto de terem essas competências não significa que elas estejam inscritas no seu ser biológico nem que, por outro lado, não possam desenvolver outras, tal como os homens podem e têm desenvolvido mais competências para cuidar e proteger. A entrada das mulheres em todos os

territórios masculinos, com sucesso, está bem patente no final do século XX. Um exemplo, entre muitos, é a existência de percentagem maioritária de mulhères nos cursos superiores em toda a União Europeia, mostrando que não há zonas interditas ou impenetráveis à "natureza feminina". É que não se trata de um problema de natureza, trata-se de contextos diversificados de aprendizagens, de socialização, de cultura.

Parece inteiramente justa, em contrapartida, a preocupação de Simmel ao sublinhar as vantagens do que ele considera ser a "cultura feminina", se a entendermos como procura de atingir a totalidade, ou como vontade de mostrar que, na vida social, para além das dimensões racionais importa também ter em conta as emocionais, sendo ambas faces de uma mesma moeda que se traduz na palavra "pessoa". Não se trata é, evidentemente, de atributos inscritos na natureza ou na alma feminina, mas de competências dos seres humanos. Por razões históricas, de divisão do trabalho, de funções e de papéis, as mulheres terão desenvolvido mais essas competências. A procura de zonas de complementaridade entre emoção e razão têm constituído, aliás, como se sabe, crescente objecto de pesquisa, mesmo em neurobiologia (Danaísio, 1994).

Podemos considerar ainda os avanços feitos pelas mulheres nos territórios ditos masculinos como revelações, pela positiva, da capacidade de "misturar mundos" e quebrar antigas barreiras. Também pela negativa se pode ver que certas situações ultrapassam largamente o problema dos atributos do masculino ou o do feminino, para se relacionarem com circunstâncias económicas, culturais ou simbólicas. A prostituição masculina, por exemplo, mostra que a questão não é a de uma particular degradação da alma feminina, porque as mulheres teriam uma posição essencialmente diferente dos homens perante a sexualidade, mas que se trata de situações genéricas de compra ou venda de serviços que atingem mais ou menos quem os presta, ou quem os procura, independentemente do seu sexo.

As observações críticas, como aliás já foi referido a propósito de Durkheim, tornam-se fáceis 100 anos depois de estes textos terem sido escritos. É inequívoca, em todo o caso, a importância do contributo de Georg Simmel para a sociologia e, nomeadamente, para as questões do casamento, da família e do estatuto das mulheres. Ele tematizou aspectos inovadores, abordou e questionou a realidade social do seu tempo de modo produtivo e fecundo.

Da instituição ao companheirismo: a proposta de Burgess

Já no século XX e basicamente até aos anos 60 é em torno da ideia do surgimento da família moderna e da centralidade do casamento neste novo

contexto, que as principais propostas se constroem. Situando-nos na literatura norte-americana, é com E. W. Burgess, que dirige equipas de pesquisa de inspiração interaccionista na conhecida escola de Chicago, que surge a proposta da transformação da família "instituição" em família "companheirismo". A transformação deve-se, essencialmente, na lógica dos autores, à passagem da produção agrícola e artesanal à produção industrial bem como à mobilidade geográfica e às vagas de urbanização que a acompanhavam. A caracterizar o modelo "companheirismo", e por oposição à lógica da instituição, temos uma família que é fundada pelo casamento decidido pela livre escolha dos cônjuges, que instala a democracia como princípio de funcionamento e que tem como finalidades o bem-estar pessoal do casal e dos filhos (Burgess, *et al.*, 1960).

Nesta perspectiva é o novo casal e, portanto, o casamento na verdadeira acepção da palavra, que funda a família e não, como na lógica institucional, a família através da "conveniência" ou do "interesse" que impõe aos mais novos o casamento. Como afirma Burgess, no modelo institucional as preocupações patrimoniais e económicas sobrelevam todas as outras. Com o assalariamento, possível também para um número mais significativo de pessoas através da industrialização, tende a difundir-se o "companheirismo" como nova forma de encerrar a família e o casamento.

Considerado o pai da sociologia da família americana por ser um dos autores que mais consistentemente investigou e teorizou neste domínio, Burgess é, simultaneamente, um dos fundadores da Escola de Chicago (Osmond, 1987). As suas publicações, em conjunto com outros colaboradores, marcam profundamente o panorama científico desde os anos 20 até, pelo menos, 1955. O que veio mais tarde a ser conhecido como "interaccionismo simbólico" é a corrente teórica inspiradora, de forma global, dos trabalhos destas equipas dando origem à primeira definição da família como "unidade de personalidades em interacção existindo primordialmente para o desenvolvimento e gratificação mútua dos seus membros unidos mais por coesão interna do que por pressões externas".¹⁶ Posteriormente, a análise multifacetada dos diferentes tipos de família em termos de evolução diacrónica e, na perspectiva sincrónica, a identificação de diferentes tipos de família urbana, fornecem pistas de análise. Temas como as expectativas que as famílias e, em particular, as mães, depositam nos filhos, os eventuais conflitos gerados por diferentes tipos de expectativas, questões como os factores distintos a partir dos quais se pode construir a unidade familiar e os graus dessa mesma unidade, são alguns dos que Burgess e os seus colaboradores analisam.

Mais atentas às acções dos indivíduos, ao seu protagonismo e às suas

16 Definição avançada por Burgess num texto de 1926 em que analisa os resultados de uma pesquisa sobre crianças delinquentes, citado em Osmond (1987: 113).

interacções, do que às determinantes e aos constrangimentos exteriores, as análises produzidas sob a sua orientação, com outros enquadramentos teóricos, reproduzem-se parcialmente em propostas e investigações de vários autores contemporâneos. O facto de se tratar de uma corrente inspirada no interaccionismo simbólico facilita, aliás, essa reutilização. É o caso de autores contemporâneos que têm prestado particular atenção ao funcionamento das interacções familiares, aos factores que contribuem para a unidade ou coesão da família ou que contribuem para a sua organização ou regulação. Eles inspiraram-se, com efeito, pelo menos parcialmente, nas análises de Burgess (Kellnerhals, *et al.*, 1984).

E se alguns dos limites da proposta são também reconhecíveis à distância, a bondade de fundo da perspectiva é inteiramente confirmada pelo correr do tempo. Cada vez mais a família é valorizada no quadro da vida individual, como fonte de gratificação e bem-estar afectivo e não tanto como prestadora de serviços ou como unidade de produção de bens económicos. Foi exactamente no sentido que Burgess apontava que as relações familiares evoluíram de forma nítida desde os anos 20 até ao final do século. O autor da escola de Chicago apenas deu menos atenção ao facto de persistirem na família funções económicas, ainda que em modalidades actualizadas sob a forma da gestão de recursos, que coexistem com as funções afectivas sem a elas necessariamente se oporem nem a elas necessariamente se impoem.

Algumas críticas têm sido formuladas à proposta de Burgess. São recorrentes reparos em dois planos, que acabam por estar interligados: o do conteúdo substantivo das propostas e o que se refere ao que podemos designar por envasamento ideológico normativo. Quanto ao primeiro plano, importa clarificar que Burgess apresenta a vida familiar e a vida pública como esferas autónomas, dicotomizáveis, por serem governadas por lógicas diferentes — de um lado a lógica da protecção, do afecto e da intimidade, do outro a da competição, do interesse e do lucro. Tal separação é também considerada consequência da perda, por referência ao passado, como já se mencionou, das funções económicas da família.

Ora, demasiada ênfase nestas ideias, retomadas aliás, embora noutra contexto teórico e conceptual, por Parsons, teve efeitos nefastos. Por um lado, produziu a subestimação, ou mesmo a total invisibilidade, de um conjunto de trocas e de relações internas à vida familiar que não passam necessariamente apenas pela lógica dos afectos. É claramente o caso, a título de exemplo, do enorme volume de serviços prestados, e mesmo de trabalho “produzido”, na esfera familiar — dos cuidados com os filhos à realização das tarefas domésticas ou ao trabalho para o mercado que se desenvolve ainda no quadro familiar em diversos contextos sociais. Por outro lado, a dicotomização entre a familiar e vida pública está associada a uma perspectiva que considera a distribuição de papéis diferenciados e complementares entre mulher e homem como “natural” e “universal”. A questão das mulheres, ou a questão das diferenças

de sexo, está aqui completamente obscurecida pela visão “naturalizada” da distribuição dos papéis de acordo com as diferenças biológicas.¹⁷ A tendência para encarar a vida familiar e o casamento como empreendimentos abstractos desligados de outras dimensões da vida social, governados apenas por lógicas sentimentais e interpessoais, por oposição às dimensões consideradas agressivas e difíceis das outras relações sociais, alimentou ainda, por sua vez, e por demasiado tempo, a ideia de família como casulo protector. Subestimava-se a possibilidade de factores externos interferirem no funcionamento interno da família para a desestruturar. Não se entendia que apesar de serem governadas pelo companheirismo, sentimento e afecto as famílias podiam ser também palco de conflitos, tensões, desentendimentos, problemas.

Tratava-se de uma visão da vida familiar penetrada pelo optimismo, o que é também de certo modo compreensível na época em que foi formulada. Parecia que Burgess queria sublinhar a vitória dos “bons princípios” — os do sentimento e do companheirismo — contra os “maus princípios” do passado — as lógicas do interesse como pretexto e fundamento para o casamento. E parece ser também este tipo de lógica que explica a sobreposição entre as afirmações que se referem ao que “é” a família e aquilo que ela “deve ser”. É aqui que os dois planos que referimos atrás — o dos conteúdos substantivos e o do envasamento ideológico e normativo — se entrecruzam. Burgess considera, com efeito, que a família tem um papel central na manutenção da ordem social, exactamente porque a considera como factor compensatório e equilibrador dos constrangimentos e dificuldades a que os indivíduos estão sujeitos nas outras esferas da vida social.

A ideia da centralidade da família como factor protector do indivíduo — numa sociedade e numa época onde são inexistentes ou incipientes os sistemas do Estado-Providência — reconhece-se inteiramente na análise de Burgess sobre a situação dos sem-abrigo. De facto, ele considera esta situação “reflexo dos problemas da família”. Ora, se há factores que contribuem para a situação dos sem-abrigo que possam ter origem no disfuncionamento familiar, muitas vezes esse mesmo disfuncionamento deriva, directamente, da própria inserção social dos indivíduos e dos chamados problemas externos à família e que têm sobre ela impacto — crise económica, desemprego. Esses factores, articulados a fragilidades já existentes no contexto familiar, desestruturam frequentemente a família, tornando-a ainda mais incapaz de desempenhar qualquer função protectora. Estamos aqui em presença de fenómenos de interinfluência e não de causalidades unívocas.

17

Há mesmo um autor deste grupo inicial da Universidade de Chicago que explica a necessidade complementaridade das funções desempenhadas pelos homens e pelas mulheres a partir de analogias com as plantas propondo que o metabolismo das mulheres era, tal como o das plantas, estável e duradouro enquanto o metabolismo dos homens estava mais voltado para acção e para as explosões de energia (Osmond, 1987).

Mas não deixa de ser curioso constatar, fazendo um parêntesis, que já se falava nos anos 20 dos "sem-abrigo", em época de crise económica e desemprego, num contexto em que não havia Estado-Providência e se sublinhava a importância da família como forma de protecção social. Na verdade, vamos encontrar referências idênticas aos problemas dos "sem-abrigo" nos anos 80. Repare-se que se trata de uma fase em que o Estado-Providência encontra alguma crise e dum período em que se lamenta, igualmente, as dificuldades da família enquanto factor de segurança e protecção dos seus membros. Não valerá a pena equacionar o problema ao contrário, perguntando como podem as famílias, sobretudo as mais carenciadas, numa altura de crise, de desemprego, ameaça de desemprego, instabilidade e precariedade, projectar o futuro, fazer poupanças, em suma, proteger eficazmente os seus membros? Fechando o parêntesis, voltemos a Burgess e assinalemos alguma evolução das suas propostas.

Desde a altura em que, a propósito de um estudo sobre delinquência, formula a definição de família atrás referida, em 1926, até ao livro *The family: from institution to companionship*, muitas pesquisas e significativas transformações sociais ocorreram. Vai-se gerando, maior afastamento das perspectivas normativistas e do conjunto das tendências até aí genericamente dominantes, no trabalho sociológico sobre a família. Paralelamente, abandona-se uma certa subordinação das lógicas da pesquisa aos problemas e às procuras sociais, subordinação justificável, nas pesquisas de Burgess e de muitos investigadores a ele associados, que tinham por objecto central as famílias urbanas dos bairros pobres de Chicago num período marcado pela conturbação do desemprego e da crise social.

A confirmação do espatimento dos aspectos mais normativistas destes autores surge, claramente, no livro, já referido, publicado em 1960. Num contexto em que mais uma vez se aborda a tão propalada, já desde essa altura, crise da família, Burgess *et al.*, têm o cuidado de sublinhar que "a função do sociólogo não é avaliar as mudanças como boas ou más, mas antes fundamentar factos concretos sobre as mudanças em curso bem como descrevê-las e analisá-las" (Burgess, *et al.*, 1960: 339).

Depois de analisar o processo que constitui a tese central do livro — a transição da instituição para o companheirismo — os autores, em jeito de conclusão, apontam algumas sugestões quanto ao que consideram poder vir a ser o futuro da família americana à luz dos seus e de outros resultados de pesquisa. É evidente que o diagnóstico e as previsões quanto ao de futuro, neste último livro, não se devem apenas a maiores preocupações teóricas, entre outras contra os desvios normativistas, mas, sobretudo, à enorme diferença de contextos sociais entre os Estados Unidos dos anos 20 e dos anos 50. Com efeito, através das análises de Burgess nos anos 20, já-se bem o peso da pobreza, da delinquência ou a vida dos sem-abrigo dos bairros pobres de Chicago. No livro posterior, em contrapartida, o que se pressente é o

optimismo prudente do começo de um período de crescimento económico e de pleno emprego.

Prosperidade económica, estabilidade da família?

Veja-se, com mais atenção, a análise prospectiva realizada em *The family: from institution to companionship*. Uma das previsões é, exactamente, a que sugere a passagem de "uma economia de risco para uma base de segurança" (Burgess, *et al.*, 1960: 539) e que tem como consequência efeitos positivos, de maior estabilização, nas relações familiares. Prevê-se igualmente a sobrevivência da família, quer devido à sua capacidade de adaptação à mudança, quer à centralidade que ela detém no plano afectivo e no da satisfação pessoal. Como consequência da última previsão, outra ainda: a de que se teria chegado a um patamar máximo no número de divórcios, que estes tenderiam, no futuro, a não aumentar.

Se quanto à primeira previsão, a que se refere à estabilidade e ao bem-estar económico, os factos vieram a confirmá-la plenamente, já a respeito da estabilização do divórcio a previsão foi menos certa. Com efeito, nos finais dos anos 50 a ruptura conjugal tinha atingido, nos EUA, os valores mais altos até aí registados desde a existência de estatísticas (Blood e Wolfe, 1960) com valores da ordem de mais de 1 divórcio em 5 casamentos.¹⁸ Era natural, assim, que este novo fenómeno suscitasse atenção e que se achasse que se tinha atingido um patamar muito elevado. Mas foi, precisamente, a partir dos anos 60, que a sua subida se tornou ainda mais vertiginosa, passando para valores que hoje em dia chegam a 1 divórcio para cerca de 2 casamentos registados no mesmo ano. O aumento do divórcio a partir dos anos 60 tornou-se, de resto, a norma, em quase todos os países da Europa (Torres, 1996).

A ideia de que a estabilidade económica pudesse estar associada a estabilidade no plano da família não seria de modo nenhum ilógica. Simplesmente, como mais tarde se tornaria mais claro, essa relação parece ter-se estabelecido de forma diferente da prevista por Burgess e seus colaboradores, por duas vias — quer pelo lado da família ou do indivíduo, quer pelo lado do económico ou do acesso aos recursos. Vejamos como.

Pelo lado da família e das relações interpessoais, a valorização do afectivo e do sentimento no contexto das relações conjugais, tão bem sugerida por Burgess, teve como consequência, entre outras, o acentuar das exigências individuais no plano amoroso e no quadro da relação conjugal. Ora essa maior exigência, em contexto de insatisfação, teve como efeito criar condições, em certos sectores sociais mais do que em outros, para sugerir a hipótese de

18 Valores semelhantes aos que ocorrem nos anos 90 em Portugal.

concretização da ruptura conjugal. Por outras palavras, começa-se a colocar com mais clareza a possibilidade de ser legítima a iniciativa do divórcio por meras razões de sentimento quando, até aí, só as chamadas razões de força maior o poderiam legitimar (Torres, 1996). Assim, a valorização do sentimento não se traduziu, forçosamente, na estabilidade da família.

Por outro lado, a estabilidade económica pode ter outros efeitos que não o da estabilidade afectiva e familiar. Ela é susceptível de contribuir, até por via indirecta, para o aumento da ruptura conjugal. Na verdade, estabilidade económica, menor desemprego, e sobretudo o surgimento, nos finais dos anos 50, de maiores oportunidades de emprego para as mulheres dos chamados sectores administrativos e de serviços, colocou também a questão da menor dependência feminina perante o casamento. Publicado no mesmo ano de 1960 do livro de Burgess, Locke e Thomas, o de Blood e Wolfe afirma uma perspectiva distinta e salienta a dado passo: "O casamento já não é uma necessidade económica, nem o divórcio é economicamente impossível. Os empregos estão hoje ao alcance não só das mulheres solteiras ou divorciadas como também das mulheres casadas. Em 1950, pela primeira vez na história americana, a maioria de todas as mulheres trabalhadoras eram casadas" (Blood e Wolfe, 1960: 3).

Ora, exactamente a estabilidade económica e o maior acesso aos recursos por parte das mulheres casadas, em conjugação com a maior importância atribuída aos sentimentos, foram factores decisivos no aprofundamento do processo, já nessa altura em curso, de transformação das famílias. O que Burgess, Locke e Thomas não captaram foi precisamente a natureza contraditória dessas transformações. Não é porque as lógicas que comandam a vida familiar tendam agora a polarizar-se em torno do sentimento e do companheirismo, que outras lógicas ou dimensões deixam de existir e de interagir com a dimensão dos afectos. Nem mesmo esse lado mais subjectivo da vida conjugal e familiar está imune a contradições internas ao casal e até a cada um dos seus membros.

Parsons e o sacrifício das mulheres casadas

A referência a Parsons, no contexto do debate sobre a conjugalidade e sobre as mudanças no papel das mulheres, é obrigatória. A proposta parsoniana não só marca profundamente a sociologia da família, como serve de fundamento a uma visão sobre a legitimidade do desempenho de funções na família, de acordo com o sexo, que extravasou largamente o campo disciplinar, transbordando-se mesmo numa espécie de saber comum invasor e pervasivo. Embora já muito glosada e criticada no domínio da sociologia, em especial, vale a

pena retomar essa proposta nalguns dos seus argumentos fundamentais, sobretudo naqueles que se referem aos temas com interesse directo para a temática do casamento e da questão feminina.

Antes ainda de analisar as propostas substantivas do estrutural-funcionalismo de Parsons, significativamente diferentes do interaccionismo simbólico de Burgess e da Escola de Chicago, vale a pena evidenciar outras distinções enraizadas em pressupostos epistemológico diferentes. A perspectiva de Parsons é por um lado mais vasta, já que vai para além da interacção específica no contexto da família, procurando situá-la no contexto alargado das relações sociais, ou seja, em linguagem parsoniana, da estrutura social e dos sistemas e subsistemas de acção. Por outro lado, é mais afunilada, no sentido em que procura partir da estrutura e dos sistemas sociais para chegar ao indivíduo, à sua personalidade e às formas de funcionamento psíquico e até psicanáltico. É, assim, uma abordagem que partindo da sociologia se encontra com a psicologia e a psicanálise, desafiando fronteiras disciplinares e propondo um olhar que procura dar conta das múltiplas dimensões empíricas que se cruzam numa realidade tão complexa e multifacetada como é a da família.

Vale a pena sublinhar, deixando para depois o debate crítico da perspectiva de Parsons, que se trata de uma proposta riquíssima, pela multilateralidade das suas abordagens. E, ao contrário do que talvez fosse de esperar numa proposta que cede em demasia às preocupações com a tendência para o equilíbrio dos sistemas e a uma certa rigidez de pressupostos, veremos também como a sensibilidade a certos aspectos da realidade empírica e, precisamente, ao funcionamento dos próprios sistemas familiares, não deixa de estar presente.

Na verdade, em textos de finais de 50 aparecem referências às disfuncionalidades do sistema conjugal americano que mais parecem a total e completa premonição do que vai acontecer cerca de 10 a 20 anos mais tarde com o desenhado dos movimentos feministas. Também pela polémica que os seus textos criaram, é fundamental conhecer melhor as propostas de Parsons cuja crítica sistemática permitiu o crescimento de uma sociologia da família atenta aos desvios ideológicos, problematizante e teoricamente mais exigente.

Ao identificar e analisar a realidade da família americana daquela época no livro feito em parceria com Bales e incluindo contributos de vários autores, (Parsons e Bales, 1956) Parsons destaca as profundas transformações que ocorreram na família para se situar um pouco contra a corrente da "desorganização ou crise da família" e propor a ideia de "desorganização de transição" (Parsons e Bales, 1956, 1968: 4). Trata-se, afirma ele, de caminhar para um novo tipo de família conjugal, processo complexo, que não significa a perda de importância da família mas, antes, a intensificação e valorização de certas dimensões do seu funcionamento. Vejamos os principais argumentos que fundamentam tal posição.

O divórcio, que iria crescer de forma ainda mais acentuada anos depois,

diz sobretudo respeito, afirma Parsons, a pessoas casadas há pouco tempo e sem filhos. Além disso, continua, a ruptura conjugal não representa a recusa da conjugalidade, já que os divorciados tendem a voltar a casar. A descida da natalidade, por sua vez, que tinha tido em meados de 30 o ponto máximo de não substituição das gerações, conhece no imediato pós-guerra uma viragem para o crescimento, para descer depois até chegar em meados de 50 a um patamar estável. Isso explica-se, segundo Parsons, pela mudança demográfica que se iniciou no século XX e é marcada por uma tendência de longo termo, que se traduziu na passagem de um regime de baixa esperança de vida e alta natalidade, para o regime de baixa natalidade e alta esperança de vida.

Estávamos assim a assistir, diz-nos o autor, a mudanças que se articulavam com transformações na estrutura social decorrentes dos complexos processos de diferenciação e que se traduzem não na desorganização da família mas sim na transição desta para um novo modelo. Em vez de se desorganizar, ou perder importância, a família transforma-se num subsistema altamente especializado, com funções vitais quer para o funcionamento social global, quer para o indivíduo. Ocupa, deste modo, um lugar charneira insubstituível.

As características estruturais que constituem o fundamento essencial das transformações na família conjugal americana seriam as seguintes: o facto de o casamento ocupar na sociedade americana o lugar estrutural chave do parentesco e o relativo isolamento da família conjugal, precisamente, em relação ao parentesco; a perda das funções económicas da família; as novas formas de obtenção de recursos através, basicamente, do salário do homem, do qual depende o estatuto social da família. A essas transformações está associada a especialização da família em duas funções primárias essenciais — a socialização das crianças e a estabilização da personalidade do adulto. As famílias transformam-se, assim, em autênticas “fábricas de produção de personalidades humanas” (Parsons e Bales, 1956, 1968: 16).

A identificação das funções da família e a análise das mudanças estruturais é ainda complementada por uma teoria, muito divulgada, dos papéis masculinos e femininos que já podia ser adivinhada nos textos de Durkheim, como vimos atrás. Trata-se da célebre distinção entre o papel expressivo e instrumental, o primeiro a ser desempenhado pela mulher no contexto da família e o segundo a ser desempenhado pelo marido, provedor de recursos obtidos no exterior. Parsons afirma a necessidade da complementaridade destes papéis e fundamenta a sua atribuição, essencialmente, nas características psicológicas e biológicas diferenciais dos sexos, definidas basicamente a partir de posturas teóricas de raiz freudiana.

Pode então afirmar-se, nesta perspectiva, que não só são estas as funções a desempenhar pelos dois sexos, como é aconselhável que o sejam. Por exemplo, as mulheres, sobretudo quando têm a seu cargo crianças, não devem trabalhar no exterior porque isso poderia ter por consequência uma

indesejável competição no contexto da família. Se os papéis não forem complementares e diferenciados como, por exemplo, se ambos desempenharem o papel instrumental podem tender a competir entre si, deixando a família de funcionar como lugar de pacificação e refúgio protector em relação ao exterior. O sistema desequilibrar-se-ia.

Pensando na crescente percentagem de mulheres americanas que, já nessa altura, tinham actividade profissional, Parsons afirma que isso não muda, nem “deve” mudar a distribuição de papéis. E vale a pena citar: “Não se pode colocar a questão da simetria entre os sexos a este respeito e, argumentamos, que não há tendência séria nesta direcção” (Parsons e Bales, 1956, 1968: 13, 14). Viu-se mais tarde que o caminho foi, na verdade, em direcção à simetria, pelo menos no plano das ideias. Mas mesmo no das práticas e, especificamente, quanto ao trabalho profissional, verificam-se também, claras, tendências para maior esbatimento das assimetrias entre homens e mulheres.

Embora Parsons afirme, por outro lado, a existência de tendências para a mudança nos conteúdos das concepções sobre masculinidade e feminilidade, traduzindo-se na maior valorização do amor romântico, ele considera também que o acento tónico da diferenciação entre os sexos não se alterou significativamente. A necessidade de complementaridade em termos emocionais e de personalidade entre homens e mulheres persistiria. Por outras palavras, a mudança joga a favor da especialização do subsistema familiar em subsistemas particulares que se organizam fundamentalmente em torno da lógica da diferenciação e da complementaridade dos papéis, nunca da sua indiferenciação.

Parsons procura, assim, alcançar o ambicioso objectivo de estabelecer o sentido da relação entre personalidade, sistema social e cultura destacando o papel que a família tem como mediador deste trinómio. A cultura numa sociedade define as crenças, valores e normas que irão ser internalizadas pelos indivíduos através dos processos de socialização, nas quais a família desempenha papel decisivo. Retrata-se bem aqui a perspectiva de Parsons que destaca as relações do sistema familiar com os outros sistemas e em que, por isso mesmo, se define a família como “sistema social institucionalizado” (Parsons e Bales, 1956, 1968: 163). Ao contrário de Burgess, Locke e Thomas, cuja obra é referida aliás no livro que temos vindo a citar, Parsons afirma que a família é uma instituição seja no tipo de família *companheirismo* seja no *institucional*, porque em ambos os casos os estatutos do casamento e da parentalidade estão sempre ligados a expectativas, normas e obrigações de carácter legal ou informal, definidas de forma exterior aos indivíduos. Este é, por certo, um bom exemplo da diferença de perspectiva teórica entre os estrutural-funcionalistas e os interaccionistas: os primeiros estão mais preocupados com os contextos e com a interpenetração dos diferentes sistemas sociais, enquanto os segundos dirigem o essencial da sua atenção ao que se passa nas relações entre indivíduos.

Noutra linguagem, poderíamos dizer que o que Parsons considera é

que as lógicas familiares são também condicionadas pelo que a sociedade numa determinada época vai considerando como normal, legítimo, possível, justo ou adequado, quanto ao desempenho de certos papéis. As escolhas dos indivíduos não são assim só dependentes dos juízos afectivos, íntimos e individuais. Embora hoje se valorizem cada vez mais as escolhas e a durabilidade do casamento com base no sentimento e na satisfação pessoal, isso não significa que os indivíduos não tenham em conta nem sejam influenciados por outras dimensões normativas das relações conjugais e familiares.

Esta questão da dimensão mais ou menos institucionalizada da relação conjugal vem aliás a ser recolocada mais tarde, a partir da proposta de L. Roussel sobre a "desinstitucionalização do casamento" (Roussel, 1989). Se no tempo de Burgess e Parsons uma das questões que evidencia as mudanças no plano da família é o aumento do divórcio, 30 anos depois a ideia da desinstitucionalização vai surgir também, quer a partir da continuação do aumento da ruptura conjugal, quer com base na subida das uniões de facto e da coabitação juvenil.

Antes ainda de alinhar as principais críticas feitas à proposta de Parsons e Bales, convém fazer referência a um texto publicado por Parsons, alguns anos antes, e em que a sua perspectiva parece parcialmente diferente (Parsons, 1949, 1971). Na verdade, ao falar da família conjugal americana, das suas funções e morfologia, salienta também as disfuncionalidades do sistema, que no livro citado quase não surgem. É um texto de forte acento normativo mas em que, paradoxalmente, Parsons identifica os pontos de tensão do sistema teórico e ideológico que formulou e que anos mais tarde vem, por assim dizer, revelar a sua efectiva fragilidade no plano da realidade — referimo-nos à chamada questão feminina. Vejamos como Parsons parecia vislumbrar, pelo menos parcialmente, esta questão.

Disfuncionalidades, ambiguidades e tensões no desempenho dos papéis femininos

A primeira parte do texto, essencialmente descritiva — as características específicas da família conjugal americana, a funcionalidade do seu isolamento estrutural — é seguida por outra parte onde são identificadas as referidas disfuncionalidades. Em primeiro lugar, tendo definido a centralidade emocional da mãe no processo de desenvolvimento psicológico da criança, assinala o facto de haver maior dependência afectiva desta em relação à figura materna em comparação com a situação que se verifica num sistema familiar mais alargado. Aí a criança encontra outros adultos significativos com quem se identificar. Lembra-se, entretanto, que na perspectiva de Parsons, o pai está "especializado" no seu papel instrumental e que por isso mesmo se encontra "adequadamente" mais distante emocionalmente da criança. Ora, o que este

super lugar materno pode ter como consequência, continua Parsons, é que qualquer "alteração das atitudes emocionais da mãe pode perturbar gravemente a criança" (Parsons, 1949, 1971: 281).

A centralidade da mãe tem ainda efeitos particulares de acordo com os sexos das crianças. Parsons identifica as desordens e os possíveis efeitos perversos em relação à educação dos rapazes. Refere o "síndrome do rapaz mau" que acaba sendo protegido pela mãe.¹⁹ Quanto às raparigas, são outras as disfuncionalidades apontadas. Parsons sublinha que as jovens, na adolescência, enfrentam uma situação de insegurança e enuncia as contradições e armadilhas a que elas estão submetidas. Ao procurar seguir as normas dá-se o confronto com o que afinal se traduz num constante duplo padrão. Por um lado, elas têm de interessar sexual e eroticamente o homem, desde que escolhem e são escolhidas, até ao decurso do casamento, em que devem esforçar-se por conservar os maridos. Mas, ao mesmo tempo, têm de revelar recato, conformismo, competências maternas. Têm de demonstrar atitudes passivas mas, simultaneamente, são obrigadas a entrar em competição com outras mulheres para escolher os parceiros mais adequados. São forçadas ainda a manter uma espécie de ambivalência permanente entre a imagem *glamour* e a de domesticidade, equilíbrio difícil, já que um ligeiro excesso de acento de um lado poderia pôr o outro em risco.

É a importância do comportamento adequado é grande, exactamente, diz Parsons, porque a segurança futura depende totalmente da escolha que fizerem. As escolhas, por seu turno, envolvem altas margens de risco, pois em idades ainda jovens o perfil profissional do eleito não está ainda nada definido. É o que se chama uma aposta no escuro.

Parsons continua com a identificação das contradições e dificuldades desta situação das jovens mulheres. Considera que, do ponto de vista psicológico as ambivalências e as inseguranças que nascem desta situação conduzem, muitas vezes, a frustrações de vária ordem e até ao reconhecimento da sua situação de subordinação e dependência em relação ao homem (o que Parsons chama num texto de há 40 anos a "descoberta da superioridade masculina"). Elas dependem do favor pessoal dos homens e isso afasta-as completamente dos sonhos de identificação com a mãe, quando julgaram que para serem felizes bastava copiar o seu papel. Chegam a sentir-se enganadas e podem, também, desenvolver ambivalências em relação ao futuro papel materno.

19 Ansiedades, agressividades, vandalismo, comportamentos desviantes, podem ter origem na necessidade de desvinculação do rapaz em relação à imagem materna. Por sua vez, a mãe pode actuar de forma ambivalente protegendo o rapaz "mau". Parsons afirma que confirma estas afirmações o facto de "a fixação materna está presente, habitualmente, em todos os tipos de desordens neuróticas e psíquicas dos homens americanos" (Parsons, 1949, 1971: 282).

Mas as dificuldades e armadilhas não ficam ainda por aqui. Continuando a insistir nas exigências funcionais da especialização dos sexos em tarefas diferenciadas no contexto da família conjugal, Parsons accentua que essa diferenciação não se prende somente com o bom funcionamento familiar ou com os interesses da criança, mas que radica nas imposições estruturais do próprio sistema profissional. Esse sistema rege-se por normas universais, em oposição às particularistas que dominam as lógicas familiares e que impõe ainda outras exigências. Para o empenhamento total do homem na profissão e para efeitos de mobilidade social ascendente, o sistema familiar deve ser ágil, liberto de quaisquer outras lealdades em termos de parentesco. Dele, como já foi dito, deve estar excluída a competição interna ao próprio sistema familiar. Todos devem estar mobilizados em torno da tarefa superior do desempenho profissional do homem, subordinando a esta os outros objectivos.

Tal imposição cria ainda outras disfuncionalidades. Parsons salienta, em particular, o facto de as jovens, sobretudo as das classes médias, terem aspirações de realização pessoal e profissional, nomeadamente quanto detêm diplomas de ensino superior, que não podem de modo algum ser concretizadas pelo facto de a sua função superior ser sempre a de mãe e de dona de casa. Mesmo que esta pudesse ser uma solução para "evitar o dilema do beco sem saída domesticidade-*glamour*", a verdade é que "a nossa estrutura social põe obstáculos formidáveis a um ulterior desenvolvimento nesta direcção, exercendo a este propósito sobre as mulheres as mais severas pressões" (Parsons, 1949, 1971: 296). Não há assim por onde escolher e as mulheres casadas têm mesmo de se sacrificar.

Parsons termina o texto num parágrafo lapidar, céptico e talvez inconscientemente premonitório, que não hesitamos em reproduzir: "Parece claro, por exemplo, que as origens da ambivalência do encargo da mulher são tão profundas que qualquer tentativa para forçar ou persuadir uma enorme maioria de mulheres americanas a aceitar apenas o papel da pura e virtuosa dona de casa, estaria provavelmente condenada a morrer. Porén, se vingasse, teria provavelmente um grave efeito de desequilíbrio e criaria mais problemas do que aqueles que viria a resolver".

Como vemos é o próprio Parsons a prever que as mulheres, sobretudo as das classes médias, não irão aceitar apenas o papel de donas de casa e que, mesmo a limitação a esse papel, levantaria mais problemas do que os que resolveria. Então e o que aconteceria à família conjugal americana? Teria, forçosamente, de mudar também, mas, como o futuro mostrou, produzindo as tais transformações no sistema familiar que Parsons provavelmente temeria.

De facto, as mulheres das classes médias e com formação superior, quer as americanas, quer as de outros países do mundo ocidental, não estiveram dispostas ao sacrifício. Foram elas a mostrar que Parsons tinha razão ao identificar as contradições, as armadilhas e as dificuldades em que se encontravam. Simplesmente para concluir, ao contrário do sociólogo americano, que o

sistema não podia continuar. Não seriam elas a persistir no sacrifício por "ele": teria de ser ele a mudar. E mudou, em muitos aspectos, mas também através de uma transformação estrutural de peso. O emprego das mulheres deixa de ser, nas sociedades ocidentais mais desenvolvidas, apenas simples contributo para a sobrevivência da família e passa a ser igualmente considerado como opção de independência económica em relação aos homens e de realização profissional legítima. É um processo ainda em curso neste período de viragem do século XX para o século XXI mas que marca um ponto de não retorno. Mudança acompanhada de outras, no plano das ideias, sempre mais céleres e a que já fizemos referência.

Parsons revisitado

Quando se consultam as resenhas críticas sobre Parsons e, sobretudo, quando estas são abordadas dos lugares da sociologia que procuram analisar as questões da família e das mulheres, as perspectivas sobre o autor são em geral muito simplificadoras e estão longe de sublinhar os lados mais actuais, sofisticados e, porventura, inesperados, das suas análises e previsões. Mas, embora as ideias acima expostas tenham surgido da leitura em primeira mão das obras do autor e, particularmente, a partir dos textos mencionados, uma revisão bibliográfica mais aprofundada, mostrou que, como é natural, outras antes de nós já tinham salientado aspectos idênticos da obra de Parsons.

Um texto de Miriam M. Johnson,²⁰ numa antologia intitulada *Feminism and Sociological Theory* (Wallace, 1989), chama a atenção para o facto de a perspectiva de Parsons já mencionar a situação ambivalente das mulheres americanas das classes médias dos anos 40 e 50, o problema que B. Friedan evidenciou mais tarde como "o problema que não tem nome". Sublinha também o facto de que, muito antes de Nancy Chodorow e Dorothy Dinnerstein terem recorrido a Freud para o "virarem de cabeça para baixo" e defenderem a ideia segundo a qual a misoginia masculina constitui uma reacção ao excesso de poder materno na infância, já Parsons tinha partido de Freud para mostrar as contradições que manietavam as jovens mulheres e os problemas de agressividade dos jovens rapazes surgidos em consequência do excesso de centralidade do papel da mãe, como vimos atrás de forma muito clara nos textos citados (Johnson, 1989: 104).

20

Miriam Johnson foi colaboradora de Parsons nos finais dos anos 40 e princípios de 60 e, avançando alguns apontamentos pessoais, afirma que Parsons era de todos os professores do sexo masculino do Departamento de Relações Sociais de Harvard o menos sexista e que manifestamente ele encorajava as mulheres a ir mais longe considerando-as intelectualmente iguais (Johnson, 1989: 116).

É claro que é preciso perceber que embora Parsons mostrasse estas tradições e problemas do sistema conjugal americano e dos papéis masculinos e femininos, a conclusão que tirava ia no sentido, já referido, do necessário sacrifício das mulheres casadas. Ora o que isto mostra, é como a partir de um diagnóstico relativamente correcto da situação se pode traçar uma terapêutica completamente desadequada, que a dinâmica histórica veio contestar, de resto, e que se compreende que tenha suscitado a total desaprovação das feministas da época.

Como se pode entender que um autor tão sofisticado e informado nas suas análises sustente este óbvio desajustamento entre diagnóstico e terapêutica? O problema reside, na nossa perspectiva, no próprio sistema teórico que o autor defendeu durante toda a sua vida. O "sacrifício" das mulheres casadas, que se traduzia na imposição do papel exclusivamente materno das mulheres no contexto familiar e na relativa retracção das suas ambições de realização pessoal e profissional era considerado fundamental para que o sistema conjugal não se desequilibrasse.

A alternativa, isto é, a possibilidade de as mulheres se realizarem nos dois planos, só seria pensável, na perspectiva de Parsons, com "profundas alterações na estrutura da família". Defender essas alterações era pôr em causa tudo o que Parsons tinha avançado até aí acerca da funcionalidade e das vantagens para a mobilidade social de tal divisão de papéis. Não é de espantar, assim, que lhe não fosse possível mais do que revelar algumas contradições e fragilidades do sistema conjugal americano já que — dadas as inúmeras vantagens que ele igualmente tinha — parecia fundamental que ele persistisse. Também não admira, em contrapartida, que primeiro as feministas e, depois, um conjunto mais alargado de mulheres, tenham acabado por evidenciar essas fragilidades e contradições de que eram as principais vítimas, acabando por rejeitar o sistema enquanto tal.

Retomando Miriam Johnson, ela vai ainda mais longe ao propor a rejeitura de Parsons. Procura evidenciar outros aspectos positivos da sua proposta. Por um lado, sugere que a perspectiva evolucionista do autor americano acaba por ser confirmada pelos acontecimentos mais recentes relacionados com a emancipação progressiva das mulheres. O facto de cada vez menos as mulheres estarem circunscritas aos papéis aparentemente decorrentes das suas características biológicas, parece a M. Johnson um claro exemplo da ideia parsoniana dos processos de "diferenciação". O cada vez maior reconhecimento da igualdade de direitos entre homens e mulheres revela, por seu turno, os processos de "generalização de valores" que Parsons considera típicos da evolução e progresso social. Em suma, para esta feminista americana, Parsons não só mostrou algumas das fragilidades do sistema conjugal americano, como sustentou um quadro teórico que permanece no essencial válido e que pode ainda ser reactualizado de forma útil na perspectiva feminista. Esta última ideia de M. Johnson é certamente muito discutível. Mas encontrámos

sintonia na valorização positiva de certas perspectivas parsonianas, demasiadas vezes esquecidas.

Parsons premonitório, contra Parsons sistémico

Vale a pena agora, para que não restem dúvidas, sistematizar de forma breve as principais críticas que se podem fazer a Parsons, sabendo que a sua vasta obra merece olhar cuidado e atento e que nem todas as suas propostas estão marcadas de igual forma pelos limites dos pressupostos teóricos que lhes dão forma.

Resumindo e acrescentando um ou outro apontamento ao que já foi afirmado, as críticas a Parsons podem desenvolver-se em três planos. Por um lado, é possível identificar as afirmações das suas propostas através dos resultados da pesquisa empírica que as questionam. Estas são, de resto, as críticas "fáceis" que a pesquisa empírica logo suscita e o percurso histórico impõe. Por outro lado, podem ressaltar-se as observações que se referem ao sistema teórico e que acabam também por coincidir, pelo menos parcialmente, com as críticas ao funcionalismo. Finalmente, os problemas ideológicos e de natureza epistemológica, embora estejam também associados aos de natureza teórica, são dotados de alguma autonomia, e porque se trata de um território tão sensível como o da família, interessa referir-las de forma abreviada.

No primeiro plano pode considerar-se, desde logo, que Parsons, apesar de ter sido sensível às disfuncionalidades do sistema conjugal americano, em particular no que toca aos problemas da divisão dos papéis entre homens e mulheres, não deu conta da tendência que também já se começava a esboçar para uma ideologia da simetria de desempenhos entre os sexos. Os mesmos dados — os números sobre a actividade feminina das mulheres casadas, por exemplo — foram interpretados de forma inteiramente diversa por Parsons e Bales e por outros autores.²¹ Parsons e Bales afirmam com toda a clareza que mesmo que as mulheres trabalhem profissionalmente a distribuição de papéis entre os cônjuges não deve ser alterada. Relembre-se a citação: "Não se pode colocar a questão da simetria entre os sexos e, argumentamos, não há tendência séria nesta direcção" (Parsons e Bales, 1956, 1968: 13, 14).

Se o futuro veio demonstrar que o facto de as mulheres trabalharem no exterior, na verdade, não as aliviou da responsabilidade e da execução das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos, também é inegável que, hoje, esta situação de contradição plena entre ideologia e prática é vivida com alguma tensão. Isto é, efectivamente, ao contrário do que Parsons e Bales

21

Blood e Wolfe, W. Goode, mas também Tilly e Scott, Andrée Michel e F. de Singly, como veremos de forma mais desenvolvida à frente, interpretam a subida da taxa de actividade feminina das mulheres casadas de forma inteiramente diferente da de Parsons.

afirmaram, a tendência foi no sentido da simetria, quer no plano das ideias, quer mesmo no terreno das práticas, embora neste último de forma indubitavelmente mais lenta.

O facto de Parsons procurar captar as tendências globais de transformação da família contribuiu provavelmente para um dos erros que mais frequentemente lhe foram apontados: o de tender a homogeneizar a família segundo um único modelo, o das classes médias. Lembra-se que ele afirmava que se estava num momento não de crise da família, mas de "desorganização de transição". A preocupação em identificar as características centrais dessas transformações — o relativo isolamento da família conjugal em relação ao parentesco, a perda das funções económicas, etc. — terá certamente contribuído para o fazer "esquecer" que sob configurações de forma aparentemente idênticas se escondiam realidades bem diferentes. Ora, muitos outros mostraram, pouco depois e também para os Estados Unidos, que as regras da relação conjugal, as suas finalidades, as modalidades de troca e interacção e a divisão dos papéis assumiam contornos diferenciados nas famílias das classes médias, nas das chamadas classes trabalhadoras ou nas famílias de proprietários industriais e rurais.²²

Este tipo de enviesamento que consiste em homogeneizar características ignorando a especificidade e contornos particulares de certos grupos, parece constituir um risco e um erro recorrente, muito para além da época e da orientação teórica do autor referido, por dois motivos fundamentais. Em primeiro lugar, é difícil — embora possível — apontar tendências centrais sem cair no exagero de amalgamar os grupos. Sempre existiram e coexistiram na mesma época diferentes modelos familiares, o problema é que em muitas perspectivas, tal como na de Parsons, essa diversidade era tendencialmente ignorada.

Não basta, em todo o caso, afirmar a pluralidade das situações familiares. Essa coexistência não deve conduzir a abdicar da identificação de tendências centrais, isto é, de procurar perceber em cada momento, em cada época histórica, qual é o sentido em que se processam as transformações e quais são as modalidades mais estruturantes de determinadas relações sociais. Assim, dizer que nas sociedades ocidentais contemporâneas há tendência para a simetria no plano ideológico entre homens e mulheres no contexto da relação conjugal não implica, de modo algum, deixar de reconhecer que em diferentes sectores sociais essa mesma tendência central assumia configurações diversificadas.

Mas há uma segunda razão pela qual é mais frequente do que parece o enviesamento ideológico que consiste em olhar a realidade apenas segundo o referente das classes médias, generalizando-o às outras. É que na verdade

estes são os sectores de classe que foram mais rápidos na adopção de certos padrões de comportamento — por razões também elas articuladas ao lugar que ocupam na divisão social e sexual do trabalho — e que, simultaneamente, mais visibilidade e dinamismo dão a essas tendências. Nas sociedades actuais, tanto ou mais do que há 40 anos, a generalização da influência dos meios de comunicação de massa pode tender ainda a reforçar este efeito de homogeneização, dando a impressão de que só há um modelo "normal". No caso dos anos 40 e 50 nos EUA, essa imagem seria a da dona de casa à porta da sua vivenda, nos calmos e ricos subúrbios, com os seus três filhos, de braços abertos para receber o marido que vem estafado do trabalho. Nos anos 90, a família dita hegemónica e "normal" poderia bem ser a de Clinton — se esquecermos o caso Lewinsky... — família de chamada dupla carreira e apenas com um filho.

Por outras palavras, nada impede que se tente a cada momento, numa dada época, perceber qual é o modelo que, pelas características dos seus actores suporte, se pode considerar marcante — ou como diria Merton (1968), qual é o grupo de referência dominante. Mas esta tentativa não é contraditória com a identificação e análise de outros modelos familiares coexistentes e da tentativa de percepção não só das suas lógicas internas como da forma com as tendências dominantes são incorporadas e vividas por esses sectores específicos.

Assim, por exemplo, numa sociedade como a portuguesa, o modelo da mulher casada activa generalizou-se de tal modo, como imagem positiva, que a ideia de uma mulher com carreira e com filhos é hoje considerada absolutamente normal e mesmo desejável, como concluímos em resultados de diversos inquéritos (Torres, 2000a). Mesmo que se saiba que apenas um grupo minoritário tem carreira e que a esmagadora maioria das mães trabalhadoras casadas têm quotidianos pesados. Mas o modelo existe, e a projecção e identificação também. De tal modo que muitas mulheres entrevistadas na pesquisa sobre o casamento (Torres, 2000a) mesmo quando desempenham trabalhos penosos e pesados, aspiram não a deixar de trabalhar mas a terem um emprego melhor, nas suas palavras, um trabalho que as realize.

O problema de Parsons é ter reduzido os modelos de família ao que parecia ser a imagem dominante do momento — o das classes médias. Mas, nem a imagem dominante se constrói a partir de realidades inexistentes ou pouco expressivas, nem a análise do modelo "mediaticamente" dominante — por que poderia ainda discutir-se se ele seria de facto dominante e/ou onde é que ele o seria, em que meios de comunicação, em que imagens — pode substituir a cuidada referência da multiplicidade e diversidade dos modelos familiares.

Quanto à necessidade da diferenciação e complementaridade de papéis masculinos e femininos vários estudos viriam também questionar as propostas de Parsons. Houve quem mostrasse como o exclusivo desempenho do

22

Entre eles os já mencionados Blood e Wolfe e W. Goode.

papel expressivo pelas mulheres se poderia traduzir também em crises de neurastenia e sentimentos de isolamento (Michel, 1983). Lembre-se que sentimentos semelhantes, juntamente com a percepção de uma certa ambiguidade, tinham já sido previstos e foram sublinhados por Parsons. Também vimos por que razão ele não retirou todas as consequências do que concluiu.

Outros autores acentuaram que a divisão e exclusividade dos papéis expressivo e instrumental não só eram questionáveis como poderiam ser desvantajosas — o facto de a mesma pessoa desempenhar os dois papéis foi avaliado de forma positiva em pesquisas recenseadas por J. Aldous. Os resultados de várias investigações parecem convergir também na ideia segundo a qual os níveis de satisfação conjugal — com todas as dificuldades que este tipo de indicadores pode comportar — estariam relacionados com a partilha das tarefas entre os cônjuges e não com o seu desempenho diferenciado e complementar (Kellerhals, 1984).

Mas as críticas que se podem desenvolver às perspectivas epistemológicas e teóricas de Parsons tornam ainda mais claras as inconsistências verificadas através das afirmações no plano empírico. A sua proposta sobre a especificidade da família conjugal americana, como aponta A. Michel, assenta em três pilares teóricos fundamentais: uma teoria das funções, uma teoria da estrutura social e das relações entre os diferentes sistemas, uma teoria sobre o desempenho e a complementaridade dos papéis no contexto familiar.

Quanto à última, ocupámo-nos já largamente das dificuldades e incongruências que comporta. Em síntese, poder-se-ia dizer que Parsons propõe um sistema de diferenciação e complementaridade de tarefas entre homens e mulheres no contexto da relação conjugal que ele próprio vem demonstrar como disfuncional, ambíguo e inconsistente. O tempo e a pesquisa empírica vieram a mostrar essas tensões e dificuldades as quais, por sua vez, deram origem, tal como o autor americano também preconizou, a significativos processos de transformação na família. As perspectivas normativas e ideológicas de Parsons conduziam-no à qualificação dessas mudanças que ele acabava por temer, provavelmente, por considerar negativas.

Mas por que não consideraria ele de igual modo negativas as fortíssimas ambiguidades identificadas no desempenho das tarefas atribuídas às mulheres no seu modelo? Por que não considerava tão mais violentas as auto-limitações intelectuais e profissionais que ele mesmo dizia que as mulheres mais escolarizadas das classes médias deviam impor-se a si próprias para desempenharem exclusivamente o lugar materno? Por que seriam estas ambiguidades e dificuldades menos más do que os eventuais problemas que surgiram com as mudanças no sistema familiar a propósito da diferenciação dos papéis? Já vimos que resultava das propostas teóricas de Parsons a impossibilidade de assumir as transformações na família como consequências “normais” dos enormes mal-estares que ele, apesar de tudo, reconhecia.

Na verdade, mais do que pensar a transformação social, a perspectiva

teórica de Parsons tendia a conduzi-lo para a ideia da manutenção da ordem social e do equilíbrio. As funções, incorporadas em sistemas institucionalizados cumprem objectivos. Tal como outros funcionalistas, ele considerava que os sistemas sociais tendiam “naturalmente” para o equilíbrio (homeostasia) e esse pressuposto epistemológico e teórico repercutia-se, inevitavelmente, na sua teoria do social. A ideia da tendência para o equilíbrio radicava, por sua vez, em analogias com o funcionamento dos organismos vivos, tão caras aos funcionalistas. Os sistemas sociais eram interdependentes uns dos outros e não só tendiam para o equilíbrio como “deveriam” fazê-lo sob pena de produzirem uma desagregação crescente.

Aqui se encontra, também, o lugar de confluência entre os problemas que decorrem da perspectiva teórica e o que temos designado por normativo do autor. Quando Parsons propõe, como vimos atrás, a ideia das famílias como “fábricas de produção de personalidades humanas” (Parsons e Bales, 1956, 1968: 16) sugere igualmente o que se poderia designar por um “modo correcto de fabricar”, cuja receita básica assentava, quer nas propostas de Freud, quer na sua própria perspectiva sociológica segundo a qual as relações entre os diferentes sistemas e subsistemas de acção deveriam assumir contornos diferenciados com vista à mobilidade social. Mais do que uma análise do que é, esta abordagem resulta assim numa análise do que a família “deve ser” e das modalidades através das quais deve agir para cumprir as suas funções básicas e as suas finalidades. Um “deve ser”, contudo, já datado e distante do que passados 40 anos se consideraria a norma adequada.

Goode: comparação e complexidade

William Goode partilha de um conjunto de perspectivas que representam uma viragem no domínio da sociologia da família com origem nos Estados Unidos da América. Maiores exigências teóricas, menor colagem directa aos problemas sociais, revelam-se na produção de vários autores que, a partir dos anos 50, começam a marcar o panorama científico neste domínio (Thomas e Wilcox, 1987). É também a época em que se procura cortar com visões ideológicas, como a que resulta do funcionalismo parsoniano, e se insiste na elaboração de hipóteses, na definição mais precisa de conceitos, na formalização das teorias. A influência de Merton, nomeadamente a proposta das teorias de médio alcance, torna-se dominante.

As pesquisas comparativas que W. Goode realizou, e cujos resultados foram publicados em *World Revolution and Family Patterns* (1963, 1969) inscrevem-se no paradigma estruturo-funcionalista e contribuíram para perspectivar a família e o casamento em moldes muito diferentes dos de Burgess. A

distinção mais vinculada, implícita desde logo na orientação teórica, traduz-se no equacionar da articulação entre família e outras esferas das relações sociais de um modo que também se afasta das análises parsonianas.

Interessa apenas aqui destacar alguns dos elementos mais relevantes desses contributos, nomeadamente os que se referem à conjugabilidade e à questão das mulheres. Outros aspectos teóricos e metodológicos serão também brevemente referidos.

Ao tematizar, no livro mencionado, a relação entre a industrialização e o surgimento da família conjugal em contextos civilizacionais completamente distintos, Goode vê esta relação de forma binária. Na verdade, e no quadro da mesma orientação teórica, eram mais habituais as abordagens que pensavam os possíveis efeitos da industrialização, ou do desenvolvimento tecnológico e económico, sobre a família, postulando apenas esse sentido de determinação ou interferência. Ora W. Goode salienta também as influências de sentido contrário, isto é, o contributo de certas formas de organização familiar para a industrialização.

Esta sua proposta tem efeitos também no plano teórico-metodológico já que o autor considera o grupo familiar como variável independente, susceptível de explicar um leque variado de práticas e atitudes e, portanto, como sede importante de análise sociológica. Isso mesmo resulta, aliás, das suas palavras: "A análise precedente accentua a influência independente das variáveis da família. Significa isso que elas também têm a sua influência; que os padrões de família não podem ser preditos apenas através do conhecimento dos factos económicos ou tecnológicos, e que mesmo quando as variáveis da família são sobrepujadas por outros grupos de forças elas resistem e, por conseguinte, provam que devem ser levadas em consideração em qualquer análise adequada da sociedade" (W. Goode, 1963, 1969: 36).

W. Goode sublinha, ainda, o papel da ideologia, recusando-se a estabelecer relações de causalidade mecânicas e lineares, antes optando por uma visão de múltiplas influências que implica investigação e análise cuidadosas. Aspecto também decisivo nas suas propostas é o facto de distinguir, no contexto familiar, a influência da pertença a diferentes sectores sociais como factor de distinção de práticas e atitudes.

Importa igualmente chamar a atenção para o facto de Goode ter sido dos primeiros, logo desde os anos 60, a combater a ideia de crise da família. Ele considera, aliás, ser esse um estereótipo de uma realidade que nunca existiu e uma perspectiva mal informada acerca do que era a família no passado. Combate totalmente a ideia segundo a qual as gerações conviviam unidas em plena harmonia e felicidade, apelidando tal estereótipo de "família clássica da nostalgia ocidental" (Goode, 1963, 1969: 9).

Ele procura sistematicamente demarcar-se de ideias aceites sem fundamentação empírica e científica, bem como de perspectivas simplificadoras e normativistas. No plano metodológico, insiste na necessária distinção entre

relações de concomitância e relações de causalidade e denuncia, por outro lado, a facilidade de afirmar relações estabelecidas apenas hipoteticamente sem nunca serem comprovadas ou infirmadas empiricamente. Esta postura de rigor na pesquisa afirma-se também em quatro ideias do autor que merecem ser realçadas em função, também, da sua actualidade.

Diversidade social e cultural dos contextos e das famílias

A primeira refere-se à chamada de atenção para o facto de ser necessário distinguir entre padrão ideal de família, ou funcionamento da família como tipo-ideal, e realidade concreta da vida familiar. Dando como exemplo, entre vários outros, o da escolha do cônjuge por parte dos jovens, Goode afirma que a norma era considerar não deverem os pais interferir na escolha dos seus filhos. Mas o que se passava era que eles, efectivamente, interferiam. Muito embora de forma indirecta, e, por vezes pouco visível, os pais acabavam por ser decisivos na escolha do futuro cônjuge ao controlarem os locais de encontro, as formas de sociabilidade, ou seja, ao enquadrarem socialmente a "inclinação amorosa" dos seus filhos. Esta ideia surge de forma muito clara quando afirma: "Os jovens provavelmente devem casar-se tão-só com as pessoas pelas quais se apaixonam; e apaixonam-se apenas por pessoas que encontram. Assim, o foco do controlo dos pais assenta na pessoa a quem se permite conhecer nas festas, na escola, na vizinhança, etc." (Goode, 1963, 1969: 12).

Noutro texto, extremamente inovador para a época, W. Goode fala da "importância teórica do amor", como veremos melhor à frente, abordando o tema que na linguagem de outros autores foi designado pela questão decisiva da homogenia, mas dando-lhe contornos muito específicos. Em termos globais, o que interessa destacar, no entanto, é que ele desenvolve sempre pesquisas sofisticadas que não se compadecem com primeiras e superficiais impressões, tendências demasiado genéricas e amalgamadas. Este raciocínio aplica-se também a outros exemplos quando Goode insiste na necessidade de distinguir entre o que são os modelos ideais e a realidade. É também neste sentido que ele aponta quando desmonta as idealizações sobre o passado ou quando sugere que o isolamento da família conjugal moderna — numa crítica implícita a Parsons — é mais aparente do que real, mostrando que são ainda muito intensas as relações e as redes de parentesco.

A segunda ideia a sublinhar nestas análises mais complexificadas diz respeito ao facto de Goode, talvez porque parte importante da sua pesquisa inclui a comparação dos sistemas familiares em diferentes sociedades, estar particularmente atento aos factores de diferenciação e de transformação das sociedades estudadas. É a partir destas diferenciações que considera que, embora fosse possível admitir o caminho para a prevalência global do modelo de "família conjugal moderna", seria necessário também ter em conta que em

termos de práticas e atitudes, essa convergência seria mais difícil. Na verdade, partia-se em cada sociedade de patamares de evolução muito diferentes. Esta visão complexificada e diversificada vai ainda mais longe quando Goode, ao contrário de Parsons ou de Durkheim, mostra lógicas familiares inteiramente diferenciadas em sectores sociais também eles distintos. Apesar de Burgess ter identificado, também, diferentes tipos de família, é com Goode que, de forma mais consistente e sistemática, entra em cena a variável status. A inspiração é aqui claramente weberiana, por influência directa de Merton.

O poder atractivo das ideias na mudança social

O papel de destaque conferido à ideologia, particularmente nos processos de mudança social, no que parece ser outra influência mertoniana, constitui a terceira ideia a realçar. Referindo-se à força propulsora e atractiva da ideologia, ele mostra que ideias como a do progresso económico, a do desenvolvimento tecnológico, a do igualitarismo entre homens e mulheres e mesmo a da família conjugal moderna têm defensores em países não ocidentais, muito antes das mudanças se darem aí, quer no sistema industrial, quer no da família.

A circulação da informação, que nos anos 90 será explicada pelo chamado efeito de "globalização", parece ter já papel de relevo nos anos 60, sobretudo porque se refere a temas atractivos para alguns sectores da população. Assim, ideias como a da liberdade individual de escolha, a do funcionamento democrático e igualitário, e mesmo a do romance e do amor como expoente máximo dessa liberdade e desse igualitarismo, são poderosas e surgem, por vezes, "através de alguns porta-vozes mesmo antes que as condições materiais para a sua existência estejam presentes" (Goode, 1963, 1969: 28).

Não seria necessário dar exemplos de sociedades não ocidentais para observar o fenómeno acima relatado. A sociedade portuguesa, pelo menos ao longo do século XX, tem sido palco privilegiado desta antecipação das ideias. A defesa da lei do divórcio antes da primeira república e a sua rápida aprovação, logo seguida aliás de um pacote de leis referentes à família, escassos dois meses após a sua implantação, é exemplo desse tipo de adiantamento. Este conjunto de leis fazia parte do programa ideológico e das aspirações de sectores bem localizados da população portuguesa — classes médias urbanas cultivadas, profissionais liberais, a *intelligencia* da época — que marcaram depois o ideário subjacente a diversas leis deste período da primeira República. As influências externas, o poder atractivo das ideias igualitárias e românticas, os ventos vindos de Paris, foram mesmo ultrapassados por estes liberais portugueses que foram os primeiros em toda a Europa a consagrar na lei o divórcio por mútuo consentimento (Torres, 1996).

Mais tarde, e a partir de 1926, estas leis foram substituídas por outras,

bem contrárias ao igualitarismo, como de resto aconteceu em muitos outros países da Europa. Depois, em 1974, no seguimento de um movimento que existia já desde 1966, é exigida na rua a revogação da cláusula da concordata que impedia a dissolução civil dos casamentos celebrados pela Igreja. Mas trata-se de outra época e de outra conjuntura política. Para todos os efeitos a base social de apoio desta nova legislação e, neste sentido, as condições materiais da sua aplicação, alargaram-se substancialmente de 1910 para 1974.

Retomando Goode, a defesa do papel atractivo das ideias está também em causa quanto ele analisa o quarto aspecto das suas propostas que queríamos aqui destacar: a questão da igualdade entre os sexos. Colocando o problema em moldes completamente diferentes dos de Durkheim ou de Parsons, Goode equaciona a questão da igualdade das mulheres em termos de direitos cívicos, mostrando os avanços que se deram nesse campo desde o início do século, em todos os países ocidentais. Surge assim, pela primeira vez, em relação aos autores que temos vindo a analisar, uma perspectiva inteiramente nova da questão feminina que integra esta num conjunto mais vasto, tal como o da luta das minorias étnicas dos negros nos EUA pelos direitos cívicos ou a dos povos pela independência das colónias.

As mulheres como sujeitos de direito e de cidadania

Para tentar explicar esses avanços nos direitos das mulheres, Goode, a partir da análise de dados referentes a um vasto conjunto de países, identifica outro tipo de transformações sociais, como as que se deram no campo da actividade das mulheres no exterior, com a sua entrada mais significativa no mercado de trabalho, e no campo da família, como a tendência para o menor autoritarismo masculino nesse contexto.

Conclui que é a conjugação de vários factores, e não, como alguns pretendem apenas os avanços tecnológicos, que tornaram certas tarefas menos pesadas, que tem de ser avançada para explicar tais mudanças. Sugere Goode que na sociedade romana — onde as mulheres tinham direitos significativos quando a compararmos com outras sociedades — haveria certamente trabalhos menos pesados que as mulheres podiam ter executado ou dirigido. Simplesmente, achava-se que esse tipo de trabalhos fora do lar não era adequado para elas. Ou seja, o que Goode propõe é que além das transformações na estrutura social, são também as mudanças ideológicas a elas associadas que permitem explicar a progressão nos direitos das mulheres. Uma citação desse texto mostra claramente o que o autor pretende afirmar: "Em todas as grandes civilizações, as mulheres poderiam ter desempenhado, adequadamente, a maioria das tarefas se tivessem sido treinadas para elas, e todas as civilizações seriam mais ricas se assim tivessem procedido. Contudo as tarefas eram culturalmente definidas como impossíveis para elas" (W. Goode, 1963, 1969: 81).

Goode analisa de forma pormenorizada dados estatísticos e inquéritos de opinião em vários países para tentar avaliar a configuração mais precisa das transformações em curso. Conclui então que, embora se registem alguns avanços por parte das mulheres no plano do desempenho das actividades no exterior, ou no da aquisição de maiores direitos no campo das relações familiares, obstáculos de monta podem ainda encontrar-se no percurso da igualdade. No plano do trabalho exterior feminino, e embora dados de diferentes países, por vezes, não convirjam no mesmo sentido, de forma genérica pode dizer-se que as mulheres, por volta de finais de 50, não encaravam o seu trabalho fora de casa numa lógica de carreira, mas sim numa lógica de complemento ao salário masculino. Na família, por outro lado, se se verificava algum progresso no plano do poder das mulheres e de maior reconhecimento da sua autoridade, sobretudo quando estas trabalhavam no exterior, continuavam, contudo, a sobrelevar, em última instância, as decisões masculinas.

Apesar da existência de um ambiente ideológico muito mais favorável aos direitos das mulheres, tudo se passava, no início dos anos 60, afirmava Goode, como se se achasse que as responsabilidades essenciais das mulheres fossem as familiares. Até os peritos e teóricos da família acabavam por ajudar a construir esta imagem — estaria aqui implícita outra crítica a Parsons? — já que “identificariam os direitos da mulher com ‘desintegração moderna da família’” (W. Goode, 1963, 1969: 83).

Outro obstáculo à cidadania mais plena por parte das mulheres reside, na opinião de W. Goode, na própria resistência que os homens oferecem à perda de poder: “(...) os homens, entretanto, não têm cedido voluntariamente suas antigas prerrogativas. Afinal de contas, nenhum grupo de posição dominante renuncia aos seus poderes” (W. Goode, 1963, 1969: 81). O autor retoma aqui o tema da cidadania feminina, mostrando como apesar dos direitos formais as mulheres continuam a ser sobrecarregadas com tarefas a que os homens continuam a esquivar-se. O que, na opinião de Goode coloca a questão feminina ao lado das lutas como a dos direitos cívicos das minorias que apelar da resistência que sofreram por parte dos dominantes acabaram vencendo e impondo novas regras e novas práticas.

Para último exemplo da maior complexidade da perspectiva de Goode, vale a pena citar ainda uma sugestão de análise a propósito da relação entre a defesa ideológica do igualitarismo e as posições dos homens das diferentes classes sociais. Ele identifica “tensões” entre o igualitarismo que se proclama de forma teórica e a resistência a pô-lo em prática, tema que vem, aliás, a ser retomado na contemporaneidade por autores como Kellerhals. Sugere Goode que, embora o igualitarismo entre homens e mulheres seja globalmente defendido por todos, mais pelas mulheres e mais ainda pelos sectores mais instruídos, a verdade é que a posição dos homens exprime descoincidências relativamente às práticas e expectativas. A posição masculina não é, de resto, uníforme, variando com o status: “os homens da classe inferior concedem,

ideologicamente, menos direitos que suas mulheres realmente obtêm e os mais instruídos provavelmente admitem mais direitos, ideologicamente, do que os que concedem” (W. Goode, 1963, 1969: 31). O que esta afirmação indica, esteja ela hoje mais ou menos actualizada no plano da linguagem teórica e da realidade empírica, é a necessidade de articular as diferenças de sexo com as diferenças que Goode classifica como sendo de status e que temos vindo a referenciar à classe ou às condições de existência. Postura moderna, portanto, que aponta ainda, muitos anos depois, no sentido certo.

A perspectiva de Goode ultrapassa, assim, alguns dos problemas apontados às anteriores. Será depois, já nos finais de 60 e inícios de 70, que outras portas se abrirão. Quer porque no plano da realidade as transformações se sucedem nesses anos a ritmo muito acelerado, quer porque no plano teórico aparecem novos protagonistas. Começam a surgir as correntes feministas assumindo propostas muito concretas quer quanto ao casamento, quer quanto à questão feminina. Dentro da própria sociologia da família surgem, simultaneamente como objecto e sujeito de investigação, as mulheres. Na teoria como na sociedade estes foram momentos de ruptura que iremos agora muito brevemente anunciar, para passar, depois, à discussão directa dos contributos teóricos e empíricos mais contemporâneos.

Rupturas e fios condutores para o presente

Como se disse no início do capítulo, esta viagem aos clássicos foi orientada pela procura de respostas susceptíveis de elucidar a relação entre casamento e condição feminina ao longo do século XX. Olhando, primeiramente, para a questão do casamento é possível salientar a sucessão de algumas ideias centrais. Passámos da perspectiva de Durkheim, bem moderna para a sua época, do triunfo da família conjugal moderna e da orientação mais individualizante no próprio funcionamento da família para a centralidade do valor dos sentimentos e do companheirismo na relação conjugal na versão de Burgess. Sucede-se uma espécie de lógica de ascensão, consagração e queda da chamada família conjugal moderna de Parsons e Bales e, mais tarde, tende a salientar-se a visão de maior complexidade de Goode que enquadra o casamento num conjunto mais vasto de padrões culturais e sublinha a diversidade das lógicas conjugais e familiares. Mas se pudermos antever a queda, ou as dificuldades, da chamada família conjugal moderna na própria perspectiva de quem a promoveu, a verdade é que essa queda só começa a tornar-se irreversível nos anos 60 e 70 do século XX.

Do mesmo modo, se procurarmos resposta para a questão da condição das mulheres parece evidente que a afirmação da dependência feminina em

relação às especificidades da sua natureza biológica só com Goode parece ser questionada. As diferenças de posição entre Durkheim e Parsons a este respeito não são de carácter teórico, devendo-se fundamentalmente ao contexto sociohistórico que torna o segundo mais sensível do que o primeiro às manifestações de inquietação e incomodidade das mulheres de certos sectores sociais. Goode, afirma-se já noutro terreno no plano das ideias mas é, sobretudo, nos anos 60 e 70 que se dá uma verdadeira ruptura de perspectiva a respeito da questão da condição feminina. É esse processo que iremos agora analisar. Embora estejamos já muito próximo das perspectivas contemporâneas, decidiu-se manter ainda no capítulo 1 esta abordagem crítica das propostas dos clássicos em relação ao casamento e à questão feminina, que surge nos anos 60 e 70, porque os referentes de tais críticas são claramente ainda os autores anteriores e, nomeadamente, Parsons. Na verdade, esses anos são férteis em mudanças sociais e em transformações de perspectiva. Retomando o fio condutor casamento e questão feminina, vejamos algumas dessas transformações essenciais.

Com W. Goode encontramos, na literatura anglo-saxónica e antes das abordagens feministas, os traços de uma sociologia da família que equaciona pela primeira vez a ideia de que a mulher pode ser definida enquanto actor social fora dos contextos que a natureza biológica lhe impõe. Mas é ainda uma definição da ordem da identificação dos direitos e do lugar da denúncia da discriminação e menos de ordem teórica e conceptual. Ou seja, Goode mostra as assimétricas e injustiças a que as mulheres estão submetidas como, de resto, também sublinhou as diferenças sociais e o seu papel nas escolhas matrimoniais e na vida familiar, mas não propõe no plano teórico e na sociologia da família mudança de perspectiva para captar a realidade das distinções inter-sexos, nem sugere novos conceitos.

Só com os anos 70 se dá o que, à distância, podemos hoje designar por ruptura de paradigma. A chamada condição feminina começa a ser olhada de outra forma, ganhando fôlego, com mais clareza, um processo de transição conceptual e de imagem: a passagem de uma noção de mulher-natureza, condicionada pelas suas funções biológicas e por um destino específico, para uma concepção de mulher-indivíduo.

Para essa ruptura contribuem, de forma mais decisiva e no plano das práticas sociais, as mudanças de valores e de comportamentos dos anos 60, as primeiras manifestações e reivindicações de um feminismo de segunda vaga²³ e outras rupturas (Segalen, 1993) no plano dos indicadores demográficos como a subida do divórcio e a descida da natalidade e da nupcialidade, as transformações no plano da inserção das mulheres no mercado de trabalho.

No plano ideológico e teórico, por outro lado, surgem um conjunto de novas propostas das correntes feministas e, no contexto da sociologia da família, as investigações que começam a pôr em causa adquiridos anteriores, nomeadamente, a perspectiva parsoniana e a rígida divisão de tarefas e de funções que ela impunha arrastando situações de descompensação. Descompensações, ambigüidades e dificuldades que, como se viu, eram previstas pelo próprio Parsons. Aliás, também como ele já deixava antever, foram sobretudo as mulheres mais intelectualizadas que tomaram a dianteira procurando evidenciar os limites e as desvantagens da sua situação insatisfatória.

São essas desvantagens e limites que um conjunto de pesquisas, no mundo anglo-saxónico e fora dele, vão revelar. Andrée Michel, quer pelas investigações comparativas em que ela própria se envolve, quer pelo trabalho de sistematização de informação a que procede através da publicação de várias colectâneas de textos e de manuais tem um papel chave, desde os anos 60 e, sobretudo, na década de 70, neste processo de articulação entre a tenática da família e a da situação das mulheres. Vejamos muito sinteticamente alguns desses contributos.

Andrée Michel, a sociologia do casamento e as propostas feministas dos anos 70

As críticas de Andrée Michel às propostas de Parsons assumem lugar de destaque, não só pelo trabalho de desmontagem da própria argumentação do autor, como também pela sistematização de referências a resultados de pesquisa que infirmam as propostas do sociólogo americano (Michel, 1983). Andrée Michel tem ainda papel importante ao subscrever ou divulgar várias propostas teóricas alternativas à proposta parsoniana e a versões semelhantes mais actualizadas na época como a de Scanzoni (1983). Assumem aqui particular relevo aquelas que procuraram demonstrar pela primeira vez o carácter "produtivo" do trabalho doméstico ou por outras palavras o valor económico e de troca do trabalho de reprodução desempenhado pela mulher no contexto familiar como Dorothy Smith, Christine Delphy, Heidi Hartmann entre outras.

Vejamos primeiro, de forma sintética, resultados de pesquisas que, no decurso dos anos 60 e 70, contrariam a ideia da vantagem da diferenciação dos papéis (instrumental/expressivo) entre os cônjuges e mostram o mal-estar feminino perante a circunscrição ao desempenho exclusivo do seu papel tradicional.

Numerosas foram as investigações na Europa e nos Estados Unidos que, nos anos referidos, demonstraram, com resultados muito convergentes, que o trabalho profissional das mulheres está de forma clara associado ao aumento do seu poder de decisão e autoridade no casal, a maiores níveis de partilha das tarefas domésticas entre os cônjuges (embora de forma nenhuma

23

De segunda vaga por referência, logicamente, à vaga inicial do feminismo do início do século XX tão bem protagonizada pelas sufragistas.

essa partilha seja igualitária), a maior percepção de companheirismo, camaradagem, interajuda e comunicação no casal²⁴ (Michel, 1983). Dito por outras palavras, o facto de tanto homens como mulheres desempenharem o papel instrumental na família é um factor positivo para a percepção que as mulheres têm de si próprias, da relação conjugal e da sua autoridade no contexto familiar. O crescimento da taxa de actividade feminina das mulheres casadas nos anos 60 e 70, quer nos Estados Unidos quer na Europa,²⁵ pode testemunhar assim também esse crescente desejo de maior autoridade feminina.

Se é verdade que o móbil da actividade feminina no exterior parece ser, fundamentalmente, nesta altura, o desejo de melhorar as condições de vida da família, estes dados não deixem contudo de fazer pensar que outros elementos começam também a pesar nas decisões femininas quanto à actividade profissional. A título de exemplo, verificou-se que as mulheres casadas que trabalham no exterior, com menos posses, quando comparadas com outras mulheres dos mesmos sectores sociais, sem actividade profissional, parecem estar mais satisfeitas perante dimensões fulcrais da relação conjugal apesar de pagarem o preço de uma dupla jornada de trabalho (Blood e Wolfe, 1960).

Mas as desvantagens da exclusividade do desempenho do papel expressivo pelas mulheres no contexto da família podem ser analisadas ainda por outro prisma. Por um lado, as mulheres mais instruídas assumem, nestes anos 60 e 70, alguma retracção perante a conjugalidade verificando-se que é entre estas que é maior a taxa de celibato (Michel, 1983: 155). Este facto tende a ser interpretado como a percepção das desvantagens que tem o casamento, nos moldes da divisão tradicional dos papéis, para a realização profissional e pessoal das mulheres. Por outro lado, as mulheres casadas desses mesmos sectores sociais começam a sentir as ambiguidades e os efeitos nefastos da situação da mulher doméstica de que falava Parsons.

Em várias pesquisas, se concluiu que a situação de isolamento das mulheres domésticas, associada ao alto sentido de responsabilidade pelos cuidados com os filhos, tendia a causar neurasenia e sentimento de vazio como Betty Friedan e I. Tallman concluem (Michel, 1983: 136). Noutras investigações salienta-se uma correlação negativa entre saúde mental e trabalho doméstico²⁶ e também se conclui, noutras ainda, como as que foram conduzidas por G. Mauco, que "os papéis de autoridade concedidos ao homem no

24

Andrée Michel refere, discutindo o âmbito e os resultados de cada pesquisa, vários autores dos quais destacamos os seguintes: Blood e Wolfe, David Heer, Rauben Hill (EUA), R. König (Alemanha), M. Young e P. Willmott (Inglaterra), C. Lepiael (Bélgica) Andrée Michel (França) (Michel, 1983: 207-250).

25

A taxa de actividade feminina das mulheres casadas nos EUA passou de 15% em 1940 para 41% em 1970. Em França, em 1962, 32% das mulheres casadas trabalhavam tendo esse número aumentado para 34% em 1968. Mas, no conjunto das mulheres com actividade profissional em 1968, em França, 55% eram casadas enquanto essa percentagem era apenas de 48 em 1954 (Michel, 1983: 198).

casamento dão à mulher uma imagem desvalorizante dela mesma o que se traduz por um desequilíbrio familiar" (Michel, 1983: 124). Esses desequilíbrios têm consequências negativas não só para as próprias mulheres como para as crianças. E até sociólogos como Becker, que está longe de contestar a divisão tradicional das tarefas no contexto familiar, são obrigados a admitir que a dependência económica das mulheres pode ter efeitos desastrosos quando um casamento não é bem sucedido (Michel, 1983: 125).

Quanto à satisfação da mulher no casamento um conjunto de trabalhos realizados nos Estados Unidos e na Europa, em meados de 60 inícios de 70, parece igualmente chegar a resultados bastante convergentes. A satisfação conjugal declina com o nascimento dos filhos e mantém-se baixa até aos filhos serem adolescentes, são os resultados a que chegam quer Andrée Michel, quer Feldman, quer Rollins e Feldman, quer Burr (Michel, 1983: 230-243). A partir dessas idades dos filhos a satisfação parece novamente aumentar, podendo estar também associada a retoma da actividade profissional, por parte das mulheres²⁷.

Os níveis de insatisfação com a relação conjugal podem reforçar-se com o nascimento do segundo filho e parecem estar relacionados, entre outros factores, com a sobrecarga de trabalho, com a existência de maiores problemas sexuais, com menos dinheiro e mais problemas com a profissão do marido, com menos bom humor, falta de comunicação entre os cônjuges etc. (Michel, 1983: 232). Não deixa de ser curioso notar assim que, ao contrário provavelmente do que em termos de senso comum poderia ser de esperar e do que na teoria da diferenciação dos papéis está tão claramente prescrito, a maternidade parece ser "inimiga" da relação conjugal e da satisfação das mulheres no âmbito relacional.

Quanto à relação entre satisfação conjugal e interacção conjugal também parece haver convergência num conjunto de resultados de investigação. No inquérito francês realizado por A. Michel em meados dos anos 60 a 456

26

Em 1960, Gurin e seus associados numa pesquisa em que se pretendia relacionar o trabalho com a saúde mental, que envolveu 2460 americanos e americanos, concluíram que o trabalho doméstico pode ser nefasto para a saúde mental das mulheres que ficam em casa (Michel, 1978: 91).

27

Sempre que não se especificar se as mulheres casadas com filhos pequenos de que se está a falar, nesta época, são ou não activas devemos imaginá-las, na sua maioria, domésticas, não esquecendo que a forma de viver esta situação varia de acordo com as classes sociais. É que, quando atrás se fez referência ao aumento da taxa de actividade feminina entre as mulheres casadas, que chegou ao patamar de 41% nos EUA, em 1970 e de 34% em 1968, em França, não se pode esquecer que esse número é uma média. No segmento de idade em que as mulheres têm filhos pequenos essa percentagem desce de forma significativa. Fentomeno que nos anos 1980 e 1990 se vem a alterar de forma expressiva já que não só sobe ainda mais a percentagem das mulheres casadas activas, na maior parte dos países da Europa e nos Estados Unidos, como hoje se tende cada vez mais a não interromper a actividade profissional com o nascimento dos filhos.

famílias parisienses, a satisfação da mulher no casamento "é negativa e significativamente afectada pela autoridade do marido no casal, pelo monopólio da realização das tarefas domésticas pela mulher, pela especialização das decisões em função do sexo" (Michel, 1983: 238). A satisfação das mulheres casadas é mais elevada, por outro lado, quando há divisão de tarefas entre os cônjuges e as decisões e autoridade também são partilhadas. Encontraram-se os mesmos resultados na Bélgica e nos Estados Unidos (Blood e Wolfe, 1960). Embora os níveis de satisfação das mulheres casadas estejam também relacionados com o maior nível de instrução e de rendimentos dos maridos, factores como a comunicação recíproca no casal parecem sobrepor-se a esses de carácter económico ou de estatuto como ficou claramente demonstrado quer nos resultados da pesquisa acima referida de A. Michel sobre as parisienses, quer numa investigação realizada na Bélgica. Entre os factores favoráveis à maior comunicação no casal contavam-se, precisamente, na pesquisa de A. Michel, factores como o igualitarismo no casal no plano das decisões e no da divisão das responsabilidades. O carácter decisivo da comunicação no casal foi ainda demonstrado por R. Hill, M. Strycos e K. Back (Michel, 1983: 241).

Estes resultados deixam transparecer claramente incomodidades femininas na aplicação do modelo tradicional de divisão das funções e tarefas entre homens e mulheres na família no decurso dos anos 60 e 70. É que se no plano da relação conjugal a realidade para a maioria das que eram domésticas, e sobretudo para aquelas que tinham filhos pequenos, era insatisfatória, a verdade também é que estas mulheres não tinham modo de a transformar, dada a situação de dependência em relação aos cônjuges em que viviam. Ora não será forçado admitir, e a distância de 20 ou 30 anos também nos ajuda, que a vivência destas incomodidades vai traduzir-se de forma muito evidente no plano das práticas, em anos posteriores.

Para as mulheres menos instruídas e com menos rendimentos o trabalho profissional pode aparecer como uma resposta que permite simultaneamente obter mais poder no contexto conjugal, contribuir para o reforço do orçamento da família, diminuir, embora só ligeiramente, a carga doméstica, para já não falar de outros ganhos identitários, de reconhecimento de competências e de sociabilidade. Não será este um factor importante para explicar a subida da taxa de actividade feminina nos anos 80 e 90?

Para muitas mulheres mais instruídas os resultados destas pesquisas, ao revelar a insatisfação conjugal, a dificuldade em correlacionar positivamente maternidade, bem-estar conjugal e realização pessoal, só vêm funcionar como caixa de ressonância em relação à sua experiência e sentimentos pessoais. E se nos sectores sociais menos favorecidos a participação das mulheres no mercado de trabalho, e a acumulação do trabalho doméstico com o trabalho profissional, parecem ser o preço a pagar para um protagonismo feminino relativamente acrescido, nos sectores mais favorecidos trata-se de assumir claramente o direito a concretizar projectos de realização pessoal e

profissional sem desistir da maternidade, da família e da relação conjugal. Assunção de direitos que ainda hoje necessita de ser continuamente afirmada e reafirmada, dadas as resistências e dificuldades reais que o seu exercício na prática ainda suscita, mas que começa a esboçar-se como questão a resolver exactamente nos anos 70. Também é verdade que se torna mais fácil para as mulheres mais instruídas e com maiores rendimentos criar condições para poder exercer estes direitos de forma conjugada, já que se torna possível aliviar o peso das tarefas domésticas, nomeadamente, através da contratação de trabalho pago.

Mas, importa sublinhar, é a partir dos anos 70 que se tornam mais explícitas e visíveis as ambiguidades, as dificuldades e os custos decorrentes da dependência financeira das mulheres, a imposição do retraimento na concretização das suas ambições de realização pessoal e profissional, dificuldades que passam a poder ser nomeadas: termos como submissão feminina e dominação masculina começam a entrar no vocabulário comum a partir dos ensaios feministas. O que era vivido no plano pessoal como o problema daquele casamento, daquela mulher tende a ser vivido como questão mais global. Inicia-se uma convulsão social, a da plena igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, que ainda hoje está em curso mas que se constitui nestes anos como um ponto de não retorno.

Além da questão da igualdade os resultados de investigação que temos vindo a referir revelam também a rejeição do modelo tradicional do casamento e a defesa explícita ou implícita de outras modalidades de relacionamento. Contra a ideia de reciprocidade com base na diferenciação e na complementaridade dos papéis e funções, impõe-se uma perspectiva sobre a relação conjugal marcada pelo igualitarismo, pela indiferenciação no desempenho das tarefas, pela proximidade entre os cônjuges e pela comunicação recíproca como critérios para a satisfação conjugal.

Trata-se também de uma nova visão dinâmica da relação conjugal: "(o casamento) é um processo dinâmico, no qual o equilíbrio é um objectivo e uma aposta mais do que um adquirido, um movimento entre forças centífugas e centrípetas, forças de atracção e repulsão; as primeiras só se impõem às segundas através de negociações, de avaliações (*marchandages*), cuja finalidade é a manutenção de uma reciprocidade de direitos e de deveres aceitável no seio do casal" (Michel, 1978). Esta afirmação baseia-se em comprovação empírica, diz a autora, que defende que o casamento se tornou nos países industrializados uma instituição precária, pelo facto dos indivíduos não aceitarem a ausência de reciprocidade, chegando mesmo a poder romper o casamento quando sentem falta dela. Esta era também a interpretação que A. Michel desenvolvia para explicar o aumento exponencial do divórcio que se desenhava de forma mais acentuada precisamente no início dos anos 60.

Em suma, o que estas novas abordagens procuraram demonstrar foram os equívocos da ideologia tradicionalista quando propunha que a realização

pessoal e a satisfação das mulheres fossem a contrapartida para os serviços gratuitamente prestados aos filhos e ao marido e restantes familiares. As pesquisas empíricas que citámos encarregaram-se de desmistificar completamente esta ideia.

O casamento, a família e o trabalho doméstico

No plano teórico surgem também as teorias que propõem novas explicações sobre a situação feminina e sobre o papel da mulher na família. Trata-se agora de uma perspectiva completamente nova que tende a dar visibilidade a um lado da vida familiar até aqui completamente oculto: o trabalho produtivo e reprodutivo que as mulheres desenvolvem no contexto do casamento e da família.

Dorothy Smith, numa perspectiva de simbiose entre a perspectiva estruturo-funcionalista e a marxista, propõe que a família no capitalismo monopolista continua a desempenhar uma função produtiva embora tenha deixado tendencialmente de produzir directamente para o mercado. O trabalho produtivo no contexto da família é constituído pela enorme quantidade de serviços domésticos produzidos, no essencial, pelas mulheres. Produção que é sistematicamente ocultada e não contabilizada. A família é assim um sub-sistema articulado ao sistema industrial (Michel, 1983).²⁸ Este tipo de argumentos tem o mérito de desmistificar os argumentos que tendiam a justificar a divisão tradicional dos papéis como uma necessidade estritamente emocional e relativa aos cuidados com as crianças e aponta para a necessidade de ter em conta e de avaliar os aspectos quantitativos e qualitativos do trabalho doméstico.

Para Christine Delphy importa definir o trabalho doméstico "como uma certa relação de trabalho, uma certa relação de produção no seio de uma unidade: o grupo doméstico (...)". A natureza desta "relação de produção entre marido e mulher na família nuclear moderna", é a de uma relação de subordinação de uma pessoa, ou de um chefe que está integrado numa relação de produção mercantil, a uma outra que lhe é subordinada porque a sua produção, não se integrando no circuito mercantil, é desvalorizada e tornada invisível (Delphy, 1978).

Nestas condições avança C. Delphy a reciprocidade, no contexto da relação conjugal e da família, é difícil. De um lado, temos o chefe de família cuja produção é paga através de um salário, do outro a mulher, cujo contributo não é reconhecido socialmente nem sequer pelos dois implicados, sem

protecção social, só com protecção através do marido. Além disso, as mulheres casadas que trabalham no exterior também acumulam a produção doméstica. Ou seja, para C. Delphy nas condições da divisão tradicional das tarefas e funções, o casamento é, independentemente da vontade das pessoas, um lugar de reciprocidades difíceis na medida em que os lugares que o homem e a mulher ocupam são, à partida, muito distintos. C. Delphy mantém a sua perspectiva como pode verificar-se num texto do início dos anos 1990: "o casamento é uma instituição através da qual o trabalho não pago é extorquido a uma categoria particular da população, as mulheres-esposas" (Delphy, 1992).

Depois de uma época em que a dedicação das mulheres ao marido e à família parece ser um dádiva não contabilizada, trocada pelo sustento material e legitimada pela ideia de um desempenho baseado na função biológica, começa-se a contabilizar perdas e ganhos. Contabilização que parece resultar da própria centralidade das lógicas mercantis na sociedade capitalista (Morgan, 1978).

A título de exemplo, regista-se uma das múltiplas formas de contabilizar que conduzem a conclusões curiosas. Num grande inquérito aplicado a mais de 2 mil famílias representativas de famílias de todos os tipos, Morgan revelou que o celibatário americano consagra cerca de 408 horas por ano às tarefas domésticas mas que depois de casado não faz mais do que 190. Conclui assim que o homem americano ganha com o casamento cerca de 218 horas por ano. Cálculos que atribuem aos homens mais 5 anos do que às mulheres casadas, tempo que eles "pouparam" ao longo da vida de casados e que podem usar para muitas coisas: para mais trabalho e, assim, mais salário ou para mais lazer (Morgan, 1978). Ora acrescenta-se, as contrapartidas, isto é, o facto de serem as mulheres a ser sustentadas financeiramente pelos maridos parecem nem ser recíprocas, como C. Delphy procurou mostrar, nem absolutamente fáveis.

Na verdade, A. Michel defende que o que as mulheres ganham em conforto e segurança quando dependem financeiramente dos maridos tem muitas vezes também em contraponto, sobretudo em certas classes sociais, o chamado mal indefinido da doméstica a que já se fez referência: o isolamento, o aborrecimento, a monotonia dos dias, a fuga para o consumo inútil, as visitas ao psicanalista ou psiquiatra ou a cura com tranquilizantes para aplacar uma energia que não encontra lugar onde esgotar-se além da rotina das tarefas domésticas.

Mas houve ainda outras propostas feministas, nos anos 70, que procuraram dar visibilidade ao trabalho doméstico. Ann Oakley (1974), considerando a dona de casa como uma figura característica do capitalismo contemporâneo, analisa as especificidades do trabalho doméstico, distinguindo-o das outras formas de trabalho e mostrando como ele está intimamente associado a uma visão particular sobre a mulher: a que a define segundo três características indissociáveis como mãe, esposa e trabalhadora doméstica.

28 Claro que esta visão retoma alguns dos argumentos já avançados por Engels no século XIX nomeadamente em *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1884, 1976).

Surgiram também polémicas a respeito deste tipo de trabalho. Maria Rosa della Costa e Selma Jones propunham que devesse ser reivindicado um salário para o trabalho doméstico. Mas a maioria das feministas tendia a considerar que este tipo de propostas só aprofundaria a situação de isolamento e de discriminação feminina (Maddowell e Pringle, 1992: 126). Embora, esta vaga inicial, que procurava mostrar aspectos da situação das mulheres até aí ignorados, centrasse a sua atenção no domínio da vida familiar e doméstica, outras propostas procuravam relacionar a situação de discriminação na família com a discriminação no mundo do trabalho. Contudo, a polémica gerava-se à volta da atribuição da primazia a dar a cada uma dessas esferas.

Nos primeiros anos 70 tendia-se a sublinhar mais a esfera familiar e doméstica como o cerne da opressão, sugerindo que o patriarcado, "estrutura específica da dominação masculina" (Maddowell e Pringle, 1992) teria autonomia em relação às formas de exploração capitalista. A relação entre capitalismo e patriarcado ou entre género e classe constituíam terna de debate frequente. C. Delphy (1978), por exemplo, defendia que o patriarcado constituía um modo de produção separado. Heidi Hartmann (1981) pelo seu lado, sustentava que o patriarcado e o capitalismo constituíam sistemas duais que se beneficiavam mutuamente e que tinham como resultante a secundarização das mulheres no mundo do trabalho.

Mas, tal como Maddowell e Pringle (1992) sustentam, as condições materiais desde o início dos anos 80 até hoje mudaram significativamente e as perspectivas feministas também: "no decurso dos anos 80 houve maior consciência da dificuldade de fazer afirmações teóricas a este nível de abstracção. As feministas desencorajaram as polaridades do tipo ou/ou e a distinção entre feministas radicais e socialistas esbateram-se". Nesta linha é também de salientar que no decurso dos anos 80 e 90 apareceram novas perspectivas teóricas que propuseram a necessária articulação entre os conceitos de classe e de género (Phillips, 1992). Em simultâneo, perderam vigor as teorias que defendiam a centralidade do patriarcado, nomeadamente, porque foi bastante questionada a forma de identificar e localizar as estruturas sociais que sustentavam tal "modo de produção". Como será desenvolvido à frente, tendeu-se mais tarde a privilegiar a ideia de uma dominação masculina como dominação simbólica e como forma de exercício de um poder que se apresenta de forma "naturalizada" e se manifesta em todos os domínios das relações sociais conformando as instituições a essa lógica, distribuindo diferentes lugares de poder para homens e para mulheres.

A ideia do patriarcado como categoria transhistórica, aliás, fora já criticada em 1981 por Teresa Sousa Fernandes numa dissertação de doutoramento defendida na Brandeis University. Trata-se de uma obra a vários títulos precursora já que exactamente em finais dos anos 70 que questiona o que só se tornou pacífico e aceite no início dos 90 como vimos nos textos referidos acima. Vale a pena olhar para os traços gerais da sua proposta ainda que de forma sintética.

A autora faz uma reavaliação crítica de alguns aspectos centrais do marxismo e do feminismo. Critica a ideia de "universalidade" contida na noção de patriarcado e de uma dominação masculina transhistórica como a que Kate Millet avança. Considera que Delphy faz uma colagem demasiado rápida, e pouco rigorosa, entre o modo de produção capitalista e a exploração do trabalho doméstico e reprodutivo que as mulheres desenvolvem no contexto da família (Fernandes, 1981: 3). Também sugere os limites do biologismo de algumas propostas feministas como a de Firestone (Fernandes, 1981: 4).

Defende ainda que o marxismo não conseguiu produzir uma teoria capaz de explicar a opressão das mulheres, a divisão sexual do trabalho, nem a dominação feminina na família. Propõe, assim, a necessidade de ultrapassar os dualismos inerentes às versões feminista e marxista, afirmando que "a sociedade capitalista não é só um sistema de classe historicamente específico, mas também um sistema de dominação-subordinação dos sexos historicamente específico" (Fernandes, 1981: 7). Trata-se assim de uma proposta que a nosso ver sublinha *avant la lettre*²⁹ a necessidade de articulação entre divisão social e sexual do trabalho, propostas hoje pacíficas mas, de certo, inovadoras para a época. Como decorre dos termos utilizados pela autora trata-se de considerar que "a caracterização da forma capitalista da divisão sexual parte da análise das relações sociais da reprodução humana na medida em que elas se interrelacionam com as relações de produção capitalistas e o poder político" (Fernandes, 1981: 7).

Centrando-se na análise da perspectiva marxista e procurando desmontá-la de forma extremamente exaustiva percorre um leque variado de aspectos desde as propostas de Engels, à identificação das especificidades da relação salarial em Marx, ao papel do Estado e a evolução da época pré-moderna, ao grande surto de desenvolvimento industrial do século XIX e até 1975, concluindo a este propósito e de forma global sobre "a inaplicabilidade, na análise das divisões sexuais do trabalho, do aparato conceptual utilizado para caracterizar as divisões capitalistas do trabalho exclusivamente por referência à organização do processo produtivo imediato" (Fernandes, 1981: 288).

Depois de uma reinterpretção histórica sobre a externalização do trabalho de reprodução social propõe os fundamentos de uma teoria sobre a divisão sexual do trabalho. Salienta a necessidade de analisar a articulação entre as relações de produção e as de reprodução desenvolvendo a partir de

29 Não dominamos suficientemente a literatura sociológica anglo-saxónica sobre a questão do género para dizermos com toda a segurança que não poderia haver nessa altura propostas que fossem já em sentido convergente com esta, mas é duvidoso que assim seja. A verdade é que os chamados *women studies* ganham visibilidade precisamente a partir dos anos 1980 com propostas que nos parecem aquém das que foram avançadas por Teresa Sousa Fernandes.

aqui nova análise aprofundada sobre a posição das mulheres trabalhadoras no sistema de reprodução social, por um lado, e na relação salarial, por outro, demonstrando como se tecem e se interpenetram estas esferas. Retoma também algumas propostas como a de Meillassoux que assume proposta idêntica ao analisar o trabalho feminino na agricultura (Meillassoux, 1977).

Encontramos assim uma alternativa muito elaborada a propostas mais simplistas sobre as características do trabalho doméstico no contexto das classes trabalhadoras (Fernandes, 1981: 571-586) e da relação entre este, a própria relação salarial e a "formação" do salário das mulheres e dos homens. Conclui que: "a forma burguesa de família das classes trabalhadoras e o trabalho doméstico privado que aí se desenvolve, aparecem como condições necessárias do sistema de trabalho assalariado" (Fernandes, 1981: 586).

Por outras palavras, a privatização da família das classes trabalhadoras é parte integrante do processo de externalização da reprodução do trabalho. O que significa que a formação dos salários masculinos nas classes trabalhadoras pressupõe a existência de uma reposição da força de trabalho operada pelo trabalho reprodutivo e não pago das mulheres no contexto doméstico independentemente destas trabalharem ou não no exterior. Esta divisão sexual do trabalho que impõe às mulheres casadas o desempenho destas obrigações domésticas e familiares implica ainda que, quando as mulheres trabalham no exterior, os seus salários sejam ainda muito inferiores aos dos homens dado que são desde logo "definidos" como salários de apoio. Tal divisão sexual traduz-se ainda de forma muito visível na divisão do trabalho vertical — as mulheres ocupam postos menos qualificados que os dos homens — e horizontal — a distribuição das mulheres por sectores de actividade específicos, que produzem determinados bens de consumo, que são mal remunerados e de trabalho intensivo, etc. (Fernandes, 1981: 744). Ideias que irão ser retomadas e em que se insistirá mais tarde. Tal como, aliás, a análise histórica das relações entre formas da estrutura familiar e posição perante o mercado de trabalho de homens e de mulheres das classes trabalhadoras, que T. S. Fernandes desenvolve analisando essas relações desde a fase da acumulação capitalista ao modelo vigente em meados dos anos 70 (Fernandes, 1981: 670-782). Procedimentos analíticos idênticos, embora com alguns contornos diferenciados, que outras autoras, em meados dos anos 80 e no decurso dos 90, irão sugerir, como veremos à frente.

Não tendo qualquer pretensão de sintetizar as diversas propostas de Teresa Sousa Fernandes, extensa e aprofundadamente desenvolvidas (841 páginas) sublinham-se mais duas ideias que se considerou importante reter.

Em primeiro lugar, a autora desenvolve com bastante pormenor a oposição à venda da força de trabalho feminina na fase de consolidação do capitalismo industrial. Oposição no próprio seio dos sindicatos, nos sectores mais "aristocráticos" da classe operária e mesmo do movimento socialista em virtude da ameaça que representava a oferta de mão-de-obra feminina para a

manutenção dos níveis salariais dos homens. Oposição também ideológica pela parte do Estado já que se começa a desenvolver o ideal da doméstica e a circunscrição das mulheres trabalhadores aos sectores dos serviços pessoais, situação que se torna predominante na altura da viragem do século (Fernandes, 1981: 426-451).

A leitura destas páginas, ilustradas com diversos exemplos e casos históricos mostra as contradições entre "luta de classes e luta de sexos". Situações que, com outros pretextos ou com os mesmo mais "matizados", se podem ainda hoje localizar, muito mais de 100 anos depois, nos diversos episódios das lutas actuais pela emancipação feminina e nas contínuas resistências que a ideia de que as mulheres devem ser encaradas como "indivíduos" continua a suscitar. É na verdade muito complexo o percurso, a que atrás aludimos, da passagem da ideia de uma mulher dependente para sua sobrevivência dos ganhos do marido, limitada às suas funções biológicas e ao seu papel na família, para a ideia de uma mulher-indivíduo.

Em segundo lugar, e para concluir, Teresa Sousa Fernandes faz algumas observações que merecem ainda atenção. Pelo facto de ter dado na sua análise prevalência às posições dos sindicalistas e dos activistas do movimento sindical, interroga-se sobre como teriam as mulheres reagido, que estratégias teriam elas desenvolvido, como teriam elas vivido a sua compulsiva circunscrição ao papel materno? Na pesquisa sobre o casamento (Torres, 2000a) com uma lógica metodológica completamente diferente da investigação que temos vindo a abordar, e com outras interrogações, procurou-se precisamente reconstruir o discurso quer das mulheres quer dos homens sobre a vida conjugal e sobre o trabalho profissional. Tem-se aliás insistido na necessidade de não fazer economia da pesquisa, nem ceder às tentações ideológicas ou alteridades naturalistas que se podem traduzir pela suposição de que os dominantes são o reverso dos dominados.

Outra observação final da autora, enunciando um esforço desenvolvido pela própria também voltado para o futuro, refere-se ao facto de reafirmar a necessidade de ter em conta as diferenças de classe entre as mulheres e afastar as visões dualistas que implicam, por exemplo, a escolha mutuamente exclusiva de conceitos como patriarcal ou classe social. Na investigação sobre o casamento (Torres, 2000a) procurou-se também superar o mesmo tipo de dualismos, tendência, aliás, que hoje em dia se tem tornado mais frequente nestas áreas de investigação.

Fazendo agora a síntese mais global do que foi dito, importa reter, retomando o fio condutor que nos tem conduzido até aqui, que a corrente feminista dos anos 70 aos anos 80, na sua diversidade e pluralidade de abordagens, desde as que mostravam o que se escondia sob a capa da paz doméstica até às que propunham abordagens inteiramente inovadoras constituiu também um dos passos em frente mais decisivos no campo da reflexão teórica

sobre as temáticas da conjugalidade, da família e das mulheres. Na verdade, esta corrente obrigou detractores ou defensores dessas ideias a aprofundar os temas, a orientar pesquisas com outros olhares e perspectivas. As mulheres emergiram simultaneamente enquanto sujeitos e actores da história social e enquanto motores da reflexão sobre essa mesma história.

Capítulo 2 O CASAMENTO E A QUESTÃO DAS MULHERES Propostas actuais

Se a proposta de Andrée Michel consiste numa tentativa de renovar a sociologia da família e do casamento a partir dos contributos inovadores da corrente feminista a verdade é que este domínio da sociologia conhece outras fontes de renovação no decurso dos anos 60, 70 e 80. Particularmente interessantes para a temática do casamento e da questão feminina são os contributos de alguns autores de língua francesa (Kellerhals, Rousset, Singly, Kaufmann, Bizon entre outros) e de autores americanos que têm uma perspectiva específica sobre a conjugalidade (Berger e Kellner).

Mas algumas ideias, de origem diversa, são também de referência obrigatória para analisar os temas focados, nomeadamente os contributos de outras áreas da sociologia, como uma certa sociologia do trabalho que faz ressaltar a articulação entre divisão social e sexual do trabalho, como é o caso das perspectivas de M. Chaudron, F. Battagliola, M. Agnès Barrère-Maurison. Outras pesquisas, como a conduzida por Olivier Schwartz sobre o mundo privado dos operários, fornecem pistas interessantes e fundamentais sobre a conjugalidade e o género como se verificou na investigação sobre o casamento a que temos vindo a fazer referência (Torres, 2000a).

Outras propostas no âmbito da psicologia social como a de Lígia Amâncio, ou da antropologia como M. Vale de Almeida e de correntes feministas contemporâneas ao propor formas específicas de definir e operacionalizar o conceito de género tornam-se igualmente referências centrais para este tipo de debate. A abordagem do casamento e da nupcialidade do lugar da demografia e da sociologia da população, de que é exemplo a que tem sido realizada por Mário Bandeira, constitui também proposta relevante.

O debate com perspectivas mais recentes de P. Bourdieu, nomeadamente sobre a dominação masculina, é também útil para, entre outros aspectos, situar a questão do que permanece e do que muda no plano da igualdade entre homens e mulheres. Mas a perspectiva da mudança social e das transformações dos últimos anos, quer no que toca ao casamento e à família, quer no que

diz respeito à questão feminina, conta com a contribuição teórica decisiva de autores já referidos como Kellnerhals e Singly e beneficiou igualmente de aspectos de propostas teóricas mais englobantes como a de Giddens.

O tema do amor e do casamento obrigou ainda a análise de propostas de autores de referência como Luhmann, ou novamente os já referidos Goode, Bourdieu e Giddens, mas também os contributos como o de U. Beck e E. Beck-Gernsheim e até de Octávio Paz.

Mas reflectir sobre o casamento, a família e a questão feminina de forma genérica, mas tendo igualmente como referente Portugal, implica ainda abordar outras propostas. Foi decisivo, assim, o contributo de autores na área da sociologia da família em Portugal, como Nelson Lourenço e, não por acaso, o de muitas autoras como Ana Nunes de Almeida, M.^a das Dóres Guerreiro, Karin Wall, Enggrácia Leandro e Cristina Lobo. Igualmente importantes foram os contributos sobre a questão das relações sociais de sexo como o de Virgínia Ferreira e sobre o género como Helena Carreiras e Isabel André.¹

A propósito de problemas teóricos mais genéricos como é o caso das transformações sociais e dos valores ou, também a título de exemplo, do debate sobre as identidades, revelaram-se ainda importantes as perspectivas que reflectem igualmente o conhecimento da sociedade portuguesa de autores como J. Madureira Pinto, J. Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa entre outros.

A forma de abordar as propostas dos autores referidos segue, no entanto, uma lógica diferente da utilizada no capítulo 1. Organiza-se agora a exposição a partir de temas considerados transversais à problemática do casamento e da questão feminina.

Casamento, determinações sociais e sexo

A temática da relação entre pertença social — classe, estrato ou meio social — casamento e família, surgiu já, como se viu atrás, com Goode. Mas este norte-americano constituiu excepção à sociologia que se fazia então nos Estados Unidos da América. Desde Burgess que a visão do “companheirismo” e a ideia de uma escolha livre do cônjuge, obedecendo apenas aos sentimentos, tem influência nas pesquisas empíricas. Convergindo ou não com esta perspectiva, a verdade é que, por volta dos anos 60 e 70, os objectos de

investigação parecem orientar-se mais para as interações na relação conjugal do que para os contextos e determinações sociais ou para as relações do subsistema conjugal com os outros subsistemas como tinha proposto Parsons. André Michel, em 1970, sublinha as palavras de Reuben Hill, numa das introduções de uma antologia de textos onde colaboraram outros sociólogos da família americanos e europeus: “As pesquisas situando a família no seu contexto atraem mais os europeus, mais sensíveis à perspectiva macrosociológica do que os americanos” (Michel, 1970: 95).

Tais tendências da sociologia norte-americana são exactamente opostas às que eram mais habituais em França. Em 1964, Alain Girard, com a publicação do seu livro *Le Choix du conjoint, une enquête psycho-sociologique en France*, vem sublinhar o papel das determinações sociais na escolha do cônjuge, revelando a tendência largamente maioritária para a homogamia social. Com efeito, ao procurar responder à questão “Quem casa com quem?” Girard mostra que a proximidade geográfica e social condiciona fortemente as escolhas conjugais e revela que é ainda muito forte a “rede de determinações que encerra por todos os lados os jovens na época da sua adolescência” (Girard, 1964: 199) quando decidem com quem casar. Salientava ainda que, se já não havia, na época, casamentos arranjados e se a família “não decide sobre o casamento dos filhos de maneira autoritária, ela inclina-os numa direcção precisa, pelos seus modos de vida, pelas suas relações, pela sua presença” (Girard, 1964: 200).

Esta perspectiva, que influencia fortemente a produção em sociologia da família de língua francesa naquela época, tem, ainda hoje, seguidores e actualizadores (Bozon e Héran, 1987, 1988) mas encontra também os seus críticos (Singly, 1987a).

Outras das abordagens, que prolongam a de Girard, na medida em que salientam o peso das estruturas e dos condicionamentos sociais são a de Bourdieu (1972a), quando propõe o conceito de “estratégias matrimoniais” e a de um seu seguidor, A. Destroisiers (1978), que além do conceito de estratégias valoriza a ideia de “mercado matrimonial”. Organizadas também em torno do conceito de reprodução social estas perspectivas consideram o casamento a funcionar num mercado onde se trocam e negociam bens e capitais com o objectivo de reproduzir e ampliar o património, buscando os cônjuges mais do que afinidades, verdadeiras alianças.

Nesta lógica, a homogamia social seria resultante das estratégias matrimoniais que operam no casamento, sendo que ela “não é o produto da obediência a uma regra ideal, mas o resultado de um estratégia que, pondo em acção os princípios profundamente interiorizados de uma tradição particular, pode reproduzir, mais inconscientemente do que conscientemente, tal ou tal das soluções típicas que essa tradição aponta explicitamente” (Bourdieu, 1972a: 107). Tendo como referente central, ao fazer estas propostas, os sectores sociais em que a questão da reprodução patrimonial mais se coloca, como

1 As propostas dos autores e autoras indicados são referidas e analisadas no corpo central da tese de doutoramento já referida (Torres, 2000a) mas nem todos são abordados na presente livro que cobre apenas parte dos temas aí focados. Elas estão presentes, no entanto, em dois livros posteriores no prelo: *Casamento em Portugal e Vida conjugal e Trabalho*.

os sectores camponeses, Bourdieu tende por vezes a forçar com menos sucesso o uso do conceito a outras classes sociais.

Como já se mostrou em trabalhos anteriores (Torres, 1996), se podemos ainda hoje reconhecer claramente sectores sociais onde estas estratégias matrimoniais comandam, mesmo que inconscientemente, as escolhas conjugais, a história dos últimos 40 anos e das profundas transformações ocorridas no quadro da família e do casamento, é exactamente a demonstração do crescimento dos sectores sociais em que essas lógicas menos se aplicam. Mesmo quando à posteriori temos de reconhecer traços de homogenia social nas escolhas conjugais, inclinações claras para gostar do que se conhece, ou para se escolher quem está socialmente próximo, imperioso é admitir, como mostra F. de Singly, que estas teorias são demasiado deterministas. Escapam-lhes, com efeito, dimensões fundamentais — afectivas, amorosas — que estão também explícita e estrategicamente em jogo na conjugabilidade. As teorias da homogenia e das estratégias matrimoniais parecem ainda partir da crença de que os actores sociais têm interiorizados os objectivos da manutenção do seu estatuto social. Adicionalmente admitem que os instrumentos estratégicos de que dispõem são fiáveis e reproduzíveis (Singly, 1987a: 192). Finalmente, atribuem papel reduzido ou mesmo nulo quer às diferenças de interesses de homens e mulheres, quer ao papel da própria dinâmica da vida conjugal como eventual factor de mudança (ampliação ou redução) da homogenia ou da heterogenia do momento inicial.

Assim, a preocupação fundamental que une Girard e Bourdieu parece ser a tentativa de desvendiar as determinações e as regularidades sociais menos visíveis e mesmo ocultas em práticas sociais como o casamento que, de acordo com o senso comum, não teria a pauta-lo senão a livre escolha dos sujeitos nele empenhados. Relembre-se a definição de casamento de Burgess: "unidade de personalidades em interacção, existindo primordialmente para o desenvolvimento e gratificação mútua dos seus membros unidos mais por coesão interna do que por pressões externas"². Vemos ainda mais claramente que as preocupações deste autor americano estão nos antípodas das perspectivas dos franceses referidos.

Estatuto social, sexo e interacções conjugais

Esta passagem rápida por autores que definem de forma contrastada a questão da conjugabilidade permite agora salientarmos as propostas de outro autor de língua francesa, J. Kellerhals. A partir de uma pesquisa sobre o casamento ele

apresenta um conjunto de propostas teóricas que superam as dificuldades e as limitações das que acabaram de ser citadas.

Embora fosse possível referenciar elementos multifacetados dessas propostas que abrangem a problemática da mudança social, a identificação das tensões e conflitos no contexto conjugal contemporâneo, como veremos adiante, importa centrar desde já a análise apenas nas posições que relacionam estatuto social e casamento. Note-se, aliás, que as perspectivas de Kellerhals constituem bom exemplo da superação da clássica dicotomia micro-macro.

Em *Marriages au quotidien* (Kellerhals, et al., 1982) propõe-se a análise da relação entre interacções no contexto da conjugabilidade e estatuto social. São recenseados diversos modelos familiares e conjugais, contrariando a ideia de um modelo único, e mostra-se como as determinantes socioculturais e o sexo condicionam a existência de diferentes normas, regras e formas de regulação das interacções no contexto da conjugabilidade. Por outras palavras, ao nível das interacções conjugais fazem-se sentir, de forma específica, as diferentes normas e regras da troca conjugal cuja origem deve ser localizada nos diferentes estatutos sociais dos casais. Ou seja, não decorrem simplesmente e de forma mecânica das determinações sociais de nível macro as lógicas que governam as práticas sociais referentes à família e ao casamento. Encontra-se antes nas próprias interacções familiares um nível intermédio onde, embora se reconheçam claramente os traços do estatuto social, se nota também autonomia relativa, normas culturais específicas, que assumem contornos particulares ao regular a vida familiar. Parte-se do macro para chegar ao nível micro das interacções; ou, se quisermos e em sentido contrário, reconhece-se nas interacções de nível micro, sem fazer a economia de as analisar especificamente, os traços das pertenças de nível macro.

Para fundamentar as suas propostas, Kellerhals começa por questionar as teses de Burgess e de autores congêneres. Opõe-se, assim, a uma interpretação específica da tendência para a privatização da família e das relações conjugais. Embora considere que já não há interferência directa dos pais na escolha do cônjuge para os filhos, tal como Girard, reconhece influências indirectas. O que importa perceber são os mecanismos que se geram e as pontes que se podem estabelecer entre estatuto social e escolha do cônjuge, admitindo que o casamento não implica apenas escolhas electivas e afinidades entre os cônjuges.

Kellerhals contrapõe à proposta de Burgess de passagem do casamento "instituição" ao casamento "companheirismo" uma outra perspectiva. Lembra-se que Burgess considerava que na primeira forma de casamento as trocas eram reguladas do exterior em função de tradições variáveis segundo os meios sociais enquanto na segunda são os cônjuges que escolhem os modos de organização da vida familiar e conjugal. "Instituição" era, para Burgess, sinónimo de identidade social e lugar de sobrevivência económica e "companheirismo" seria o lugar, essencialmente, da gratificação interpessoal.

2 Como se referiu atrás, definição avançada por Burgess num texto de 1926 em que analisa os resultados de uma pesquisa sobre crianças delinquentes, citado em Osmond (1987: 113).

Kellerhals, pelo seu lado, não põe em causa o peso cultural e normativo do modelo "companheirismo", apenas questiona que ele equivalha à independência entre hierarquias sociais e formas familiares. Pelo contrário, aliás, considera que é mesmo este modelo normativo que permite que as diferenças de posição social se manifestem na esfera conjugal e familiar. Como e porquê?

O autor suíço considera que se o crescimento da representação romântica do casamento e a sua passagem à prática estão "correlacionados com a independência dos filhos em relação aos pais, com o desenvolvimento do assalariamento e com o *ethos* individualista da sociedade industrial nascente" (Kellerhals, *et al.*, 1982: 20), a verdade é que isso não significa que o casamento romântico deixe de ser moldado pelos códigos sociais e pelas clivagens de classe.

Na verdade, afirma, os sentimentos alimentam-se mais dos códigos sociais do que de lhes opõem. Quando dominava o casamento de conveniência isso não significava que os filhos obedecessem de forma escravizada à imposição dos pais. O que se passava era que quando os pais impunham um noivo ou noiva, os filhos estavam preparados para obedecer e para considerar essa a escolha ajustada. Assim, o sentido das conveniências e as afinidades não se opõem tão necessariamente, antes se condicionam mutuamente. E há ainda confusão em Burgess, continua o autor suíço, entre motivos da "entrada em casal" e o "decurso da vida conjugal". Com efeito, Kellerhals considera que o facto de se entrar no casamento com "romantismo" não significa que seja dispensável gerir ou otimizar recursos. Do mesmo modo, aliás, que, quando se entrava na vida conjugal numa lógica de conveniência, não viessem a desenvolver-se também sentimentos, solidariedade, convivências entre os cônjuges. Certas perspectivas e visões ideológicas mostram tendência, em todo o caso, a apresentar o casamento como tendo uma lógica única, a da afinidade, oposta a todas as outras lógicas e esferas da vida social.

Mais importante ainda do que mostrar que a presença do romantismo não elimina necessariamente a existência de dimensões mais instrumentais no relacionamento familiar, é a conclusão segundo a qual o modelo companheirista permite, ainda de forma mais evidente do que o modelo institucional, a manifestação das diferenças de estatuto social. Com efeito, argumenta Kellerhals, a ausência de rígidos modelos normativos de conduta tem como consequência que cada um se sinta a fazer uma espécie de cálculo de probabilidades para escolher o modelo de organização da vida familiar que melhor se adequa aos seus objectivos.

Ora, as imagens que cada um tem das modalidades de troca ideais dependem justamente, em grande parte, do estatuto social. Esta relação é particularmente visível quanto aos aspectos da estrutura das trocas nomeadamente, quanto à "extensão" — até onde se alarga o espaço de partilha — e também quanto às normas que regem essas trocas e que Kellerhals classifica em três tipos distintos: normas societárias, comunitárias ou peregrinativas. A escolha de

um ou de outro tipo de normas para regular as relações familiares tem assim a ver com o estatuto social, já que o cálculo de probabilidades feito pelos actores não opera no vázio. Ele depende das construções culturais, das representações, do que o processo sociohistórico vai definindo e redefinindo. A privatisação, neste sentido, significará apenas que se tornou legítimo serem os indivíduos a fazerem esse cálculo de probabilidades e não as instituições a impor uma norma universal.

Outra ideia acentuada por vários autores americanos e que Kellerhals questiona, diz respeito à tão referida separação geográfica entre produção económica e reprodução familiar. Argumenta o autor suíço que a existência dessa separação não significa que na zona familiar deixem de se desenvolver inúmeras tarefas instrumentais e deixem de se prestar diversos serviços. Decidir sobre quem vai ocupar-se de gerir e executar esses serviços implica, aliás, a opção de saber em qual dos dois mercados se quer investir, escolha essa que depende dos recursos disponíveis e de quem os obtém e também está directamente relacionada com a imagem acerca do bem-estar do casal e da criança. Se atrás Kellerhals dava relevo ao papel do estatuto social nas formas de organização e nas modalidades de troca adoptadas pelos cônjuges, aqui sublinha a diferenciação dos papéis a partir do sexo e as suas consequências nas interações conjugais.

Um outro argumento relacionado com o anterior, diz respeito à ideia de esvaziamento de funções da família por referência ao modelo institucional. Ora, afirma Kellerhals, se é verdade que o Estado hoje se ocupa mais das tarefas educativas e de socialização do que no passado, também se verifica que a própria ideologia do sentimento em relação à infância impõe o aumento de um conjunto de cuidados e tarefas da responsabilidade da família, em diferentes planos que irão desde "o da vigilância, às actividades lúdicas e formativas, às trocas afectivas" (Kellerhals, *et al.*, 1982: 22).

Nesta óptica, o que se passa não é tanto que as famílias tenham perdido tarefas de socialização. O que se alterou foi a diversificação dos objectivos das entidades socializadoras. A família está enquadrada por diversas instâncias de controlo social e exerce uma acção não só de mediação como desenvolve um conjunto de tarefas múltiplas e importantes. A procriação está associada tanto ao prazer que se espera do laço afectivo com a criança, como à identidade social que se retira da maternidade e da educação. E nos dois planos estão sempre presentes os benefícios que se podem retirar de investimentos alternativos. Aqui nos reencontramos novamente com as diferenças sociais e de sexo. Para dar um exemplo, o facto de as mulheres disporem de níveis de instrução elevados pode tornar atractivos e compensadores os investimentos exteriores à família, enquanto níveis de instrução mais baixos e oportunidades de emprego menos aliciantes são susceptíveis de implicar valorização do reforço identitário que se obtém através do desempenho das tarefas familiares.

A relação entre sistema familiar e estruturas económicas está longe, por

outro lado, de ser funcional como Parsons admitia. Socorrendo-se de autores como A. Michel, Kellerhals sublinha as tensões e conflitos que se podem gerar entre as duas esferas, mostrando também como a separação entre o desempenho dos papéis domésticos e o poder de decisão no casal pode ser perniciosa. Isso mesmo vimos, de resto, no capítulo anterior.

Em síntese, para Kellerhals, a conveniência social e o amor romântico ou a afinidade sentimental não se opõem necessariamente, podem harmonizar-se ou associar-se. Não há desaparecimento das tarefas instrumentais no contexto da família, verificando-se uma divisão sexual das responsabilidades a este respeito. O estatuto social continua a ter influência determinante, diferenciando a extensão das trocas e as normas que orientam as interações conjugais.

Além das propostas acima referidas, Kellerhals tem ainda o mérito, como se disse atrás, de, não deixando de ter em conta as condicionantes sociais que interferem no casamento, ultrapassar largamente as visões anteriores, demasiado deterministas. Na verdade, ao analisar a dimensão da divisão das tarefas no contexto conjugal e ao mostrar as virtualidades e limites da proposta de Blood e Wolfe (1960) e de outros autores americanos que insistem numa abordagem próxima da dos autores da *Teoria dos recursos*, o autor suíço especifica um pouco mais as suas ideias.

A proposta dos autores norte-americanos é considerada redutora. Vejamos porquê. Blood e Wolfe pretendem explicar a divisão das tarefas no contexto conjugal entre homens e mulheres como decorrentes de uma avaliação racional da rentabilidade dos seus recursos em mercados alternativos. Por outras palavras, eles consideram que os casais procedem à optimização das suas competências. Como os homens são, tendencialmente, mais dotados de recursos valorizados no mercado de trabalho, ficam para as mulheres as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos, já que têm menos competências para desempenhos alternativos. Outra correlação verificada por Blood e Wolfe é entre a maior dotação de recursos e as posições de poder e autoridade no casal. Concluíram eles que quanto mais recursos (económicos ou em termos de níveis de instrução) define o cônjuge, independentemente do sexo, maior era o seu poder de decisão e a sua autoridade no casal e verificaram esse maior poder nas decisões familiares entre as mulheres que trabalhavam profissionalmente fora de casa e com maiores níveis de instrução.

Ora o que Kellerhals considera, beneficiando aliás de um conjunto de outras críticas feitas a Blood e Wolfe por vários autores que aplicaram o mesmo modelo de análise (Michel, 1983), é que não é possível explicar a divisão do trabalho entre os cônjuges estritamente a partir da racionalidade e da optimização dos recursos em termos de capital económico. É preciso ter igualmente em conta os capitais simbólicos que produzem, por sua vez, efeitos muito particulares na esfera da identidade social.

Se esta posição surge aqui como pretexto para ilustrar o problema dos

factores explicativos da divisão do trabalho entre os cônjuges, a verdade é que a proposta tem validade para explicar as lógicas da conjugalidade muito para além dessa divisão do trabalho. Ela também contribui para superar visões demasiado deterministas, como a de Bourdieu e Girard. Vejamos então as "três lógicas de acção que se combinam na dinâmica familiar" (Kellerhals, *et al.*, 1982: 134).

Além da lógica da rentabilização dos recursos exteriores absolutos ou comparados, com a sua influência nas posições de poder e na divisão do trabalho, é preciso ter em conta a lógica afectiva e a lógica das normas culturais. Quanto à afectividade, Kellerhals sublinha a impossibilidade de ignorar que a gratificação afectiva é uma finalidade essencial da vida do casal, seja na sua dimensão da relação conjugal, acrescentamos nós, seja na dimensão da relação com os filhos. É a afectividade que se gera ou que se espera e investe nas relações de parentesco e nas relações conjugais que autoriza certas práticas transformando-as em sacrifícios justificados ou em gratificações afectivas. Uma mulher com boa formação escolar e bom emprego pode optar por ficar em casa a tomar conta do filho acabado de nascer. A opção é irracional no estrito plano económico, mas pode ser justificada no plano identitário ou afectivo e numa lógica de sacrifício ou de gratificação pessoal. Ou, bem pelo contrário, uma outra poderá considerar que para o seu bem-estar pessoal e para o da família faz sentido manter o seu trabalho no exterior, após o nascimento de um filho, numa lógica que pretende articular gratificação pessoal, bem estar afectivo e vantagem económica. De qualquer modo, na dinâmica familiar pesam ainda outros factores, além dos recursos e da afectividade.

Na verdade, continua Kellerhals, são as normas culturais que definem o que em matéria de divisão do trabalho pode ou não ser considerado adequado como prática a seguir, pelos homens ou pelas mulheres, neste ou naquele momento do ciclo de vida conjugal, neste ou naquele grupo de pertença social. Acrescente-se que é exactamente também o facto de as normas culturais se irem alterando e interferindo na vida familiar que permite que a transformação progressiva na definição do que é uma adequada divisão do trabalho entre homens e mulheres e quais são os seus direitos e deveres no contexto da conjugalidade e da família. Nos últimos anos tem-se assistido a transformações desse tipo.

A forma como Kellerhals define a questão da relação entre estatuto social, casamento e família é, assim, complexa e multifacetada. Tem em conta não só as dimensões dos condicionamentos sociais como a das dinâmicas afectivas. Inclui a perspectiva das diferenças de sexo, procurando articulá-las com a das diferenças sociais. Prevê a interferência das normas culturais nas práticas e nas representações a propósito da família e do casamento. Como veremos melhor à frente, consegue identificar, ainda no início dos anos 80, o sentido da evolução que ocorreu e se acentuou exactamente na direcção que ele então indicara, nomeadamente, a tendência para a valorização do

bem-estar individual no contexto da família e da conjugalidade. Foi ainda dos primeiros a sublinhar a existência de tensões e contradições que atravessam a vida familiar no contexto das práticas e dos valores contemporâneos, rompendo de forma muito clara a harmonia implícita nas abordagens até aí dominantes, quer nos diferentes tipos de funcionalismo, quer nas que sugerem que o casamento e a família têm finalidades mutuamente exclusivas, ou de estrita racionalidade econômica, ou de estrita "racionalidade" afectiva.³

Consequência desta visão mais multifacetada de Kellenhals é a proposta dos diferentes tipos ou modelos de interacção conjugal que, em conjunto com a proposta de L. Rousssel, foi já utilizada na pesquisa sobre o divórcio (Torres, 1996). Mas também na pesquisa sobre o casamento (Torres, 2000a) ela se revelou referência inspiradora fundamental.

A importância do sexo dos capitais

A proposta de definição conceptual do casamento feita por F. de Singly em *Fortune et Infortune de la Femme Mariée* (1987) é sintética e ilustrativa da sua perspectiva teórica: "O casamento constitui, juntamente com o emprego, um mercado onde os capitais se trocam. A escolha do cônjuge efectua-se segundo o princípio da equivalência das riquezas masculinas e femininas (Singly, 1987: 8)." Esta perspectiva contém, por um lado, elementos de recuperação de uma proposta anterior, a de Bourdieu e de Desrosières, ao avançar a ideia de mercado matrimonial e sugerir a troca de capitais que parece recobrir o conceito de estratégias matrimoniais. Mas contém também, por outro lado, elementos inovadores. Na verdade, F. de Singly, é um dos primeiros sociólogos da família, depois de A. Michel, que no plano teórico coloca no centro da análise da conjugalidade e da família as diferenças de sexo. A sua proposta, complementada com a ideia inicial acima exposta, consiste em considerar que não se pode esquecer que no mercado das trocas matrimoniais os capitais também têm sexo, ou seja, homens e mulheres no casamento não trocam os mesmos capitais mas capitais que se equivalem. Vejamos como.

3

Identificou-se atrás como na lógica parsoniana a harmonia do funcionamento dos diferentes sistemas parece a finalidade inquestionável que simultaneamente explica as acções dos indivíduos e lhes impõe papéis que eles cumpram. Esta concepção de harmonia implícita para que se tende dificulta a compreensão das situações de conflito, designadamente a tendência para o aumento do divórcio. Do mesmo modo, as explicações avançadas pelas escolas económicas e racionais (*social exchange theory e economic model*) têm igualmente revelado a sua unilateralidade e os seus limites ao acentuar apenas uma das dimensões que pode estar em causa no casamento e na vida familiar (Torres, 1996: 65, 66). Também no capítulo 1 se mostraram as virtualidades mas também os limites de perspectivas como a de Burgess, quando salienta os motivos da gratificação afectiva como os únicos que regem as relações conjugais e familiares.

Num artigo publicado no mesmo ano do livro referido, F. de Singly ilustra melhor a sua perspectiva própria ao desenvolver o que chama uma "teoria crítica da homogamia" (Singly, 1987a). De facto, começa por mostrar que um dos erros da proposta de Girard e dos que insistem na ideia de homogamia social é o facto de esquecerem as "relações sociais de sexo" o que os leva a "sustentarem os interesses divergentes dos cônjuges" (Singly, 1987a: 182). Apoiando-se, igualmente, numa pesquisa realizada sobre anúncios matrimoniais, ele mostra que homens e mulheres fazem sobressair características diferentes quando se apresentam no mercado matrimonial. Elas sublinham mais as suas qualidades relacionais e estéticas e eles insistem mais no seu trabalho profissional ou nas suas propriedades. Por sua vez, quando "procuram", reproduzem a mesma lógica "sexualizada" da oferta: "as exigências femininas voltam-se para o económico, as exigências masculinas para o relacional e o coral" (Singly, 1987a: 197).

Para Singly, o que explica a insistência nestas diferenças que surgem como complementares, é que, e tal como C. Delply já tinha chamado a atenção, há relações de produção e reprodução a operar no casamento e no contexto familiar. Daí que não se possa considerar apenas a proximidade social na escolha do cônjuge, sendo também obrigatório reconhecer as diferenças de sexo: "o casamento contribui para uma dupla reprodução, a das relações entre as classes, a das relações entre os sexos. É por isso que a negociação entre os futuros cônjuges respeita duas regras implícitas: a equivalência social e a diferenciação sexual" (Singly, 1987: 30).

Este efeito de "sexo" dos capitais tem ainda como consequência que as competências (os dotes) que as mulheres têm à entrada do casamento se transformem com o casamento e com a maternidade: "as desigualdades profissionais entre homens e mulheres não reenviavam unicamente para os mesmos da discriminação sexual; elas traduzem, em primeiro lugar, o facto de as consequências do casamento serem divergentes para uns e para outros. A mais fraca conversão do dote feminino em rendimentos monetários ou em estatuto profissional deriva das relações sociais entre os sexos na família. Uma mulher casada que tem uma actividade profissional deve acumular as cargas de uma vida 'activa' e da vida familiar. As condições nas quais ela pode rentabilizar as suas riquezas no mercado de trabalho são por isso mesmo menos favoráveis" (Singly, 1987: 59).

Os efeitos do casamento na carreira feminina são abundantemente demonstrados: "Em oito casos em nove, a mãe de uma ou várias crianças tem, para um determinado diploma, um salário inferior ao de uma mulher casada sem filhos. Carreira maternal e carreira profissional contrariam-se" (Singly, 1987: 59).

Outro raciocínio simplista que a perspectiva de F. de Singly permite contrariar de forma muito clara é o que consiste em explicar o trabalho feminino no exterior apenas numa lógica dualista: tratar-se-ia ou de trabalho

obrigatório por imposição económica, ou de trabalho por opção própria. Na óptica de Singly esta abordagem: "mascara os interesses sociais do trabalho assalariado da esposa" (...); "na realidade a dupla actividade profissional feminina cria as condições de acesso a um estilo de vida superior, a um alinhamento em relação à fracção social acima" e pode ser "(...) uma das estratégias que o casal põe em acção para preservar os seus interesses enquanto grupo" (Singly, 1987: 87).

Além desses aspectos de interesse do colectivo familiar, as vantagens do trabalho feminino junto das crianças são demonstradas por várias pesquisas citadas pelo autor francês. Aí se conclui que os operários casados com mulheres com mais formação escolar do que eles têm menos filhos e que, os que têm, obtêm maior rendimento escolar do que os que são filhos apenas de operários casados com domésticas (Singly, 1987: 98). O trabalho assalariado das mulheres tem ainda outra vantagem, largamente demonstrada, de resto, nas nossas pesquisas sobre Portugal: ele consiste também, por parte das mulheres, em maior "exigência de autonomia, comportamental e espiritual" (Singly, 1987: 98).

O interesse desta abordagem é inegável, na medida em que ela se centra exactamente nas mesmas temáticas globais que nos têm ocupado até aqui: conjugalidade e diferenças de sexo. Ela constituiu igualmente fonte inspiradora fundamental para a pesquisa sobre o casamento (Torres, 2000a).

Outros trabalhos posteriores procuraram dar uma perspectiva mais global em relação à sociologia da família. Numa obra de síntese em que analisa os traços fundamentais da família contemporânea, propõe a ideia de que, a partir dos anos 60 do século XX, a família se caracteriza no essencial por ser uma família relacional, individualista, situando-se a meio caminho entre o privado e o público (Singly, 1993). À frente, ao debater a problemática da mudança social, analisá-la-emos com mais pormenor.

Aí tem ainda a ocasião de desenvolver outras ideias já esboçadas em *Fortune et Infortune de la Femme Mariée*, onde avançava a propósito do papel da formação escolar como meio de reprodução e mobilidade social e do seu impacto na conjugalidade: "Foi a passagem de um modo de dominante económica para um modo de dominante escolar que tornou possível o casamento amoroso; (...) a lógica amorosa não contradiz a lógica social, a primeira redobrou a segunda numa sociedade onde o capital escolar domina." (Singly, 1987: 185). Ideias do mesmo tipo são ainda levadas mais longe no livro sobre a família contemporânea, onde se defende que nas sociedades contemporâneas o papel da educação tem relevo central e implicações decisivas no contexto conjugal e familiar (Singly, 1993).

Mais recentemente ainda no livro *Le Soi, le Couple et la Famille* de 1996, F. de Singly explicita outras interessantes propostas. Com efeito, surge muito mais sublinhado do que no livro de 1987 o papel central da relação conjugal como fonte de identidade pessoal, na medida em que, entre outros aspectos,

se trata da relação com um outro significativo. Desenvolvendo de forma por-menorizada o papel que a ajuda relacional entre os cônjuges tem no contexto do casamento, F. de Singly considera que são três os aspectos essenciais que constituem os cuidados "terapêuticos" dessa ajuda relacional: "a validação de si por um familiar próximo inclui várias missões: a da coerência, a da revelação e a da totalidade" (Singly, 1996: 46). Tudo se passa como se o cônjuge deixasse de contar fundamentalmente pelo desempenho de um papel esperado no contexto da instituição, como seria no passado o de provedor da família, no caso do homem. Nem sequer chega, acrescentaremos nós, que o cônjuge declare o seu amor pelo outro e o pratique à sua maneira. É preciso e fundamental que o cônjuge seja pressentido pelo outro como um "bom cônjuge", isto é, alguém que me ajuda no plano relacional, me confirma enquanto pessoa, contribui para a minha auto-estima, me devolve uma boa imagem de mim mesmo.

Na pesquisa sobre o casamento encontraram-se nas entrevistas exemplos nítidos desse papel do outro e da relação como reveladores de aspectos da identidade pessoal de cada cônjuge. Num ponto já a seguir, aliás, daremos particular atenção à análise da relação entre casamento e identidade pessoal, recorrendo à fonte que o próprio F. de Singly utilizou para fazer a sua proposta: as propostas teóricas de Berger e Kellner.

Casamento, mobilidade social, relações sociais de sexo

As temáticas da conjugalidade, da coabitação e do casamento, da atracção física e da escolha do cônjuge, da sexualidade, da reprodução e mobilidade social e ainda das relações sociais de sexo, entre outras, têm ocupado lugar central como objectos de investigação de Michel Bozon. Alguns dos seus resultados serão referidos ao longo do trabalho a propósito desses diferentes temas, mas vale a pena sintetizar brevemente aspectos centrais das suas análises.

Nas interpretações que propõe assumem papel de relevo as determinações de classe no casamento e as relações sociais de sexo. O tema da homogeneidade surge nalguns dos trabalhos iniciais, a partir do grande inquérito que dirigiu com François Héran sobre a formação dos casais em França, em 1984 e 1985 e onde se compararam casais formados entre 1960-1972 com casais formados entre 1973-1983. Publicou desde então, e durante os anos 90, um conjunto de artigos importantes sobre as temáticas referidas. Ao actualizar a perspectiva de A. Girard (1964), Bozon e Héran (1987, 1988) revelam, para esse período mais recente, fortes traços de continuidade na presença da homogeneidade social no casamento.

Em dois artigos sobre a descoberta do cônjuge, mostram quais os locais de encontro que permitem os namoros e desencadeiam eventuais projectos de casamento, analisando também os aspectos da escolha conjugal dos

casados e dos que coabitam. Concluem que as escolhas homogâmicas são mais frequentes sobretudo no prisma da comparação das origens sociais dos cônjuges (o pai da mulher e o pai do homem) e menos quando se comparam directamente as posições sociais — através da inserção socioprofissional — do homem e da mulher que se casam ou iniciam a coabitação. No último tipo de comparação, aliás, tende-se erroneamente a esquecer que as posições das mulheres na estrutura socioprofissional são, em geral, diferentes das dos homens, porque tendem a reproduzir as assimetrias de sexo que colocam desde logo as mulheres em lugares inferiores da hierarquia das profissões. Aparenta-se assim para que o chamado efeito de hipergrafia no casamento — as mulheres tenderem a casar acima — não seja mais do que a reprodução dessas diferenças mais globais entre homens e mulheres. M. Bozon subscreeve aqui a perspectiva de Singly, o qual, como já vimos, chama a atenção para a especificidade do sexo dos capitais.

Ainda que a comparação entre as posições dos cônjuges perante a profissão, como avança Bozon, à primeira vista não confirme a ideia de homogenia, e visto que o raciocínio da hipergrafia se revela também falacioso, uma análise mais fina das profissões de ambos os cônjuges mostra que há forte inclinação para se escolherem se não os iguais — não há homologia de posições possível — pelo menos os mais próximos. É isso que o autor conclui ao comparar a um nível muito mais desagregado as posições socioprofissionais de homens e mulheres casados (Bozon, 1991).

Na comparação das origens (do pai da mulher e do pai do marido), o efeito da escolha homogâmica é muito nítido nas classes superiores e nas de agricultores e menos claro nas classes médias assalariadas, particularmente no grupo dos filhos dos empregados. Quanto aos operários nota-se enorme fractura entre os que são filhos de operários qualificados e os que são filhos de operários não qualificados. Os primeiros tendem a escolher mais diversificadas e acima da sua condição de origem e os segundos não. Não deixa de ser curioso notar, avançamos nós, que os sectores onde se verifica menos a tendência homogâmica sejam justamente aqueles que mais cresceram nos últimos anos. Talvez também por aqui se possa não tanto pôr em causa, mas delimitar de forma mais rigorosa, a importância deste tipo de análises, no sentido de perceber o que elas nos permitem elucidar acerca dos casamento como das consequências da proximidade ou da diversidade social dos cônjuges.

Considerando que o casamento é um "elo maior" na cadeia da reprodução social, Bozon procura analisar a relação entre casamento e mobilidade social, propondo um esquema de análise mais complexo onde cruza a origem, a posição social dos cônjuges, a sua trajectória pessoal e a do grupo em que estão inseridos. Desta análise cruzada conclui que a "formação do casal é a associação de duas dinâmicas individuais que geralmente se parecem" (Bozon, 1991: 187), sublinhando assim a importância de uma análise em termos de trajectória. Com efeito, a homogamia é muito mais acentuada quando de pais

para filhos se regista a reprodução social simples, uma trajectória de estabilidade e não de mobilidade, como a que se verifica quando um filho de quadro é um quadro, ou um operário tem como filho também um operário (Bozon, 1991: 188). As escolhas matrimoniais são, pelo contrário, muito mais diversificadas, sempre que se verifica reconversão social ascendente (um filho de operário qualificado torna-se quadro) ou descendente (um filho de quadro é empregado dos sectores intermédios). A formação escolar, pelo seu lado, não surge como variável independente, isto é, só assume relevo no que toca à mobilidade social ascendente, por exemplo, quando articulada a outros factores como a trajectória social ou a pertença a um sector social específico (Bozon, 1991: 187).

Mas além destes contributos e de uma certa actualização da problemática da homogamia e da reprodução social no casamento, M. Bozon analisou outros aspectos da conjugalidade. Em textos referentes ao papel da aparência física na escolha do cônjuge, dá exemplos muito evidentes das diferenças entre homens e mulheres (Bozon, 1991a) analisando sob outro ângulo aquilo que F. de Singly tinha mostrado através da análise dos anúncios matrimoniais, isto é, a especificidade dos capitais masculinos e femininos que se trocam no casamento (Singly, 1984).

As diferenças de idade entre os cônjuges no casamento são também analisadas e surgem como reveladoras das relações sociais de sexo e da dominação masculina (Bozon, 1990 a, b). O lugar da sexualidade na constituição do casal (Bozon, 1991b) e uma análise sociológica sobre o ritual do casamento (Bozon, 1992) constituem outros dos temas abordados pelo autor.

Convém agora, por fim, relembrar de forma muito esquemática e sintética, algumas das ideias centrais dos autores analisados até aqui, salientando sobretudo as perspectivas teóricas que foram retidas na pesquisa sobre conjugalidade, assimetrias sociais e de género (Torres, 2000a).

Assim, deu-se relevância às propostas que salientam o papel das diferentes condições de existência na conjugalidade, muito embora se tenham recusado posições mais deterministas, nomeadamente as que fazem da homogamia a problemática teórica central do casamento.

Além dos motivos teóricos já invocados, aprendeu-se com Kellerhals a ausência de poder explicativo destas abordagens. Não é a homogamia ou a heterogamia que explicam, por exemplo, maior ou menor tendência para a ruptura conjugal. Na verdade, não foi encontrada nenhuma correlação positiva entre a diversidade de origens sociais dos cônjuges e o divórcio e também não se verificou que a coabitação prévia ao casamento fosse preventiva da ruptura conjugal (Kellerhals, 1985). Com ele admitimos que são, fundamentalmente, as diferentes normas e modelos de conjugalidade associados a diferentes estatutos sociais, que explicam, por exemplo, a maior ou menor tendência para a prática da coabitação ou para encarar de forma menos dramática a ruptura conjugal (Torres, 1996).

Também se acentuou, como François de Singly, a importância de assomiar diferenças sociais e diferenças de sexo, fazendo realçar as distinções de "sexo" dos capitais, adoptando-se depois, especificamente, o conceito de género. Sublinhou-se, como Michel Bozon, o papel das trajetórias sociais, que têm também "sexo", quer para efeitos de análise da reprodução e mobilidade social, quer na lógica da influência desses trajectos nas representações e nas expectativas dos actores sociais perante o casamento e a conjugalidade. Assumiu-se a necessidade, finalmente e a exemplo de Kellerhals, de ligar a visão macro com a micro jogando com as múltiplas influências entre os dois níveis.

Casamento, identidade pessoal e social

A relação entre casamento e identidade pessoal entra de forma mais evidente na sociologia da família através da publicação de um artigo de Berger e Kellner em 1964. Não é de estranhar, aliás, que os autores americanos, falando nesta época das fragilidades do casal moderno, das altas expectativas associadas ao casamento e da sua resultante incerta, voltem a estar na "moda". Eles foram reeditados nos finais de 80, numa altura em que os fenómenos, ainda em esboço no início dos anos 60, se acentuaram de forma nítida. Mas a problemática da identidade e da conjugalidade ganha a partir de então autonomia relativa e são vários os autores que a vão retomar.

Sentido, identidade e construção da realidade

A perspectiva que a seguir se desenvolve é completamente contrastante em relação à que foi abordada anteriormente. Naquela, jogam papel central os constrangimentos externos à relação conjugal, as determinações sociais e as que decorrem das diferenças de sexo. Nesta, exactamente em sentido contrário, toda a atenção está voltada para o que se passa numa dimensão específica do contexto da interacção conjugal, na conversa quotidiana e na relação face-a-face, consideradas como constitutivas do sentido existencial, pessoal e social dos próprios indivíduos e dos papéis que eles desempenham. Por outras palavras, no primeiro tipo de explicações trata-se de uma opção epistemológica que pretende ir do nível macro para o micro, de fora para dentro, no segundo tende-se a explicar papéis, identidades, instituições e a criação de novas realidades de nível macro, a partir das micro acções quotidianas, isto é, de dentro para fora.

Mas foi precisamente essa atenção diferenciada que pareceu atraente e singular em relação a qualquer outra abordagem do casamento até aqui

referida. Permiñdo analisar aspectos "internos" da relação conjugal, ela abre importantes pistas de investigação. Questões como o papel da interacção conjugal na construção, afirmação ou reafirmação da identidade pessoal e social são susceptíveis de aprofundamento a partir deste ângulo de análise. Por outro lado, passa igualmente a ser possível equacionar o papel da dinâmica interna da relação conjugal nas práticas e representações dos cônjuges ou nas suas eventuais mudanças. Vejamos os conteúdos fundamentais dessa proposta.

A intenção expressa de Berger e Kellner no artigo fundador "Marriage and the social construction of reality" (Berger e Kellner, 1964, 1975) é a de propor uma teoria sociológica sobre o casamento liberta de categorias psicológicas. Os autores começam a explicitar neste artigo, e a propósito da realidade empírica que é o casamento, uma proposta sociológica de âmbito geral que virá, de forma mais consistente e alargada, a ser desenvolvida em livro posterior (Berger e Luckmann, 1966).

Propõem de início um entendimento específico do casamento. Partindo do Durkheim que sustenta o papel da integração familiar e conjugal como factor de defesa contra a *anomia*, Berger e Kellner salientam, pela positiva, o contributo do casamento na produção específica de *nomos*, isto é, de sentido. Definem o casamento como "um arranjo social que cria para o indivíduo uma espécie de ordem através da qual ele pode experimentar a sua vida como fazendo sentido" (Berger e Kellner, 1964, 1975: 302). A partir de uma perspectiva microsociológica, os autores desenvolvem em seguida os seus argumentos, não sem antes enquadrar as suas posições em três propostas teóricas de outros autores: a perspectiva interaccionista de Mead, que considera a identidade como um fenómeno social; a tese weberiana que considera a sociedade como "rede de significações"; e, finalmente, a fenomenologia de Shutz e Merleau Ponty. Desta articulação surge a afirmação que a relação conjugal é o contexto de relações sociais que constitui um domínio por excelência da produção de sentido e de construção identitária.

A argumentação desenvolve-se a partir de algumas ideias chave sobre a construção social da realidade. Afirmam os autores que "o processo que nos interessa aqui é o que constitui, mantém e modifica uma realidade consistente que pode ser experimentada como fazendo sentido para os indivíduos" (Berger e Kellner, 1964, 1975: 303). Por outras palavras, trata-se de perceber como é que a realidade social preexistente, que se impõe aos indivíduos, é incorporada e "naturalizada" no contexto das interacções quotidianas. Berger e Kellner consideram, aliás, que é através das relações sociais no quotidiano, e particularmente nas relações sociais com outros "significativos", que a realidade adquire "sentido". Os processos de produção de sentido são cumulativos, começando no início da história biográfica dos indivíduos e desenvolvendo-se através dos diferentes contextos de socialização.

Ora, continuam os autores, para que o mundo faça sentido para cada

indivíduo é necessária a "validação" da sua inquestionabilidade através de uma infinidade de relações e interações quotidianas. Acordamos todas as manhãs com as notícias do país em que vivemos e desenvolvemos automaticamente um conjunto de movimentos e de gestos que testemunham o nosso papel, o nosso lugar nos diferentes contextos em que nos movemos: desde a família, antes de sair de casa, até aos cumprimentos da praxe no início de cada dia de trabalho. As notícias, as interações com os outros, constituem processos de validação da nossa identidade, na ausência dos quais entraríamos em anomia (perda de sentido). De todas as interações em que estamos implicados, dizem ainda os autores, são particularmente importantes para os processos identitários as que estabelecemos com outros significativos. E, na vida quotidiana, é essencialmente através da conversação que este processo de validação ocorre. Assim, para Berger e Kellner, as relações com outros significativos podem ser consideradas como "conversações em curso".

Através dessa contínua conversa, que não tem de ser explicitamente articulada, mas em que se assume implicitamente a definição da realidade a que ela diz respeito, não só se aceita a realidade e ela se torna "significativa", como se processam modificações ou adaptações a novas realidades implicando eventuais mudanças na biografia.

Os autores vêm então formular uma proposição sociológica "a plausibilidade e a estabilidade do mundo, como é socialmente definido, depende da força e continuidade das relações significativas em que as conversas sobre este mundo podem ser continuamente prosseguidas". Por outras palavras, "a realidade do mundo é sustentada através da conversa com outros significativos" (Berger e Kellner, 1964, 1975: 305). Afirmam ainda que, do lugar da sociologia, se deve perguntar como é que estas relações são objectivamente estruturadas e distribuídas. Também se deveria compreender como é que elas são subjectivamente percebidas e experienciadas. A resposta a estas perguntas conduziu a uma questão que nos interessa directamente e que constitui, neste texto, a sua tese principal: "o casamento ocupa um estatuto privilegiado entre as relações significativas validantes para os adultos na nossa sociedade". Por outras palavras, o casamento reveste-se, no nosso tempo, de uma instrumentalidade nómica.

Contribui para este lugar de relevo do casamento na produção de sentido e de realidade o facto de ele se traduzir numa interacção quotidiana com um outro significativo bem como o de ser também contexto de conversação próxima permanente. São estas particularidades que o tornam capaz de cumprir, para os cônjuges, o papel de validação identitária central. Mas há outras características fundamentais da conjugabilidade.

Em primeiro lugar, o facto de o casamento juntar dois estranhos⁴ numa união legitimada e esperada como promessa de realização pessoal, ela própria implicando redefinições de modos de ser e de fazer. Em segundo lugar, o facto de se encarar a esfera privada como um mundo onde há escolha e

autonomia para "moldar" a realidade à nossa maneira, o que tende a traduzir-se em altas expectativas em relação ao casamento. Esta distinção do nível micro — onde se pode estabilizar a identidade através da conjugabilidade — do nível macro — onde a maioria dos indivíduos é incapaz de certos tipos de intervenção ou controlo — é aliás considerada pelos autores como "funcional" no plano societal.

Ora, as duas características referidas, a estranheza entre os cônjuges, que se traduz no "dramatismo" do encontro conjugal, somada às altas expectativas associadas ao casamento, tornam-no num empreendimento difícil e até de resultante incerta.

São estes argumentos centrais que constituem, em síntese, o corpo principal da proposta de análise sociológica do casamento de Berger e Kellner. Nela se acentua o papel activo dos sujeitos na construção da realidade através da conversação no contexto conjugal. Sublinha-se a criação de novos sentidos e novas realidades sociais através da interacção conjugal, insistindo-se no papel dinâmico das interações. Mostram-se efeitos desses mesmos níveis micro da interacção na própria identidade pessoal.

Recorde-se que, nas perspectivas anteriores, sempre que se voltava a atenção fundamentalmente para o nível de análise "casal", era para aí salientar apenas as relações interpessoais, afectivas, de dimensão exclusivamente psicológica. Berger e Kellner, pelo contrário, vêem nessa relação, não só a criação do sentido existencial, como o da própria vida relacional e social. Esta proposta pareceu do máximo interesse na pesquisa sobre a conjugabilidade (Torres, 2000a) já que aí se pretendia também analisar a relação entre identidade pessoal e social e casamento, para daí olhar as eventuais mudanças de perspectiva dos homens e das mulheres.

Na verdade, para quem procura operacionalizar esta proposta com o objectivo de investigar a conjugabilidade, parece vital o facto de nela se salientar o carácter construído da identidade pessoal e social, rejeitando-se do mesmo passo visões estáticas e essencialistas, muitas vezes associadas ao funcionalismo e ao conceito de papel, ou ao estruturalismo determinista. É que, na verdade, nós não *somos*, *vamos sendo*. E esse aspecto dinâmico da construção identitária resulta muito evidente ao analisar a vida conjugal e as mudanças que aí ocorrem, através do desempenho de diferentes papéis que marcam momentos do ciclo de vida. Nesta perspectiva, o casamento e a identidade pessoal podem ser considerados como *processos* extremamente interligados, em fases cruciais do ciclo de vida.

4

Na óptica de Berger e Kellner não se trata de estranhos no plano das diferenças de origem social, mas no que diz respeito a hábitos e estilos de relação, de conversação e de normas para o quotidiano, como o que se pune e o que se elogia, de que se fala ou do que não se fala e de um imenso de pequenos actos e gestos que diferem muito de família para família.

Podemos, em todo o caso, localizar três tipos de limites aos trabalhos de Berger e Kellner. Num primeiro plano, embora se mostrem as dificuldades relacionais, o que surgia muito pouco ou quase nada nos autores anteriores parece sempre supor-se um pano de fundo de perspectivas e interesses comuns entre os cônjuges. A realidade, porém, mostra a existência mais ou menos frequente de divergências, não só de hábitos, como de interesses e expectativas entre os cônjuges. E se não se supõe a existência desta possível conflitualidade, muito menos se equaciona o papel das diferenças de sexo. Usando a própria linguagem de Berger e Kellner, não se prevê na sua perspectiva a possibilidade de o casamento ter "sentidos" ou significados identitários diferentes para homens e para mulheres, não se imagina que as vozes da "longa conversa" possam ter ou desenvolver dissonâncias ou ainda que a conversa seja alimentada por silêncios que um impõe, mesmo sem agressão directa, ao outro.

Em segundo lugar, não há coordenadas espaço/tempo nesta abordagem. A relação conjugal parece desenvolver-se de forma indiferente ao contexto social, cultural e até valorativo em que obrigatoriamente ocorre. Mas o que é definido como adequado para a conversa entre os cônjuges, as normas a serem construídas e negociadas diferem de acordo com os múltiplos contextos indicados. Na mesma linha de descontextualização das interações, ignora-se a hipótese de que, muito para além da própria relação, existam contrangimentos objectivos impostos por situações de dependência perante a conjugalidade. Esta pode ser vivida, em certos contextos sociais, por outro lado, como instituição que se sobrepõe à vontade individual. Consequência adicional desta perspectiva de desentrançamento da interacção conjugal é o facto de se dar menor atenção a outras dimensões das relações sociais produtoras da identidade pessoal e social. Embora se possa considerar a relação conjugal como particularmente importante para a validação da identidade, a verdade é que outras esferas das relações sociais contribuem também para esse processo. A relação com a profissão, por exemplo, assume em certos momentos mais do que noutros, de forma diferenciada de acordo com os sexos, papel de relevo na construção dessa identidade. A excessiva atenção dada à relação conjugal, neste domínio, por Berger e Kellner, pode fazer esquecer essas outras dimensões de investimento e identidade.

No caso da pesquisa sobre a conjugalidade a que temos vindo a fazer referência, procurou-se evitar precisamente esse problema, buscando outras esferas de investimento identitário dos actores sociais. Para cumprir esse objectivo incluíram-se no guião de entrevista perguntas que remetiam, por exemplo, para a percepção subjectiva dos dois membros do casal sobre a sua actividade profissional e a do cônjuge, as diferentes dimensões da vida doméstica e familiar, os tempos livres, as saídas individuais ou em casal, as relações com outras familiares e amigos.

Em terceiro lugar, e como consequência da relação estreita entre os dois primeiros limites apontados, deixaria de ser possível prever qualquer tipo de

mudança no contexto da conjugalidade ou da família, bem como nas definições identitárias do que é ser mulher ou homem, se nos limitássemos a uma visão da conjugalidade circunscrita às dimensões micro. Ora os últimos 40 anos mostram exactamente grandes transformações nestes domínios.

Casamento, identidade, estabilidade, tensões e reconstruções

Além dos limites apontados é ainda possível salientar outros aspectos, como avança Janet Askham (1984). A autora inglesa, embora se situe numa lógica mais microsociológica e privilegie a perspectiva interaccionista, considera que Berger e Kellner dão demasiado ênfase à dimensão da identidade pessoal e esquecem que o casamento pode ser igualmente relevante para a estabilidade dos indivíduos. A partir de uma investigação desenvolvida em Aberdeen, Escócia, que incluiu entrevistas a vinte casais (Askham, 1984), chama a atenção para as tensões que podem existir entre identidade e estabilidade no decurso da vida conjugal. Verifica que os cônjuges podem ser "obrigados" a manter certos aspectos da identidade pessoal não resolvidos ou insatisfeitos para garantir outra necessidade básica que é a estabilidade conjugal. A problemática da sua pesquisa centra-se na captação das contradições entre esses dois pólos, sugerindo-se que o acento na identidade pode pôr em causa a estabilidade e vice-versa. A que consensos chegam os casais, que zonas de dito e não dito é que se estabelecem (para manter estabilidade e identidade), quais as áreas de reserva e de partilha, são alguns dos aspectos desenvolvidos. Eles merecem atenção.

Com efeito, foi muito útil para a pesquisa sobre o casamento esta proposta da autora inglesa. Julgou-se mesmo útil transpor para o guião de entrevista perguntas feitas por Janet Askham (Torres, 2000a). Elas revelaram-se bastante esclarecedoras para a análise de certas dimensões internas da relação conjugal, nomeadamente para captar diferenças de perspectiva de cada um dos cônjuges.

As propostas de J. C. Kaufmann, por outro lado, constituíram também referente fundamental na mesma pesquisa. De uma obra vasta, podemos referir muito brevemente algumas das suas ideias centrais, desenvolvidas no livro *Sociologie du couple* (1993) obra de síntese de meio percurso. Privilegiando na investigação, fundamentalmente, técnicas de análise qualitativa como a entrevista, as propostas de Kaufmann são de uma enorme subtilidade e riqueza, o que faz que se tenham desdobrado referências às suas interpretações e explicações. Na verdade, as suas sugestões repararam-se a propósito de diversos temas. Ou quando analisa a divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres a partir da posição dos dois membros do casal em relação à máquina de lavar roupa (Kaufmann, 1992). Ou ao analisar as modalidades de entrada na vida conjugal e os seus processos de transição desde o tempo da

descoberta, ao tempo da ambiguidade e deste ao do conforto (Kaufmann, 1993). E ainda quando salienta a difícil gestão entre combater hábitos injustos na divisão do trabalho familiar e fazer falar o coração (Kaufmann, 1997). Muitas outras dificuldades do quotidiano conjugal são igualmente abordadas pelo autor a partir do mesmo pretexto de partida.

As suas posições teóricas são igualmente sugestivas. A temática da identidade pessoal e do casamento, sugerida por Berger e Kellner e retomada por vários autores contemporâneos, tem em Kaufmann um dos que a reactualiza utilmente com contornos particulares.

Para Kaufmann, a maior margem de manobra dos indivíduos e a sua crescente responsabilidade individual na construção dos cenários da vida familiar e conjugal contemporâneos, distancia-se da de épocas anteriores em que os indivíduos se ajustavam ao cenário institucional que lhes era imposto, sem vislumbrar grandes possibilidades de o transformar. Maior acento tónico na vontade individual traduz-se também em protagonismo acrescido na construção identitária, a qual continua a fazer-se através da relação com os próximos "validantes", tal como para Berger e Kellner. Ora a exigência identitária "imposta" à relação conjugal é o que, simultaneamente, a torna decisiva para o indivíduo, mas também o que a torna exigente e a transforma num empreendimento difícil.

Dois exemplos ainda das propostas de Kaufmann permitem elucidar e concluir sobre a utilidade das suas abordagens para a pesquisa. O primeiro surge a propósito da entrada na vida conjugal e das socializações diferenciadas de homens e de mulheres. Kaufmann (1992) salienta a possibilidade de "repescagem" de aspectos da identidade pessoal adquiridos em fases iniciais dos processos de socialização. Dá o exemplo, no caso feminino, do conjunto de saberes e competências domésticas que se adquirem na adolescência e que são susceptíveis de ser rejeitados ou negados em fases de maior vontade de afirmação profissional — quando se está na fase inicial da carreira, por exemplo — e que podem voltar a adquirir importância a propósito da adequação a novas situações como o casamento ou a maternidade. Mas o inverso, ou seja, o desejo de mudar aspectos da identidade pessoal e social até aí em maior destaque, também pode acontecer, como é o caso, por exemplo, das mudanças que ocorrem quando uma mulher que se ocupou muito dos filhos os vê ganhar mais autonomia ou sair de casa. Revela-se produtiva e analiticamente interessante esta remissão para a capacidade dos actores sociais de adoptarem uma lógica flexível, e até mesmo, negocial quanto à sua identidade pessoal, social e sexual, em função dos contextos e dos papéis. Kaufmann emuncia desta forma, por outro lado, os processos de constante vai e vem na reformulação da identidade, entendida esta, também aqui, como um processo aberto e reflexivo.

São igualmente valiosas as análises propostas a partir da divisão do trabalho entre homens e mulheres. O autor francês verifica a existência de uma

"retórica" da igualdade ao nível da partilha das tarefas domésticas, mas também de uma certa "tensão" que se gera perante a contradição entre esta retórica e a realidade das práticas. Sabe-se que as mulheres continuam a assumir grande parte das tarefas domésticas e se a insistência na retórica ilustra a existência de uma nova norma, a tensão que se gera a seu propósito pode também denotar incomodidades, contradições e busca ou não de solução negociada para elas. Tais tensões são susceptíveis ainda de estar associadas a questões de identidade pessoal vividas de forma diferenciada para os dois sexos. Pelo nosso lado na pesquisa sobre o casamento, obtivemos diversos exemplos destes diferentes tipos de tensões e contradições.

A problemática da relação entre casamento, identidade pessoal e transformações de valores e práticas sociais nas sociedades contemporâneas, foi também abordada por Giddens (1991). Nas sociedades que chama de "modernidade tardia", ele admite que os indivíduos têm maior capacidade de intervenção na construção da sua própria identidade através da auto-reflexividade e do conjunto de informações disponibilizadas, nomeadamente, a partir das ciências sociais. Verificando-se a erosão dos quadros normativos rígidos que definem um padrão de comportamento ajustado a papéis fixos ou inmutáveis, os actores sociais, nomeadamente no quadro da conjugalidade ou da família, dotam-se de maior margem de manobra no cumprimento dessas normas que passam cada vez mais a ser também redefiníveis, ajustáveis e negociáveis.

O divórcio, nesta perspectiva, pode surgir também como um dos indicadores da mudança, já que mostra que em certos momentos (*fateful moments*) os indivíduos podem — por iniciativa própria ou induzidos pela iniciativa do outro — ajustar aspectos da sua identidade que sentiram eventualmente ameaçados ou postos em causa no contexto conjugal anterior. Com efeito, verificou-se que, se é verdade que a ruptura conjugal pode ser vivida ou explicada pela simples (e por vezes bem complexa) razão do desamor, a análise dos discursos dos divorciados (Torres, 1996) revela quão frequente é a referência a uma incomodidade percebida de forma difusa, traduzida em frases do tipo "já não me sentia eu próprio" ou "não me sentia bem". Outras vezes, só a *posteriori*, de forma mais clara, os próprios elementos de reestruturação da identidade eram claramente identificados ("mudei totalmente a minha vida", "foi o recomeço", "mesmo com algumas dificuldades passei a sentir-me eu próprio").

Ora podemos ver aqui pela negativa o que Berger e Kellner propunham. A razão por que a identidade pessoal parece ser abalada ou questionada pelos processos de divórcio, é o facto de o casamento implicar se não uma revolução identitária, pelo menos uma redefinição de sentidos e de prioridades que envolvem a identidade pessoal e social. Giddens vai ainda mais longe, ao sugerir que nas sociedades contemporâneas o papel individual na definição identitária se intensificou e alargou de tal forma que se tornaram frequentes

trajectos conjugais interrompidos. Eles implicam, na maioria dos casos, e por que a relação conjugal continua a manter o seu poder atractivo, a insistência em novas relações, em segundas oportunidades (Giddens, 1991: 10). Outro sinal evidente desta maior capacidade de intervenção dos indivíduos na construção da sua identidade pessoal é o crescente recurso aos saberes da psicologia e psicanálise, aos programas de auto-ajuda e, genericamente, às psicoterapias. Com Giddens, a relação entre identidade pessoal e casamento é colocada num contexto de tal maneira abrangente, que se transforma numa característica específica da própria modernidade.

É assim por diferentes ângulos que podemos abordar a relação entre identidade pessoal e casamento. Antes ainda de sintetizar aspectos centrais das propostas dos autores que discutem em torno dessa relação entre identidade e casamento, vale a pena clarificar em que sentido se fala de identidade pessoal, distinguindo-a da identidade social, com o simples objectivo de esclarecer possíveis equívocos. Autores como Berger e Kellner, ou aqueles que no âmbito da sociologia da família se referem à identidade, como Singly e Kaufmann, na maior parte das vezes não definem o conceito de identidade de que partem, nem distinguem entre identidade pessoal e social. Mas se parece perfeitamente evidente que, quer no caso de Berger e Kellner, quer no de Giddens, toda a argumentação se desenvolve à volta dos aspectos mais nucleares da identidade e neste sentido no da identidade pessoal, no dos outros é menos evidente.

Faz sentido assim, determo-nos um pouco sobre algumas interpretações do conceito de identidade bem como de algumas distinções a estabelecer entre identidade pessoal e identidade social. Entendimento útil de identidade pessoal é o que a refere aos domínios mais internos ou íntimos da definição do "eu" na sua relação com o mundo (existencial e ontológica), no sentido em que Berger e Kellner a definem. Nessa acepção pode admitir-se que há uma dimensão da identidade pessoal, da noção que o indivíduo vai fazendo de si próprio ao longo da sua história, que corresponde à resposta a um "quem sou eu?", que, ainda que se construa na interacção com os outros, é marcadamente íntima e individualizada, pode ser objecto de análise no domínio da psicologia ou da psicanálise. Contudo, outra dimensão dessa mesma identidade pessoal alimenta-se, necessariamente, de outras respostas, para a mesma pergunta — "eu sou em relação com, por referência a, diferente de, próximo de, pertença a..." — sendo essa dimensão a que muitas vezes se tem chamado a identidade social.

Ora, se seguirmos as pisadas de Piaget, percebe-se que podemos adoptar as duas perspectivas na medida em que é impossível dissociar, a não ser para efeitos analíticos, a construção do "eu" do contexto inteiramente relacional em que ela ocorre. Assim, ou falamos de duas identidades — pessoal e social — não deixando de sublinhar a sua ligação indissociável, ou se fala de dimensões das identidades estreitamente associadas. Antes ainda de dar

alguns exemplos, convém referir em que sentido se deve falar, no domínio da sociologia, de identidade social utilizando para isso a proposta de José Madureira Pinto (1991).

Madureira Pinto salienta a vocação eminentemente relacional do conceito de identidade, rejeitando o essencialismo, posição, aliás, que inspirou, como certamente já se percebeu, as posições assumidas no presente texto. Numa perspectiva sincrónica, o autor afirma a construção das identidades sociais como um *processo* duplo de integração — em conjuntos mais vastos de pertença e de referência — e de autonomização — diferenciação, estabelecimento de fronteiras e de distinções (Pinto, 1991: 218). Numa perspectiva diacrónica, ressalta, na construção das identidades, o papel dos trajectos sociais, das posições ocupadas na estrutura social e dos projectos que a partir desses lugares se vão elaborando e reconstruindo.

Ora a insistência no lado relacional e na ideia de processo na construção das identidades e a vertente dupla de integração — movimento para o colectivo — e diferenciação, autonomização, parece extremamente rica. Ao aplicá-la ao casamento tornam-se evidentes os aspectos heurísticos da proposta. Ser uma pessoa casada — mulher ou homem — pode ser cumprir uma etapa importante para a identidade pessoal e social, dar testemunho do desejo de integração no grupo, mas, simultaneamente, diferenciar-me como indivíduo, tomar conta do meu destino, protagonizar uma nova vida, fazer nascer e responsabilizar-me por outros indivíduos. O sentido de integração vai de mão dada com o de diferenciação e autonomização.

Outra ideia sugerida por Madureira Pinto neste texto, na continuação das anteriores, sublinha que a construção das identidades se alimenta de alteridades e, por isso, nunca exclu, "convivências e infidelidades recíprocas" (Madureira Pinto, 1991: 219). Excelente sugestão que contribui para explicar, por exemplo, as dificuldades que as posições feministas têm em fazer-se entender e aceitar pelas "interessadas" ou em paralelo a desconfiança que estas por vezes nutrem em relação àquelas, quando as acusam de não "gostarem de homens" sempre que se trata de mostrar os mecanismos da dominação masculina. Poder-se-ia ainda prolongar o exercício, tão ricas e interessantes são as sugestões do texto referido, mas faz sentido agora voltar à problemática aqui desenvolvida, nomeadamente a da relação entre casamento, identidade pessoal e identidade social.

Assim, como se viu, através do casamento contribui-se para a definição de uma e de outra das formas de identidade, de resto estreitamente associadas. A relação conjugal é uma relação validente, uma interacção com um outro significativo, mas esse outro, sendo homem ou mulher, vive num determinado contexto social em que as acções são balizadas e orientadas por pertenças de género.

O casamento, contudo, ao contribuir para a construção da identidade pessoal e social, para um sentimento de pertença, não anula a voz individual,

diferenciada, autonomizada. Por outro lado, outras zonas de produção identitária — tal como Madureira Pinto também acentua — como a da profissão, das sociabilidades, etc., interagem com as dimensões identitárias mais privadas da relação conjugal.

A construção da identidade pessoal e da social é, assim, no essencial, um processo em aberto, que, como Giddens aponta, cada vez mais sofre momentos de crise e reconstrução. Quando se pensa na relação entre o casamento e a questão feminina, aliás, torna-se ainda mais evidente não só a ideia de identidade como processo, como a questão da relação estreita entre identidade pessoal e social. As transformações dos últimos 40 anos foram particularmente ilustrativas das mudanças no campo das identidades sociais possíveis das mulheres — de uma mulher essencialmente esposa e mãe passou-se tendencialmente para uma visão de mulher-indivíduo — o que, ao redefinir, identidades, permite do mesmo passo novos projectos e novas expectativas pessoais de inúmeras mulheres, casadas ou solteiras.

O que se rejeita aqui quanto à problemática da identidade é, assim, tal como António Firmino da Costa defende a propósito das identidades culturais, uma visão estritamente ontológica, apostando, em contrapartida, numa concepção dessas identidades como “conjunto de representações simbólicas socialmente construídas, e em permanente processo de reconstrução por diversos tipos de protagonistas sociais” (Costa, 1999: 496). Questões como a de “ser mulher” ou a das chamadas identidades femininas prestam-se, com enorme facilidade, a visões ontológicas e rigidificadoras que as perspectivas sociológicas mais consistentes tornam possível combater.

Excelente exemplo dessas perspectivas, para o debate sobre a construção das identidades femininas, dá Ana Nunes de Almeida. Trata-se de uma proposta teórica no âmbito de uma pesquisa sobre mulheres a viver num bairro degradado (Portela-Outoureira) às portas de Lisboa que tinham migrado do campo para a cidade, nos anos 60, em busca de uma vida melhor. Partindo da maneira de contar a vida destas mulheres, pautada pela centralidade do seu papel como mães e mulheres de família, Ana Nunes de Almeida sugere uma interessante dicotomia entre *maneiras de dizer* e *maneiras de fazer*, central, na opinião da autora, para compreender a construção das identidades femininas. Aliás, pretende-se ter seguido a sua sugestão final — “a adopção de semelhante perspectiva obriga a um trabalho de revisão e reconstrução do que se tem escrito sobre a posição da mulher na sociedade e sobre as relações intersexos” (Nunes de Almeida, 1986: 520) ao procurar estabelecer as diferenças entre o que é dito é o que é feito.

O problema parte da estranheza que Ana Nunes de Almeida parece ter sentido ao verificar que a um discurso vitimizado e fatalista, se contrapõe um fazer feminino protagonista, activo, desempoeirado e despachado. Elas dizem que os namorados as “enganaram”, “mas percebe-se a sua complicitade para pressionar os pais a concretizar o que os dois queriam: casar um com o

outro. Elas afirmam que não podem fazer nada perante o destino, mas acampanharam os maridos no projecto de migração para a cidade e lançam mãos à obra, agarrando qualquer trabalho, gerando salários fundamentais para o organismo familiar. Elas dizem-se dependentes e pouco conhecedoras, mas são elas que se aventuram na cidade resolvendo inúmeros problemas burocráticos. Quem são elas então, afinal, apece perguntar. São as criaturas dependentes e passivas do discurso ou as mágicas da acção? Ana Nunes de Almeida responde que elas são as duas coisas numa “relação de complicitade entre maneiras de fazer” e “maneiras de dizer” (Nunes de Almeida, 1986: 520).

De facto, na transição do campo para a cidade, estas mulheres transportam consigo um universo de referências onde são centrais a forte diferença nas modalidades de construção identitária entre homens e mulheres, uma divisão entre a função instrumental e a expressiva clássica, a assimetria perfeitamente hierarquizada de lugares, com o feminino sempre em posições subalternas. Mas a migração para a cidade implica uma mudança. Áreas de protagonismo que eram já certamente as suas no lugar de onde vinham, vão agora ampliar-se, tornando-se, senão para elas, pelo menos para o observador exterior, ainda mais visíveis.

Dar visibilidade aos dois lados da realidade, ao dito e ao feito, para analisar a construção da identidade feminina, constitui sugestão importante para superar equívocos frequentes. Ora se tende, em certa literatura, a sublinhar as diferenças entre homens e mulheres “ontologizando-as” e artificializando-as apenas a partir do discurso dos actores, ora se tende, em contrapartida, a negar o discurso e a minimizar as realidades da discriminação feminina sob a capa de poderes misteriosos que elas de facto deteriam e que “compensariam” as reais desigualdades. Questões ideológicas funcionam como barreiras cognitivas, levando a que se dê mais atenção a esta ou àquela vertente da realidade, sendo possível, conforme o olhar afirmar a identidade vitimizada das mulheres ou o seu poder mágico e redentor. É indispensável romper com ambas as visões.

Voltando à questão inicial abordada neste ponto, há que reiterar a importância da relação entre identidade pessoal, identidade social e casamento. O conceito de identidade tem ampla disponibilidade semântica e, com alguma frequência, vai servindo de chave para demasiadas portas. Faz sentido, por isso, operacionalizá-lo com algum cuidado, nomeadamente como se procura fazer na pesquisa sobre a conjugalidade, através da elaboração de um conjunto de perguntas específicas do guião de entrevista que permitiram analisar quer as diferentes modalidades de centramento dos indivíduos na relação conjugal e noutras dimensões da vida, quer as diferentes formas de conjugalidade.

Casamento, divisão social e sexual do trabalho, gênero e classe

Deixou-se atrás referido o surgimento das correntes feministas nos anos 70 e o seu impacto, directo ou indirecto, na sociologia da família. O mesmo tipo de efeitos fez-se sentir, de forma quase transversal, em diferentes domínios da sociologia. Interessa dar breve conta de algumas propostas que levantaram novos problemas a partir da sociologia do trabalho, articulando esfera familiar e actividade profissional. No domínio da família, além das ideias como a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, foram as subidas e descidas de um conjunto de indicadores referentes à vida familiar que contribuíram para intensificar a pesquisa e propor outras abordagens. No domínio do trabalho, por seu turno, foi a crescente participação das mulheres na actividade, as mudanças tecnológicas com o reforço do sector dos serviços e o surgimento de postos de trabalho e empregos de natureza precária "abertos" à mão de obra feminina que vieram impor novas reflexões.

Divisão social e sexual do trabalho, trajetórias e identidades

A ideia segundo a qual a divisão social do trabalho é também "sexuada" surge de forma clara nos finais dos anos 70, em França. Parte dessas propostas vêm a lume, numa antologia de textos, com o sugestivo título *Le sexe du travail* (1984) e entre as numerosas autoras encontramos os nomes de Danièle Ker-goat, Martine Chaudron, Françoise Battagliola, Marie Agnès Barrère-Maurison. Vejamos algumas dessas ideias salientando sobretudo aquelas que procuravam relacionar teoricamente a esfera do trabalho com a esfera familiar.

A proposta de Martine Chaudron sublinha a necessidade de "se interrogar sobre os lugares respectivamente propostos às mulheres e aos homens na estrutura social *hic et nunc*, o que conduz a perguntar como se articulam precisamente as relações de classe e as relações de sexo" (Chaudron, 1984: 23). Esta perspectiva marxista tem a novidade de propor uma visão da família "atravessada, constituída fundamentalmente pelas relações sociais de sexo, na sua modalidade especificamente capitalista". Isto é, não só sublinha a ideia de que as determinações sociais não param à porta da família, como afirma a especificidade do que nela ocorre. Na verdade, é no seu seio, avança a autora, que se desenvolve o essencial do trabalho de reprodução social, trabalho esse que está a cargo das mulheres através do desempenho das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos. O que aqui encontramos é uma variante das propostas feministas avançadas anteriormente e, em particular, da de A. Michel. Simplesmente, o ponto de partida deixa de ser a família, passando para o mundo do trabalho: o que ocorre no contexto familiar não são trocas gratuitas, são trocas de trabalho e estas, por sua vez, vão condicionar o que se passa

com homens e mulheres na esfera da actividade profissional. M. Chaudron acaba por salientar que esta divisão social e sexual do trabalho condiciona as trajetórias de ambos os sexos, estando as mulheres inseridas profissionalmente em posições hierarquicamente inferiores às dos homens porque lhes é atribuído, simultaneamente, o papel reprodutivo na família.

Françoise Battagliola, por sua vez, sublinha que os mecanismos de classe e de sexo operam nos dois sentidos: na esfera produtiva e na esfera reprodutiva. Ao estudar os empregos do terciário, ela mostra como a ocupação de certos postos de trabalho não depende apenas de escolhas individuais feitas pelos trabalhadores ou trabalhadoras mas varia fundamentalmente em função das necessidades domésticas e até da própria política de gestão da mão de obra: "a divisão do trabalho entre os sexos na família é redobrada pelos mecanismos de funcionamento da instituição: por um lado, a promoção interna no emprego favorece, no essencial, os homens; as medidas de política social usadas pelas mulheres, e não podendo sê-lo pelos homens, transformam-se num alibi para a não promoção e para a atribuição a estas de trabalhos repetitivos" (Battagliola, 1984: 58).

A diferenciação entre carreiras masculinas e femininas, por sua vez, tem como efeito a rigidificação da divisão do trabalho no casal. A promoção dos homens mobiliza o esforço familiar, o que representa maior afectação da mulher ao desempenho das tarefas domésticas e aos cuidados com os filhos. Efeito que não se verifica quando é a mulher a desenvolver, no essencial, esse esforço de promoção profissional: "a divisão social do trabalho entre os sexos, que se exerce no quadro profissional, redobra, através de mecanismos próprios, a que estrutura a esfera familiar e contribui em retorno para a reproduzir. O que está em jogo numa e noutra esfera são as relações sociais entre os sexos, que asseguram tanto no domínio da produção como no da família, a dominação social dos homens sobre as mulheres, através da divisão sexual do trabalho e das representações que lhe estão associadas" (Battagliola, 1984: 58).

Numa perspectiva macrosociológica, Marie-Agnès Barrère-Maurison insiste também na necessidade de ter em conta as estreitas relações entre estrutura familiar e estrutura profissional propondo mesmo mais tarde uma sociologia dessa relação em *La Division Familiale du Travail* (1992). Fazendo a análise sistemática das relações entre estas duas esferas, que considera articuladas entre si, defende que se devem considerar "as relações homens-mulheres como relações sociais de sexo na medida em que elas atravessam a sociedade no seu conjunto e não apenas a família, ou mesmo a produção" considerando ainda que só "reinterrogando a família como lugar de relações de sexo, se pode então compreender melhor como funcionam as relações conjugais, as relações de uns e de outros com a produção de crianças, a relação com o trabalho quer assalariado quer doméstico de cada cônjuge" (Barrère-Maurison, 1992: 27).

Mais do que constatar a necessidade desta dupla abordagem

trabalho/família, e as modalidades de articulação entre os dois domínios, a autora propõe-se explicar a evolução e transformação no tempo e no espaço da relação entre estas estruturas. Relaciona, assim, para o caso da França e desde 1945 até aos nossos dias, as mudanças nos sistemas produtivos e de emprego com os tipos dominantes de família e as modalidades de regulação familiar em relação ao trabalho, mostrando a passagem da família patriarcal, à família conjugal e à família de *deux apporteurs* (Barrère-Maurisson, 1992: 174). Analisa ainda as modalidades de relação entre estruturas familiares e estruturas do emprego e do mercado de trabalho a partir da especificidade dos diferentes sectores de actividade (a empresa, o serviço público, a agricultura e o trabalho independente). Mostra assim como, quer no domínio da família, quer no do trabalho, se verifica a existência de sistemas de funcionamento mais ou menos rígidos, em épocas diferentes, que se inter-influenciam mutuamente. Mas, conclui, que "o trabalho e a família são em parte autónomos, isto é, são regidos cada um pelas suas lógicas próprias e possuem uma dinâmica específica; mas eles estão igualmente em relação um com o outro, por que estão os dois submetidos a uma lei comum, a da divisão sexual do trabalho" (Barrère-Maurisson, 1992: 159).

No seu conjunto estas abordagens superaram assim visões excessivamente dicotomizadas: de um lado as determinações de sexo, do outro as de classe. Porque introduzem o conceito de relações sociais de sexo, elas têm ainda o mérito de mostrar como os condicionamentos derivados destas diferenças atravessam e fazem comunicar todos os domínios da vida social, da família ao trabalho. Abandona-se de vez a lógica da procura da determinação "em última instância", passando-se a uma perspectiva de interacção entre os diferentes domínios: a posição das mulheres e dos homens na família e a posição das mulheres e dos homens no mercado de trabalho estão ligadas entre si pela existência das relações sociais de sexo.

Em termos de operacionalização, estas propostas foram úteis à pesquisa sobre o casamento. Embora um dos seus objectivos centrais fosse perceber as dinâmicas conjugais, pretendia-se dar conta, também, quer das posições relativas dos dois sexos perante o casamento e outras esferas da vida, quer das transformações económicas e sociais dos últimos anos. Ora a visão que acabámos de expor permite abranger mais globalmente estas temáticas.

Certos fenómenos gerados no mercado de trabalho, por exemplo, como o crescimento do sector dos serviços, ou a procura de mão-de-obra precária, criam oportunidades mais facilmente adequadas à situação de discriminação das mulheres, gerando certos círculos viciosos. Nos sectores sociais mais desfavorecidos os padrões oferecem postos de trabalho "pensados" para serem ocupados por mulheres. Estas, por sua vez, aproveitam as oportunidades, mas são obrigadas a interromper a actividade com a gravidez e nos primeiros anos dos filhos porque não têm condições mínimas de protecção social nem equipamentos sociais de apoio. Quando voltam, só conseguem encontrar

ocupações ainda em piores condições do que quando entraram, como é exemplificado no caso inglês (Mcdowell, 1992).

O que nestes casos se revela, assim, é a interpenetração perversa e desfavorável para as mulheres, das lógicas do trabalho e da família. Mas os condicionamentos a que muitas mulheres estão submetidas não podem ser confundidos com o seu maior ou menor investimento na actividade profissional. Na verdade, também foi evidente que elas desejam ter trabalhos de tipo diferente, recusando a privação dos ganhos em autonomia relativa e auto-estima. Pretendem, ainda, maior controlo sobre os seus recursos económicos e outras vantagens que o trabalho no exterior permite (Mcdowell, 1992: 188). A ideia segundo a qual as mulheres estariam mais motivadas para a vida familiar do que para o trabalho profissional foi também posta em causa pela nossa pesquisa. Noutra investigação realizada nos EUA, de resto, e utilizando técnicas diferentes de recolha de informação, se concluiu que considerar que as mulheres são "familiarmente-orientadas" e não "profissionalmente-orientadas" não é senão alimentar uma ideologia de género que não corresponde efectivamente às aspirações femininas (Lorber e Farrel, 1991: 9).

Ter em conta a divisão social e a divisão sexual do trabalho, de forma articulada, e as relações sociais de sexo, permite assim perspectivas mais alargadas sobre o que pode condicionar as vivências da conjugalidade para os dois sexos e contribuir igualmente para entender os constrangimentos susceptíveis de influenciarem certas opções, preferências e expectativas dos cônjuges.

Género e classe

As correntes que em França sugeriram que a divisão social do trabalho era também "sexuada" coincidem de certo modo no tempo com as que nos EUA propuseram o conceito de género. Este último, entre múltiplos entendimentos, pretendia, de forma muito genérica, dar conta das características socialmente construídas a partir das diferenças biológicas entre os sexos.

Disse-se atrás, ao procurar os momentos de ruptura e os fios condutores para o presente do debate teórico sobre mulheres e casamento, que nos anos 80 as divisões entre as correntes feministas em torno da questão da primazia a dar ao capitalismo ou ao patriarcado, que indirectamente se referiam, assim, a preferir o conceito de género ao de classe ou vice-versa, tenderam a esbater-se anos mais tarde. As posições teóricas e abstractas do tipo ou/ou foram sendo cada vez menos frequentes e, em muitos casos, as posições mais ideológicas e preocupadas com a intervenção directa, evoluíram no sentido de desenvolver pesquisas que contribuíssem para o entendimento de aspectos da

discriminação de género que condicionam a vida de mulheres e de homens. Esta aproximação ao real constituiu enorme enriquecimento em termos do conhecimento e traduziu-se num maior grau de plasticidade na utilização dos conceitos.

As posições que defendem a necessidade de articulação entre classe, género e outras categorias sociais como a de etnicidade tornam-se mais expressivas: "na realidade, raparigas e rapazes, mulheres e homens são mais parecidos do que diferentes, mas como Rubin (1975) diz, as sociedades impõem-lhes um 'tabu da semelhança'. Juntamente com raça, etnicidade e classe social as *categorias de género* constituem estatutos cultural e socialmente institucionalizados" (Lorber e Farrel, 1991: 8). A necessidade de analisar os contextos históricos e culturais específicos em que ocorrem as relações sociais de género torna-se decisiva.

Antes ainda de avançar o entendimento específico em que se decidiu utilizar o conceito de género, vale a pena dar um exemplo de uma utilização heurística da relação entre género e classe. Anne Phillips (1992) sugere esta articulação através de um sugestivo título de artigo *Classing the women and gendering the class*. Ela apoia-se na análise de três momentos da história inglesa — o século XIX, a viragem do século e o período posterior à segunda guerra mundial — e na relação das mulheres de diferentes classes sociais com o mercado de trabalho. Mostra então como as posições relativas das mulheres, muito embora pelos efeitos de género sejam sempre socialmente dominadas e inferiores às dos homens, se podem distanciar entre si pelos efeitos da classe. Vê-se ainda extremamente bem, através da sua proposta, que as classes só ganham sentido a partir duma perspectiva relacional, com as mudanças ocorridas numas a implicarem forçosamente transformações de posição das outras. Igualmente se entende que o estatuto das mulheres casadas foi usado como marca de classe perfeitamente distintiva. Vejamos alguns exemplos.

Phillips considera que durante o século XIX se opera maior afastamento entre as classes médias e as classes trabalhadoras e que para essa distância contribuiu uma recodificação das ideias sobre as mulheres e o seu papel. O ideal de feminilidade, do recato doméstico e da entrega à educação dos filhos, surge nos mesmos sectores sociais em contraste com a época anterior, quando as mulheres dos pequenos e médios comerciantes ou dos proprietários agrícolas médios geriam, lado a lado com os homens, os seus negócios. Nasce com esta reclusão das mulheres o seu equivalente afastamento do mundo dos homens.

Fenómeno complementar deste é o que se passa com as chamadas classes trabalhadoras. Enquanto as mulheres das classes médias passam a ficar no lar, as assalariadas agrícolas deixavam o campo e vinham para as fábricas ou surgiam a criar condições para que as fadas do lar exercessem o seu papel, isto é, passavam a empregaradas domésticas. E à medida que as classes médias aumentavam, subia também o número das que se dedicavam ao trabalho

doméstico, ao ponto de o serviço doméstico se tornar no grande empregador de mulheres nessa época (Phillips, 1992: 96). Embora se condenasse, do ponto de vista moral, o emprego em fábricas das mulheres casadas e com filhos, a verdade é que as condições de pobreza e de miséria e, nomeadamente, a grande descendência que era necessário sustentar, empurravam as mulheres para esses trabalhos extenuantes.

Mas um conjunto de mudanças socioeconómicas vem provocar outras transformações nas fronteiras de classe entre as mulheres. Nos finais do século XIX, continua Phillips, os sectores mais baixos das classes médias começam a ocupar os novos postos de trabalho entretanto criados: professoras do ensino primário, enfermeiras, vendedoras, empregadas administrativas. A qualificação para estes trabalhos exigia formação escolar, o que implica algum acesso à educação a mulheres até aí completamente afastadas dela. No início do século ter um emprego tornou-se mais normal para as mulheres das classes médias e a grande distinção entre as mulheres que eram obrigadas a trabalhar e as que não eram esbate-se ligeiramente. Durante a primeira guerra mundial, aparece até como tarefa patriótica o trabalho para o esforço de guerra, o que não deixa de produzir algum rasto para o futuro.

Depois da segunda guerra mundial, Phillips considera que, no caso inglês, as grandes diferenças entre as mulheres das classes médias e as das classes trabalhadoras — a extrema pobreza por um lado e uma existência mais cómoda defendida pela existência de trabalho doméstico, por outro — desaparecem. Não só diminui e encarece a oferta de trabalho doméstico como o modo de actividade tende a generalizar-se a todas as mulheres casadas e com filhos depois dos seis anos. Nem por isso logicamente deixa de haver fortes assimetrias sociais entre as mulheres destes dois sectores, mas o que Phillips sublinha é que a relação com o trabalho parece ser mais aproximada do que distante, ao contrário de um passado ainda recente.

Não faz sentido prolongar este exercício, que a autora desenvolve de forma muito mais aprofundada e rica do que seria possível aqui dar conta. Apenas se quis ilustrar as modalidades de interpenetração entre classe e género e algum do poder heurístico da perspectiva. Basta o confronto com a experiência de outro país, aliás, para nos apercebemos da especificidade da história portuguesa a este respeito — do ainda predominantemente Portugal rural dos anos 60 à modernidade inacabada dos nossos dias — e da necessidade de prolongar e intensificar a investigação. Na pesquisa sobre o casamento procura-se fazer de forma limitada à época da vida adulta dos nossos entrevistados uma análise de certos condicionamentos (desses anos 60 até hoje) que podem contribuir para explicar especificidades da relação entre classe e género, mulheres e mercado de trabalho.⁵

5 Estes temas são mais aprofundados no livro *Vida Conjugal e Trabalho* (no prelo).

Voltando ao conceito de gênero, para concluir, vale a pena ainda referir que além da tendência já focada para o seu enquadramento, contextualização e articulação a outros conceitos, dele têm sido dadas diferentes definições. Encontramos versões do conceito mais fenomenológicas que lhe conferem um carácter, no essencial, "construído" e que apontam para a ideia segundo a qual o gênero se vai "fazendo" e "reatfirmando" através da relação com os outros (West e Zimmerman, 1991). Encontramos também, no outro extremo, interpretações mais estruturalistas, que o definem numa perspectiva "socioestrutural, em que o gênero é encarado como uma das fundações de toda a ordem social existente" (Lorber e Farrel, 1991: 1). Mesmo nesta óptica, contudo, se assume uma visão não essencialista, ao partir-se do princípio que, em rigor, se deve falar de gêneros e não de gênero, visto que "ser mulher e ser homem muda de uma geração para a outra e é diferente para diferentes raças, etnias, e grupos religiosos, assim como para os membros de diferentes classes sociais" (Lorber e Farrel, 1991: 1). Também se encontram versões de síntese quando, a partir da discussão de resultados de pesquisas com diferentes orientações teórico-metodológicas, se conclui sobre a inevitabilidade de uma tripla articulação entre gênero, família e economia (Blumberg, 1991).

Vale a pena, ainda, referir brevemente alguns dos contributos dos que em Portugal tem utilizado o conceito de gênero.

A primeira referência importante centra-se nas já indicadas propostas de Lígia Amâncio (1994), basicamente, no âmbito da psicologia social, domínio com linguagem própria que não se domina e se procurou não "trair", salientando aqui os traços da sua perspectiva que mais directamente se podem relacionar com aspectos da investigação sobre o casamento.

A autora procura explicar a construção social da diferença de gênero numa investigação que se propõe mostrar "que os conteúdos caracterizados do masculino e do feminino, as dimensões explicativas do comportamento de homens e mulheres e da própria posição social dos dois grupos estão interligados numa relação de produção de sentido, e que o consenso que envolve esta forma de pensamento social o transforma numa ideologia colectiva" (Amâncio, 1994: 33). A partir de um conjunto de pesquisas mostra, mais especificamente para o universo do trabalho, a persistência das assimetrias de gênero revelando assim os limites, em termos do fim da discriminação feminina, da maior participação das mulheres na actividade profissional.

Conclui que os significados sociais atribuídos às categorias sexuais não são simplesmente diferentes, nem apenas assimétricos favorecendo o pólo masculino em detrimento do feminino. A autora mostra que ao estereótipo masculino são atribuídos os traços de "modelo referencial", de carácter universal, sinónimo de pessoa adulta e de sentido dominante, enquanto que ao feminino se atribuem traços particularistas, contextuais e dominados. Acrescente ainda que: "a dominação do masculino não é uma propriedade dos homens, mas é uma propriedade do seu modo de ser na medida em que se

confunde com a concepção dominante de pessoa, ao nível de um modelo de comportamento. É por isso que quando situamos os indivíduos em contextos públicos, como os do trabalho, os homens afirmam a sua distintividade de forma relativamente consistente, mas as mulheres fazem-no sob certas condições: a de que este comportamento não implique uma ruptura com o modo de ser feminino e a de que ele não subverta a natureza da relação entre os sexos" (Amâncio, 1994: 180). Ora, assim, ao assumir "naturalmente modelos de comportamento que lhes são socialmente impostos", homens e mulheres contribuem de maneira diferente para a acentuação da diferença e do desvio das mulheres no mundo do trabalho.

Viu-se que há análises no domínio da sociologia que tendem a dar relevância à articulação entre divisão social e sexual do trabalho deduzindo daí os lugares diferenciados que homens e mulheres ocupam na estrutura social e que explicariam assim a discriminação de gênero. Outros acrescentam que, no decurso dos diferentes contextos de interacção, essas diferenciações são, no plano simbólico e no plano das práticas, actualizadas e realimentadas. A perspectiva assumida por Lígia Amâncio permite dar visibilidade aos mecanismos de carácter ideológico que mantêm a discriminação de gênero. Mas, mais do que isso, ao mostrar como estas ideologias de senso comum são partilhadas por homens e por mulheres questiona directamente as perspectivas que, partindo da simples pertença de sexo, se apoiam nas versões automáticas de um essencialismo, naturalismo e biologismo do feminino que se traduziria numa visão moral e numa consciência diferente e libertadora.

Esta análise é parcialmente retomada por Helena Carreiras na sua investigação sobre a participação das mulheres nas Forças Armadas. Procurando desde logo desconstruir as posições de algumas correntes feministas, acentua o carácter socialmente construído das categorias de gênero sublinhando que: "à abordagem sociológica não cabe definir diferenças entre grupos ou categorias de indivíduos, a partir da identificação de propriedades que lhes seriam intrínsecas, mas antes analisar os processos necessariamente relacionais através dos quais se constroem essas diferenças (e, do mesmo modo, as pertenças identitárias) bem como as modalidades da sua configuração em distintos contextos sociohistóricos" (Carreiras, 1997: 36).

Projectada neste plano a análise sublinha a necessidade de distinguir entre sexo e gênero considerando que a última noção permite identificar os processos de categorização social que "embora do ponto de vista cognitivo tomem por referência o critério biológico, dele se distinguem enquanto produto especificamente social" (Carreiras, 1997: 37). Discutindo depois, na perspectiva sociológica, algumas das abordagens do conceito de gênero salienta as vantagens das versões mais fenomenológicas e etnometodológicas como a de que West e Zimmerman (1991), citadas acima, pelo facto de mostram como o gênero "vai sendo" socialmente construído. Mas também mostra os seus limites ao enunciar o que é em geral criticado no plano teórico a estas

propostas: o facto de elas não terem em conta os constrangimentos socioinstitucionais, ou seja, darem menos atenção aos lugares que os actores ocupam na divisão social do trabalho e aos contextos em que decorrem as interações (Carreiras, 1997: 39).

Também Helena Carreiras conclui pela necessidade de afastar raciocínios simplifcadores como os que atribuem à entrada das mulheres nas Forças Armadas o significado mais visível de fim da discriminação de género. Ela mostra que, por um lado, se verificou ao nível dos processos de adaptação/integração feminina nas Forças Armadas, "a existência de altos níveis de satisfação com a experiência militar", por outro, acrescenta que "esta apreciação geral se associa à percepção de dificuldades". Precisa ainda mais aponta para que a "natureza das dificuldades encontradas — onde se destaca a identificação de resistências culturais à entrada das mulheres nas Forças Armadas — remete explicitamente para o plano das relações sociais de género". Adianta também que as mulheres militares sentem que a sua condição de género funciona sempre como "filtro" para a análise do seu comportamento, situação que não se passa no caso dos homens e o que faz lembrar a ideia dos efeitos da "particularização" (Amâncio, 1994) na apreciação dos comportamentos femininos que não têm equivalente no masculino.

Com Miguel Vale de Almeida viajamos para uma abordagem singular no contexto português. Mais do que debater o conceito de género, o autor propõe-se a compreender a construção da masculinidade. A hipótese central da investigação constitui-se à volta da ideia de que a "masculinidade hegemónica é um modelo cultural ideal (...) que exerce sobre todos os homens um efeito controlador, através da incorporação, da ritualização das práticas da socialidade quotidiana e de uma discursividade que exclui todo o campo emotivo considerado feminino" (Vale de Almeida, 1995: 17). A masculinidade hegemónica não se define apenas como diferente da feminilidade mas assume fundamentalmente, o estatuto de superioridade a forma de ascendência social.

O autor analisa um terreno com contornos particulares. Trata-se de uma zona do Alentejo cuja actividade económica fundamental está ligada à extracção de pedra e em que a organização social da família assenta numa forte segregação entre os sexos dedicando-se a mulher ao trabalho doméstico e aos cuidados com os filhos e o homens ao trabalho nas pedreiras. Resulta do trabalho de Miguel Vale de Almeida, que implicou presença prolongada no terreno em convívio próximo com o universo masculino da aldeia, uma perspectiva teórica e empiricamente riquíssima da realidade que analisou. O acesso aos diversos espaços de convívio estritamente masculinos permitiu uma abordagem que revela alguns dos "segredos" — para os universos femininos, nomeadamente, para a investigadora mulher — da construção da masculinidade, desde a sua exibição mais directa na relação com o dinheiro e com o poder, até aos lados mais íntimos da expressão censurada da emoção.

Mas além de permitir que as mulheres investigadoras tenham acesso aos universos da masculinidade, a pesquisa de Miguel Vale de Almeida contribuiu igualmente de forma directa para a investigação sobre a conjugabilidade. Ao identificar um espaço social muito específico dá visibilidade a práticas e representações que viemos, noutra contexto geográfico, em situação de classe idêntica — embora com diferenças etárias — reencontrar. Por exemplo, e como se verifica na pesquisa sobre o casamento, alguns dos discursos de operários mais velhos que insistem na supremacia masculina e revelam muita dificuldade em aceitar os direitos das mulheres são próximos dos discursos masculinos com que Vale de Almeida se confrontou em Pardais. Também a centralidade do casamento como sinal de passagem à vida adulta e desejabilidade social pela aquisição clara do estatuto de homem, tanto se revela nos operários mais velhos na Grande Lisboa como nos de Pardais (Vale de Almeida, 1975: 66).

Beneficiou-se ainda com o debate teórico desenvolvido em *Senhores de Si*, que faz o percurso das problemáticas do género, da sexualidade e do corpo na antropologia, recorrendo igualmente a sociólogos contemporâneos. Verificou-se também proximidade de perspectivas nomeadamente porque Vale de Almeida, tal como já aqui se afirmou, procura mostrar como o que se define como feminino e masculino tem gradientes, tratando-se de características a ser confirmadas e reafirmadas, mas dependendo a sua configuração, também, de outras variáveis como a classe e a idade (Vale de Almeida, 1975: 66). O que significa, logicamente, a recusa de posições essencialistas, tal como temos vindo a sustentar.

Casamento e amor

Mas o amor é uma das respostas que o homem inventou para olhar de frente a morte. Por intermédio do amor roubamos ao tempo que nos mata umas quantas horas que transformamos às vezes em paraíso outras em inferno. Das duas maneiras o tempo distende-se e deixa de ser uma medida. Para lá da felicidade ou infelicidade, embora seja as duas coisas, o amor é intensidade; não nos oferece a eternidade mas a vicinidade, esse minuto no qual se entrebrem as portas do tempo e do espaço: aqui e lá, e agora é sempre. No amor tudo é dois e tudo tende a ser um.

Octavio Paz (1993)⁶

6 Cf. Octávio Paz, *A Chama Dupla. Amor e erotismo*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1995, p. 95-96.

Em trabalhos anteriores, defendeu-se a pertinência de uma análise sociológica das relações afectivas, afirmando que a afectividade constitui uma das dimensões das relações sociais e que o amor pode ser analisado como expressão específica dessa dimensão (Torres, 1987).⁷ Não faz sentido recuperar a argumentação desenvolvida no referido artigo, mas vale a pena retomar alguns dos seus temas. Esta temática, aliás, tinha já sido abordada por sociólogos como Goode (1959) ou Luhmann (1986) e foi mais recentemente retomada por Giddens (1991; 1992), Beck e Beck-Gernsheim (1990, 1995) e até por Bourdieu (1998).

Além do contributo desses autores de referência, nos finais de 80 e no decurso dos anos 90 assiste-se à proliferação de textos sociológicos sobre o tema do amor, das emoções e da relação entre o género e os termos indicados. Sobre a problemática do amor podem referir-se ainda Brown (1987), Cancian (1987), Bertilsson (1991), sobre a perspectiva da construção social das emoções Harré (1986) e, propondo também uma sociologia das emoções, Jackson (1993). A relação entre género, amor e emoções foi também abordada por Meyer (1991), Duncombe e Marsden (1993) e propostas sobre a construção cultural da sexualidade sugeridas por Caplan (1987). A questão do amor e das idades da vida foi ainda analisada por Carade (1997). Mais recentemente ainda, em 1998, um número especial da revista *Theory Culture & Society*, editado por Mike Featherstone, é inteiramente dedicado ao tema Amor e Erotismo incluindo um conjunto valioso de 19 artigos.

Estes trabalhos mais recentes permitem olhar de outra forma os que foram elaborados anos atrás — quem sabe até conferindo-lhes maior legitimidade... — podendo, também, a partir das novas referências, fundamentar melhor algumas das questões já levantadas e não deixando de sugerir outras ideias. A nova atenção,⁸ agora cada vez mais insistente, sobre uma temática considerada até há alguns anos estranha à sociologia, pode ser explicada por duas ordens de factores. Por um lado, temos a perda de influência de paradigmas e perspectivas teóricas que defendem o peso da estrutura ou dos factores sociais ou, sob diversas formas, sublinham o peso das estruturas ou dos sistemas sociais, tendendo, em contrapartida, a diminuir o papel da acção social e

7

Não deixa de ser curioso que as propostas feitas nessa altura (1987) sobre a necessidade de desenvolver a análise sociológica das relações afectivas, do sentimento amoroso e da sua relação com a conjugalidade e o divórcio têm sido citadas como contributos inovadores por alguns colegas de língua francesa. Contribuíram para o conhecimento desses trabalhos quer Didier Le Gall que cita um texto numa revista internacional (1992: 69), quer Jean Claude Kaufmann através do seu livro *Sociologie du Couple* (1993: 34), quer Claude Martin a quem agradeço a sua síntese para francês das ideias centrais de um texto que só existia em português (Martin, 1996: 149), quer François de Singly que fez referência a esse mesmo texto e ao trabalho sobre os "desamores" na minha pesquisa sobre o divórcio (Singly, *et al.*, 1996a: 99).

8 Não podemos esquecer a abordagem pioneira de Simmel a que já se fez atrás referência.

dos seus sentidos subjectivos. Seria mais difícil, neste tipo de quadros teóricos, prever a abordagem sociológica do sentimento amoroso, embora se encontrem algumas excepções.

Nos últimos 40 anos o panorama alterou-se. No plano epistemológico e teórico a passagem de um pluriparadigmatismo de combate a um pluriparadigmatismo de convivência (Ferreira de Almeida, *et al.*, 1994: 33) passou a permitir a rejeição dos raciocínios do tipo ou/ou, que insistiam na separação forçada do objectivo e do subjectivo, na dicotomia entre estruturas e práticas, com as coadjuvantes e obrigatórias opções: se se sublinhava o sentido subjectivo, não se olhava para os constrangimentos externos objectivos e vice-versa.⁹ Nos últimos anos ganha assim visibilidade a procura de articulações e sínteses.

Por outro lado, maior atenção à temática dos sentimentos foi também sugerida pelo conjunto de transformações sociais no plano das práticas e dos valores associados à forma de encarar as relações familiares e o casamento, de que constituem exemplos o aumento do divórcio, a descida da taxa de natalidade, a crescente paridade entre homens e mulheres. Foi a análise de transformações deste tipo, nomeadamente a partir de uma pesquisa sobre o divórcio, que nos conduziu à tentativa de analisar sociologicamente as relações afectivas.¹⁰

O debate que a seguir se regista pretende sistematizar apenas alguns dos contributos dos autores de referência. Outras propostas, de um conjunto enorme de textos mais actuais atrás identificados, surgem referidas ao longo do livro ou foram incorporadas na análise desenvolvida na pesquisa sobre o casamento.

A importância teórica do amor

A ideia de que o amor (ou o seu desejo) não seria só importante para a vida

9

Até aos anos 1960 há, evidentemente, autores que escapam a esta arrumação esquemática e simplificada não se situando nem num campo, nem noutro. Um dos casos mais fecundos é o de Norbert Elias que na análise do processo civilizacional aborda a relação entre o público e o privado. Ele mostra, precisamente, como as estruturas sociais estão incorporadas nas práticas dos actores, situação muito bem identificada, por exemplo, a propósito do tema das relações sexuais e da passagem do constrangimento externo ao auto-constrangimento: "o código do comportamento social inscreve-se tão profundamente na natureza humana, que ele se torna de certa maneira em elemento constitutivo do eu individual. Este elemento, o "surnoi", transforma-se tal como a estrutura psíquica e o eu individual tomado como um todo, em função do código de comportamento social e das estruturas da sociedade" (Elias, 1969, 1973: 276).

10 Curiosamente, verificou-se mais tarde que este percurso foi também seguido por Goode que fez pesquisa sobre o divórcio e depois se questionou sobre a importância teórica do amor.

quotidiana do mais simples cidadão mas, também, para a própria teoria sociológica, data pelo menos de finais dos anos 50. Ao contrário do que pode parecer à primeira vista não foram Shorter,¹¹ nem Arès, os únicos ou mesmo os pioneiros a abordar estas temáticas. Na verdade, o já referido William Goode, num texto elucidativamente intitulado *The theoretical importance of love*, publicado em 1959, aborda essa problemática. O autor analisa o amor como um elemento da "acção social e como tal da estrutura social" (Goode, 1959: 38). Nesta perspectiva, o amor não se trata apenas de um sentimento que pairaria acima ou fora da vida social e que, como tal, só poderia ser analisado no quadro da psicologia ou do inconsciente. Ele é considerado uma espécie de mola propulsora da acção, uma força que, no quadro dos valores das sociedades contemporâneas, tem o poder suficiente para criar, em sentido real e figurado, novas relações sociais. Poder para agir, força para criar, mas nem sempre com as mesmas margens de liberdade, nem com ausência de controlo.

Na verdade, pelo seu poder "atractivo" como veículo para a intimidade com outra pessoa o amor e, particularmente, o amor conjugal, é criador de novos laços. Laços esses que adquirem contornos específicos nos diferentes contextos sociais e históricos. Nesse sentido, depois de analisar o papel do amor romântico e as suas relações com a conjugalidade na sua época, Goode desenvolve de forma mais pormenorizada, e exactamente porque considera que o amor pode ser "disruptivo" da ordem social, as formas de controlo que se têm exercido em diferentes sociedades sobre essa "força poderosa".

Goode começa por definir que vai desenvolver a sua análise para responder à seguinte questão: "de que maneira os padrões do amor se encaixam na estrutura social, especialmente, nos sistemas de escolha do parceiro e de estratificação?" (Goode, 1959: 40). Fundamenta depois a ideia da existência das relações amorosas como possibilidade psicológica universal e avança que os diferentes sistemas sociais fazem "ajustamentos" para lidar com o poder "disruptivo" desse sentimento.

Considerando que o amor, enquanto sentimento, pode ser vivido e prescrito como experiência de intensidade variada, Goode afirma que a forma como ele está relacionado com a estrutura social ultrapassa a simples dicotomia entre a existência ou não do amor romântico. Defende antes que se deve considerar a hipótese de um *continuum* entre dois pólos. De um lado, encontra-se uma forma de encarar o amor, do ponto de vista social, como uma aberração trágica ou risível. No pólo oposto está a consideração de que é relativamente vergonhoso casar sem estar apaixonado pelo futuro cônjuge. Assim, as diferentes posições assumidas em diversas sociedades quanto à forma de

encarar o amor podem ser encaradas como pontos nesse *continuum*, mais afastados ou mais próximos dos dois extremos.

Mostra depois que, ao contrário do que alguns autores pretendem afirmar, não foi só no ocidente que surgiram, como experiências individuais, relatos de histórias reais e ficcionadas de situações de forte envolvimento amoroso, ou do que podemos designar por amor-paixão, amores que vão contra todas as regras sociais e passam por cima de todos os obstáculos. Essas histórias singulares, que Goode referencia como existindo em várias civilizações, ocorrem, ou ocorreram, pouco frequentemente, mas não apenas no ocidente.

Mesmo o que se pode considerar como "padrão do amor" — encarar, por exemplo, o sentimento amoroso como base para a decisão final de casar — e que deve ser distinguido do "complexo do amor romântico", existe em muito mais sociedades, não modernas e não ocidentais. No entanto, só em certas sociedades, como a norte-americana e a europeia, entre muito poucas outras, é que esse padrão se transformaria numa ideologia segundo a qual estar apaixonado é a mais desejável forma para começar o namoro e depois casar. Isto é, só nestas latitudes o amor está fortemente institucionalizado.

Considera, assim, o autor americano, que faz sentido analisar as relações que, em todas as sociedades, relacionam o amor com a estrutura social, seja através dos padrões do amor, seja através do "complexo do amor romântico". É essa análise que desenvolve a seguir, mostrando também que, na maior parte das sociedades e nas diversas classes sociais, o problema da escolha do parceiro conjugal assume lugar de grande relevo, pelas suas importantes consequências, nomeadamente pelos efeitos que tem nas relações de parentesco e na transmissão do património. Sintoma de tal relevância é o facto de em muitas sociedades e nos sectores sociais mais elevados, se considerar que essa escolha não pode ser deixada ao acaso dos "amores" adolescentes, assumindo-se desde logo que a inclinação amorosa deve ser controlada.

Goode identifica depois cinco tipos de controlo institucional sobre o amor em diferentes sociedades, desde aquelas em que os casamentos são arranjados pelos pais na infância dos filhos, até àquelas em que o noivado e o contacto controlado entre os futuros cônjuges constituem o meio de fomentar a dose adequada de sentimento para garantir o nascimento do necessário amor pelo cônjuge. Acrescenta-se o padrão ocidental actual onde há "formalmente" escolha livre, mas onde, na prática, essa escolha é controlada pelos pais e pelos pais dos adolescentes. Em particular no caso dos últimos, desde cedo eles procuram incentivar a escolha do parceiro certo através dos locais que deixam os filhos frequentar, das festas que organizam, da lista de convidados que subtilmente sugerem, etc.

Goode conclui, de forma muito elucidativa: "ao contrário da opinião corrente entre sociólogos e antropólogos contemporâneos sugiro que o amor é um potencial psicológico universal, que é controlado por uma série de cinco padrões estruturais, que constituem todos eles tentativas para que os jovens

11 Não julgámos necessário desenvolver aqui a conhecida proposta de E. Shorter sobre o nascimento da sentimentalização das relações familiares, expressa no livro *La naissance de la famille moderne*, Paris, 1977, visto que ela é sobejamente conhecida e os seus limites foram já muito bem apontados por Ana Nunes de Almeida (1990: 46-60).

não façam escolhas dos seus futuros cônjuges inteiramente livres"; (...) "A importância teórica do amor faz-se sentir nos padrões socioestruturais que são desenvolvidos para impedir que ele dê origem à ruptura das configurações sociais existentes" (Goode, 1959: 47).

Esta ideia do amor como moia impulsionadora, como parte constitutiva da acção e da estrutura social é extremamente sugestiva e acaba, como outras propostas do autor, de se revestir de grande actualidade. Não se pode esquecer, com efeito, que se trata de um texto de 1959. Podemos interpretar o aumento do divórcio nos anos que se seguiram à publicação deste texto, por exemplo, como um dos sinais do que Goode chama a "força disruptiva do amor".

E, neste mesmo sentido, também poderíamos dar razão a Goode quando ele fala do amor como fazendo parte da estrutura social. Na verdade, a maior frequência do divórcio e a sua crescente aceitação e integração nas sociedades contemporâneas, implicou o surgimento de novos tipos de família, novas situações e papéis sociais, novas formas de mediação entre os indivíduos e o Estado, nova legislação. Através desta, e quando se procura preservar direitos dos que indirectamente estão envolvidos nestes processos — as crianças, por exemplo — nota-se com clareza a preocupação de conseguir formas de controlar, atenuando-lhes os efeitos, a força disruptiva do amor. Outras tentativas existem de contrabalançar a "desordem" das paixões.

Mas basta pensar apenas na conjugabilidade, e na forma como é relatado o processo de formação dos casais, tal como se verificou sistematicamente na pesquisa sobre a conjugabilidade (Torres, 2000a), para reconhecer de forma muito evidente essa dupla condição das situações de enamoramento que conduzem ao casamento, de que Goode também nos fala.

Na verdade, na investigação, e num leque variado de situações foi possível quase sempre verificar a presença dessa duplicidade: por um lado, escolhe-se o parceiro num clima de liberdade, accentuando as componentes da atracção e a lógica dos sentimentos como factores decisivos, mas, por outro lado, escolhe-se o socialmente próximo, procura-se desde logo compatibilizar esses sentimentos com as expectativas quer dos pares, quer dos ascendentes. Negociam-se aspectos da ritualização do enlace, dá-se sinais de desejo de integração. Ou seja, de forma tendencial, procura-se limar os aspectos eventualmente mais disruptivos da escolha amorosa integrando-a numa lógica social mais global.

A vigilância dos ascendentes e dos pares sobre a escolha formalmente livre do cônjuge não deixa de estar também fortemente presente, por exemplo, em aspectos associados ao género. O controlo da chamada boa reputação das raparigas, que ainda há pouco mais de 20 anos passava pela obrigatoriedade de assegurar a sua virgindade até ao casamento, não deixa ainda hoje de se fazer sentir, embora de forma mais atenuada e em certos contextos sociais. Também aqui se nota a interferência, de forma subtil, de critérios sobre o comportamento moral, e as suas diferentes regras para os dois sexos, nas inclinações do coração, revelando-se novamente a relação estreita entre amor e relações

sociais que Goode enuncia. Com este autor produz-se um frutuoso encontro entre o amor e a sociologia.

Como vimos, Goode chega às suas propostas, fundamentalmente, a partir de duas perspectivas. Por um lado, parte da comparação com outras culturas de forma muito sistematizada e abrangente, apoiando-se num vasto leque de pesquisas empíricas de várias latitudes e continentes, para concluir sobre a existência de uma certa transversalidade do controlo sobre os aspectos disruptivos do amor. Por outro, para localizar o amor na estrutura social, centra-se, na escolha do parceiro, analisando os diferentes padrões que o controlo sobre essa escolha assume em diferentes sociedades e estabelecendo assim a diversidade das relações entre estrutura social e amor.

As promessas improráveis do amor

A perspectiva de Luhmann, que, já em meados dos anos 80, volta a pegar no tema (Luhmann, 1986), apesar de ter alguns pontos de contacto, é bastante diferente da de Goode. O autor alemão, também preocupado com as relações entre o sistema social e o que designa como meios de comunicação simbólica generalizada, trata a temática do amor-paixão como um estudo de caso exactamente sobre a emergência desses códigos de comunicação simbólica generalizada. Em vez da primazia à sincronia e à comparatividade de Goode, Luhmann propõe uma abordagem histórica a partir de textos e narrativas através dos quais procura analisar o surgimento do código e da nova semântica do amor.

Depois de mostrar as especificidades da afirmação da "semântica" do amor romântico na França, na Alemanha e na Inglaterra, associando a sua afirmação a outros aspectos do desenvolvimento dos sistemas sociais e também do contexto filosófico mais global de cada país, Luhmann revela as contradições em que essa "ideologia" parece, desde logo, estar encerrada. Alimenta-se da noção de fruição do eu e da multiplicidade das experiências, mas, ao mesmo tempo, sublinha a distância e a esperança mais do que a satisfação imediata do desejo. Mostra como este "complexo semântico" accentua as diferenças entre homens e mulheres — "o homem amava amar, a mulher amava o homem"¹² (Luhmann, 1986: 136).

Traça-nos, em suma, um retrato riquíssimo e muito informado, até chegar à análise da relação entre o casamento e o amor romântico nos nossos dias, explicando que as mudanças socioestruturais e a diferenciação dos sistemas que permitiram que os laços familiares e de parentesco deixassem de ocupar lugar central na regulação das funções económicas, políticas e religiosas, tornando assim possível uma relação mais próxima entre inclinação amorosa e casamento. Por sua vez, as narrativas românticas vinham ganhando terreno e difundindo-se criando novas éticas de comportamento e generalizando-se gradualmente a toda a Europa desde o século XVII. Daí que, para Luhmann,

este estudo de caso constitua também excelente ilustração do que ele considera ser o surgimento dos meios de comunicação simbólica generalizada. Na verdade, o modelo do amor romântico acaba por se generalizar e impor, com adaptações, às sociedades ocidentais desde essa época até aos nossos dias.

Assim, se as estruturas sociais estavam preparadas para que as relações familiares pudessem assumir novas configurações também estava já disponível a semântica do amor romântico, capaz de funcionar como modelo e código dos novos comportamentos. Assumindo tendências diferenciadas de acordo com os países, em França orientada para as paixões fora do casamento, na Inglaterra mais voltada para a domesticidade e na Alemanha, em parte, para a educação, a nova semântica do amor dava resposta aos anseios de liberdade de escolha no casamento: "Pelo fim do século XVIII a unidade entre o casamento por amor e o amor conjugal era geralmente professada como o princípio da natureza perfeita da humanidade" (Luhmann, 1986: 146).

Mas com a sua associação ao casamento, o amor romântico, o amor pai-xão, foi assumindo versões mais suavizadas, chegando mesmo a começar a esboçar-se a separação entre paixão — vertigem, desordem — e amor e até a criticar-se o casamento só por paixão (Luhmann, 1986: 148). Começam também a mostrar-se os problemas da trivialização do sentimento amoroso ao longo do casamento, verificando-se a distância entre o amor, só para alguns, visto e popularizado nos livros e nos filmes e o quotidiano conjugal. Retrabalhou-se, assim, o código, suavizam-se os seus aspectos mais "apaixonados" da primeira metade do século XVII.

O desenvolvimento de uma nova semântica da intimidade relaciona-se também com os movimentos de diferenciação dos sistemas sociais. Na verdade, o desenvolvimento económico e as relações de mercado, a opacidade das relações sociais, afirma Luhmann, impõem a distinção cada vez mais clara entre "as relações impessoais e as pessoais" (Luhmann, 1986: 152). A generalização das relações impessoais e dos critérios de comportamento universalistas em contextos em que os indivíduos não são reconhecidos enquanto tal e, em que, nas suas múltiplas funções, não assumem a unicidade das suas

experiências e da sua identidade, tem como consequência a necessidade de intensificação das relações pessoais: "Uma vez que esta experiência básica da diferença entre relações impessoais e pessoais se tornou conhecimento comum, uma vez que se tornou verdadeira para toda a gente, independentemente do sexo e do estrato social, ela tem de cristalizar o desejo de relações pessoais, de uma maior interpenetração, a um nível mais profundo e fazê-lo aparecer como ainda mais inatingível" (Luhmann, 1986: 153).

A identificação desta nova semântica da intimidade, segundo Luhmann, acaba por nos conduzir aos paradoxos e dificuldades dos nossos dias. De um lado, e devido às transformações socioestruturais, os indivíduos têm mais autonomia em relação às instituições, o que se traduz em maior margem de manobra individual. A crescente paridade entre homens e mulheres é exemplo dessas transformações e dessa maior autonomia. Mas, por outro lado, a necessidade da intensificação das relações pessoais aumenta as expectativas em relação ao desejo de ser compreendido pelo outro e torna-se difícil, senão impossível, que o seu retrato idealizado se sustente no quotidiano (Luhmann, 1986: 165). Expectativas mais elevadas implicam também, ao não serem ajustadas à realidade, maiores desilusões, crescente instabilidade e incerteza. E o autor termina afirmando que o amor, nas sociedades contemporâneas, promete muito, mas acaba por dar pouco. O código do amor transformou-se de um ideal, através dos paradoxos referidos, num problema.

No passado tinham sido levantadas algumas objeções a este acento tónico de Luhmann no lado da improbabilidade do amor (Torres, 1987). Na investigação sobre o casamento voltou a ser abordado este tema já que se operacionalizou especificamente a questão do sentimento amoroso. Os entrevistados nessa pesquisa fazem também nítida separação entre paixão e amor conjugal. Embora as experiências sejam diversas, alguns dos mais jovens relatam que, tendo sido a paixão o motor inicial da aproximação entre os cônjuges, ela se veio a transformar, mais tarde, num sentimento tranquilo, que se foi construindo e cimentando ao longo da relação.

Não nos aparece assim a imagem dilacerada — grandes promessas, fracas realidades — que pode estar implícita nas análises de Luhmann, embora se tenha encontrado, igualmente, uma ou outra situação conflitual. Situações essas, aliás, que se ajustam bem ao problema dos paradoxos e contradições focados pelo autor alemão, nomeadamente, quando se nota o desajuste entre expectativas perante o comportamento do outro e realidades vividas no quotidiano.

A relação pura e o amor confluyente

Vale a pena ainda referir duas propostas de Giddens (1991, 1992). A primeira diz respeito ao que o autor considera ser uma tendência da "modernidade

12 Esta perspectiva da assimetria dos sexos e do papel dos homens no amor romântico está bem ilustrada em várias obras de que o de *L'Amour* de Stendhal (1962), escrita no primeiro quarto do século XIX, é apenas um brilhante exemplo. Trata-se quase de um manual de bem amar, obra de um homem sensível destinada a outras almas sensíveis, em que se ensina a distinguir entre a simples galanteria ou o amor-gosto das verdades e desinteresses das paixões, que se dão bem melhor com a espontaneidade dos sentimentos do que com retórica. A explicação da assimetria entre homens e mulheres, reservando aos primeiros um papel activo e às segundas um papel expectante, relaciona-se ainda com as atribuições familiares da mulher, necessitando esta de se defender de propósitos menos honestos. Enquanto as mulheres deveriam preservar a sua intimidade, só se entregando por amor uma vez e para todo o sempre, para os homens o exercício das artes do amor só poderia trazer experiência, sabedoria, aperfeiçoamento, sensibilidade.

tardia" no domínio das relações conjugais. Tender-se-ia para um modelo auto-referenciado, que Giddens denomina de *pure relationship* e que se materializa, entre outros aspectos, no facto de as relações entre parceiros não se pautarem por padrões estabelecidos ou impostos do exterior, mas antes por critérios definidos pelos parceiros conjugais e em torno do que estes consideram ser a qualidade intrínseca da relação.

Outra proposta de Giddens (1992) refere-se à passagem do modelo do amor romântico ao amor confluyente (*confluent love*). De certo modo também associada à primeira proposta, esta outra tem em conta as mudanças verificadas quanto ao estatuto das mulheres. O facto de se tender cada vez mais para relações igualitárias entre homens e mulheres põe em causa modelos anteriores segundo os quais eram essencialmente as mulheres que alimentavam uma visão romântica das relações conjugais e em que eram sobretudo elas que mais se sentiam implicadas na componente emocional e afectiva dessas relações. O *confluent love* (Giddens, 1992: 61) seria a tendência para uma implicação afectiva e emocional igualmente partilhada entre homens e mulheres, também porque se trata hoje de trocas entre parceiros que estão cada vez mais próximos no plano do desempenho dos papéis sociais. Subjacente a estas propostas está uma análise interessante dos efeitos das mudanças no estatuto feminino, no plano mais vasto das relações entre sexos, e que a ambos diz respeito.

Esta análise aproximava-se muito dos interesses e das problemáticas da pesquisa sobre o casamento. Contudo, e em alternativa à ideia de amor-confluyente, julgamos mais ajustada às realidades analisadas a ideia de amor-construção (Torres, 2000a).

A individualização, a igualdade entre homens e mulheres e o amor

A ideia segundo a qual o amor é a religião secular das nossas sociedades surge com Beck e Beck-Gernsheim, autores de um livro significativamente intitulado *The Normal Chaos of Love*. Baseiam-se numa análise muito extensa e bem fundamentada das relações familiares recentes na Alemanha, que foca, entre outras realidades, o aumento do divórcio e das famílias recompostas, a descida abrupta da taxa de natalidade, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Assumindo depois, claramente, que se debruçam sobre as tendências mais recentes — com manifestações muito diferentes nas diversas zonas geográficas e sociais da Alemanha — observáveis fundamentalmente nas grandes cidades. Accentuam, assim, a crescente tendência global para a individualização e o maior protagonismo dos indivíduos na construção do seu próprio destino no campo das relações amorosas e sentimentais.

Para os autores, a fé no amor está ligada à sua falta de tradição. Chega depois dos partidos, dos credos, das grandes narrativas e nasce também

depois da quebra dos tabus em relação às liberdades sexuais (Beck e Beck-Gernsheim, 1990, 1995: 177). Trata-se de uma religião sem igrejas e sem padres: "nós" somos o seu templo e os nossos desejos as suas orações. Tal como Luhmann, os autores não deixam de focar os paradoxos envolvidos nos comportamentos recentes, nomeadamente o contraste entre experiência vivida e valores, orientações, expectativas. Outras são as ideias de P. Bourdieu.

Ao abordar a problemática da dominação masculina, Bourdieu (1998) interroga-se, em cerca de quatro páginas, sobre a possibilidade de, no quadro da relação homem/mulher, o amor funcionar como elemento de neutralização dessa dominação: será que o amor "suspende a relação de dominação masculina e a sua violência simbólica ou não deixa de a perpetuar com subtilidade?" (Bourdieu, 1998: 116).

A resposta de Bourdieu parece clara. É possível que o amor tenha esse poder de suspender a dominação masculina, mas há condições para que ela possa de facto ocorrer. Por um lado, não se trata de uma aquisição de uma vez por todas: "só através de um trabalho de todo os instantes, recomegado sem cessar, se pode arrancar às águas frias do cálculo, da violência e do interesse, essa 'ilha encantada' do amor, esse mundo fechado e perfeitamente autárquico que é o lugar de uma série continuada de milagres: o da não-violência, que torna possível a instauração de relações fundadas na plena *reciprocidade* e autorizando o abandono e a entrega de si; o do reconhecimento mútuo, que permite, como diz Sartre, o sentir-se justificado por existir' (...); o do *désinteresse* que torna possíveis as relações desinstrumentalizadas (...)" (Bourdieu, 1998: 117). A igualdade entre pares, no contexto da relação amorosa, constitui assim peça fundamental para que o milagre que suspende a dominação se concretize: "o sujeito amoroso só pode obter o reconhecimento de um outro sujeito, mas que abdique, como ele próprio, da intenção de dominar." (Bourdieu 1998: 119).

E Bourdieu continua, num texto que trai o sujeito que fala do que sabe porque ama ou amou, falando da relação amorosa com um outro igual na procura de comunhão e fusão, testemunhada na utilização sem cessar de redundâncias, como os repetidos "amo-te, amas-me?" e na atribuição de inúmeros nomes carinhosos e dos termos com que se "nomeia" o outro.

Termina, em sentido convergente com os autores que temos vindo a referir, mostrando como o amor pode surgir como um lugar de transcendência e de resistência às instituições. "Reconhecimento mútuo, troca de justificações de existir e de razões de ser, testemunhos mútuos de *confiança*, tantos sinais da reciprocidade perfeita que confere ao círculo no qual se encerra a vida amorosa, unidade social elementar, inseparável, e dotada de uma poderosa autarcia simbólica, o poder de rivalizar vitoriosamente com todas as consagrações que se pedem habitualmente às instituições e os rituais da 'Sociedade', esse substituto mundano de Deus".

Relações afetivas, o amor e o casamento: um olhar específico

Procurando fazer uma pequena síntese, pode concluir-se que, apesar da diversidade das propostas analisadas, há dois temas que as atravessam e aproximam. Trata-se, por um lado, do tema da relação entre modernidade e amor romântico e, por outro, da questão dos efeitos da chamada questão feminina na vivência do sentimento amoroso. Embora elas sejam temáticas associadas entre si, vale a pena, num primeiro momento, distingui-las.

Quanto ao primeiro tema, o que parece mais interessante reter é a ideia de que a crescente individualização, representando maior margem de liberdade e de escolha no plano das relações conjugais e familiares, tem igualmente consequências complexas, criadoras de novas dificuldades. Os autores não são os primeiros a fazer a análise desta relação entre modernidade e amor romântico,¹³ mas é nova a forma sistemática como abordam o tema e o estatuto central que atribuem à articulação dos chamados níveis macro e micro. A partir destas propostas passam a encarar-se, de forma muito directa, as interinfluências que se estabelecem entre a vida pessoal, intimidade, e estruturas ou sistemas sociais, tornando-se mais difícil pensar a vida quotidiana desentrançando-a dos seus contextos de ocorrência. Por aí surge uma das vias que permite e facilita a operacionalização, a transformação das propostas teóricas em questões específicas ao real, tal como se procurou fazer na pesquisa sobre a conjugabilidade.

O segundo tema, referido aos efeitos da tendência para a igualdade entre homens e mulheres na forma como se vivem as relações familiares, conjugais e amorosas, parece também atravessar as perspectivas focadas. É este, de resto, o objecto de vários dos artigos que já nos anos 90 procuram explorar a relação entre intimidade, emoções, amor e género. Embora a emancipação feminina e os seus efeitos na relação amorosa já tenham sido analisados por Simmel (1988) ou por Octávio Paz — “não há amor sem liberdade feminina” (Paz, 1993, 1995: 54) — a verdade é que as transformações dos últimos 40 anos tornaram ainda mais óbvia essa relação.

Associando os dois temas que atravessam as perspectivas dos autores focados, é-se reconduzido novamente ao problema que desde o início tem estado presente neste trabalho e que indaga sobre a relação entre a chamada questão feminina e a conjugabilidade nas sociedades contemporâneas. Vejamos então como, a partir dos contributos dos autores e das nossas próprias interrogações de pesquisa se procurou operacionalizar a questão do sentimento amoroso.

A afectividade constitui uma das dimensões das relações sociais,

dimensão que contem a vertente amorosa mas, também, todas as outras formas de afectividade: a maternal, a paternal, a erótica e sexual, a amizade, o companheirismo. O afecto produz “obras”, pessoas, é uma forma de criação por excelência da vida social em sentido metafórico e real.

Já desde os clássicos gregos até aos românticos se procurou sempre identificar distinções nas diferentes formas de exprimir os sentimentos e emoções. A associação entre amor e casamento é, em todo o caso, mais recente. Quando era dominante o casamento por interesse, por exemplo, era essencialmente fora da lógica conjugal que o amor encontrava os seus protagonistas e as suas musas. Hoje, ele é claramente considerado como único fundamento legítimo para o casamento. Chega mesmo a ganhar mais espaço, subvertendo o imperativo heterossexual, tornando-se também pretexto para uniões homossexuais cada vez menos encaradas como desviantes.

O aumento do divórcio vem, por outro lado, revelar que a relação conjugal e o amor estão particularmente sublinhados, assumem importância central na vida dos indivíduos. Mesmo que à primeira vista os laços conjugais pareçam frágeis, porque baseados no sentimento que é aparentemente mais efêmero, a verdade é que os indivíduos tendem para a relação dual, que conserva todo o seu poder atractivo sobrevivendo mesmo a eventuais decepções.

Defendeu-se em trabalhos anteriores a necessidade de investigar que configurações assume o sentimento amoroso nos diferentes contextos sociais, quais os sentidos atribuídos à comunicação amorosa, que distância ou que proximidade se podem estabelecer entre amor e conjugabilidade. Por outras palavras, pretendia-se saber se, para além das emoções associadas ao sentimento amoroso virtualmente vividas de forma semelhante, não se encontrariam formas de experimentar e falar do amor que remetessem para sentidos diferentes.

Pretendeu-se na investigação sobre o casamento operacionalizar esta interrogação, procurando captar como o amor é percebido nos diferentes momentos do ciclo de vida conjugal, e se, através de palavras diferentes, se estão ou não recobrimdo emoções e sentidos idênticos. Partindo do princípio que se tende a assumir explicitamente o amor como fundamento das relações conjugais contemporâneas, seria interessante verificar se este sentimento perdura, se desgasta, ou se reconstrói, assumindo outros sentidos; ou ainda, se se vive o casamento mais como estatuto, mais como expressão do amor parental, ou mais como relação dual fortemente investida do ponto de vista amoroso. Estarão os parceiros conjugais mais próximos de Eros ou de Agapé? Que influências tem o ciclo de vida conjugal nesta proximidade? Que diferenças se podem encontrar entre homens e mulheres a este respeito?

Foi este o sentido de algumas das interrogações a que se procurou dar resposta na pesquisa sobre assimetrias sociais e de género na conjugabilidade.

13

Também Weber se referia, de forma um pouco diferente é certo, à relação entre modernização e amor romântico (Jindholm, 1998; Jackson, 1993); Norbert Elias abordou igualmente, como se indicou atrás, esta relação.

Casamento, dominação masculina e transformações recentes

Numa colectânea de textos sob o título *La Domination Masculine*, P. Bourdieu propõe-se explicar os mecanismos que dão origem à dominação dos homens sobre as mulheres, procurando também analisar os processos de mudança e permanência ocorridos neste âmbito nos últimos anos. Trata-se de uma visão abrangente dos condicionamentos da situação das mulheres que quer dar resposta a algumas interrogações essenciais. Vejamos como.

Num primeiro texto, e buscando inspiração em resultados de pesquisa realizadas há já alguns anos sobre a tradição Kabyle, Bourdieu desenvolve algumas analogias para explicar a dominação masculina nas sociedades modernas. Exercício arriscado, já que não raras vezes parecem forçadas algumas tentativas de transposição das realidades dessas sociedades para as sociedades contemporâneas ocidentais. Mas Bourdieu justifica o exercício afirmando que é preciso introduzir distância em relação aos objectos de análise demasiado próximos, que quer identificar os invariantes observáveis "apesar de todas as mudanças visíveis na condição feminina" (Bourdieu, 1998:10) e que eles precisavam de ser retirados da invisibilidade histórica.

Os "invariantes" são esquemas de pensamento que constituem o cerne da organização social androcêntrica na sociedade Kabyle e que também existem nas nossas sociedades. Trata-se da perspectiva de uma divisão básica do mundo entre homens e mulheres, manifesta num conjunto de oposições fundamentais que concedem sempre ao pólo masculino a supremacia. Oposições do tipo: alto/baixo; por cima/por baixo; seco/húmido; claro/escuro; de fora (público) / de dentro (privado); dominante/dominado, etc. (Bourdieu, 1998:13). Claro que já não são estas oposições nem esta cosmogonia que caracterizam o androcentrismo nas sociedades urbanas modernas, segundo o que se pode deduzir do que Bourdieu afirma, mas o autor insiste que elas fazem sentido, considerando que é grande o peso dos condicionamentos que neste campo permanecem mesmo ao nível do inconsciente. Isso mesmo torna difícil a própria consciência da dominação por parte dos dominados, situação que contribui para explicar os limites que os avanços na igualdade de oportunidades des entre homens e mulheres ainda têm.

Bourdieu afirma ainda que, ao contrário do que parece à primeira vista, não é a partir das diferenças biológicas entre os sexos que se constitui a ordem androcêntrica, mas exactamente o oposto: "não é o *phallus* (ou a sua ausência) que é o fundamento desta visão do mundo, mas é esta visão do mundo que, estando organizada segundo a divisão em *gêneros relacionais*, masculino e feminino, pode instituir o *phallus*, constituído como símbolo da virilidade, de ponto de honra (*mfj*) propriamente masculino e a diferença entre os corpos biológicos, em fundamentos objectivos da diferença entre os sexos, no sentido de gêneros construídos como duas essências sociais hierarquizadas" (Bourdieu, 1998: 28).

Trata-se de uma perspectiva interessante, reveladora do arbitrário cultural das hierarquias assim construídas entre os sexos. Recorde-se que já abordámos esta questão neste capítulo. Aliás, a desmontagem da ideia que confere ao biológico o poder explicativo das diferenças entre os sexos pode bem ser posto em causa através da experiência das sociedades contemporâneas. Se olharmos para as sociedades ocidentais, vemos que cada vez mais as mulheres desempenham de forma indiferenciada as tarefas que antes eram só atribuídas aos homens, reduzindo-se as diferenças de ocupação ou de interesses a limites mínimos. E não fazem mais, não por falta de "queda", por limite biológico ou por ausência de desejo, mas por que lhes são colocadas barreiras objectivas. Em contrapartida, e a título de exemplo, nas sociedades de religião muçulmana, depois de uma época, até aos anos 80 do século XX, em que lentamente se observava alguma evolução na situação das mulheres, verificou-se a partir daí e com o incremento do fundamentalismo, um revés ideológico que voltou a impor as antigas regras obsoletas. A ideologia e a política, o arbitrário cultural, impõem assim definições de lugares e papéis que estão muito para além dos condicionamentos biológicos.

Noutro texto, em que procura também identificar os "constantes esquecidos" mas, desta vez, centrando-se nas sociedades contemporâneas, Bourdieu mostra de forma mais sistemática não só os efeitos da dominação masculina no plano simbólico, como tenta entrelaçá-la no conjunto de condições objectivas que alimentam e realimentam essa mesma dominação.

Embora a dominação masculina tenha perdido a sua evidência mais imediata, pelo menos ao comparar a sociedade contemporânea com a Kabyle, para Bourdieu mantêm-se certos mecanismos que fundam essa dominação como uma "relação de causalidade circular que se estabelece entre as estruturas objectivas do espaço social e as disposições que elas produzem tanto nos homens como nas mulheres" (Bourdieu, 1998: 63).

Através das estruturas objectivas como através das disposições incorporadas, o mundo sexualmente hierarquizado impõe-se de forma "naturalizada" através de silêncios, injunções, ou ordens explícitas. O campo do que é fazível, adequado para um homem ou para uma mulher é assim dado (ou lembrado) como se se tratasse de opções perfeitamente naturais. "É, sem dúvida, no encontro entre as 'expectativas objectivas' que estão inscritas, sobretudo no estado implícito, nas posições oferecidas às mulheres pela estrutura, ainda muito fortemente sexuada, da divisão do trabalho, que as disposições das 'femininas' inculcadas pela família e por toda a ordem social podem realinhar-se e até ampliar-se, e encontrar-se da mesma forma recompensadas, contribuindo assim a reforçar a dicotomia sexual fundamental (...)" (Bourdieu, 1998: 64).

Os nossos resultados na investigação sobre o casamento mostram como parece ser exactamente desta forma "naturalizada" sem contestação, revolta

ou queixa submissa, que vemos algumas mulheres viverem situações objectivamente injustas (como a sobrecarga de trabalho doméstico ou o serem preteridas em termos profissionais) exactamente como se se tratasse de um destino natural ou uma situação que à falta de alternativa, tende a ser vivida como inevitável (Torres, 2000a). Embora não seja esta a reacção de todas as mulheres, e se tenham encontrado nas entrevistas sinais de insatisfação e mesmo atitudes reivindicativas, o mais frequente é mesmo um certo conformismo naturalista, ou, pelo menos um "bon senso" adequado às circunstâncias: se não podem combatê-los...

Mas se há coincidência entre expectativas objectivas e disposições incorporadas, a verdade é que as expectativas têm vindo a ser alteradas. E de modo algum se pode pensar as mulheres como um grupo homogéneo. As expectativas das mulheres com formação de nível universitário são quase sempre muito mais elevadas em termos de realização pessoal fora do casamento e não raras vezes se presente insatisfação e desconforto no seu discurso, exactamente porque há desconcórdia entre expectativas e realidade. Mas à parte estes sinais de mudança, a que Bourdieu parece estar menos atento, não deixa de ser verdade, em termos globais, que ele propõe um diagnóstico realista da situação vivida por muitas mulheres.

O autor vai enunciando, através de vários exemplos, as dificuldades femininas em assumir outra posição que não a esperada e o preço duro que, por vezes, têm de pagar quando rompem essas expectativas. Refere ainda as inseguranças originadas pela dominação masculina que transforma as mulheres em objectos simbólicos (e corpos) destinados não a *ser*, mas a constituir uma imagem para os outros. Situações que estão muito bem retratadas em numerosos e variados estudos no âmbito do feminismo, mas também no domínio da antropologia, da psicologia social e da sociologia.

Permanência e mudança

Mas é preciso responder a um problema que as transformações dos últimos anos torna incontornável. No plano da dominação masculina o que mudou, o que permanece? É o tema que Bourdieu aborda também neste seu livro. Para sintetizar, ele considera que a dominação masculina persiste, no essencial, nas sociedades contemporâneas, através das instituições e mecanismos encarregados de a reproduzir — a família, o estado e a igreja. As modificações nestas instituições não foram apesar de tudo de molde, na opinião de Bourdieu, a mudar o sentido dessa dominação, limitando-se a introduzir alguma mudança relativa de posições.

A transformação mais relevante consistiria no facto de a dominação masculina não constituir já uma evidência inquestionável, sobretudo devido ao trabalho crítico do movimento feminista. Outras mudanças mais

significativas estão ligadas à escola, ao acesso das mulheres à independência económica e à mudança nas estruturas familiares.

Mas, realista, trata-se de mudanças que escondem permanência nas posições relativas. E os exemplos são os já conhecidos: as mulheres não chegam aos postos de topo nas empresas, nas fileiras de ensino continuam a ser minoritárias nos domínios das ciências biológicas e físicas (o que não é verdade para Portugal onde as mulheres estão em maioria quer em medicina quer nas faculdades de ciências), continuam a ocupar maioritariamente as profissões que podem ser entendidas como prolongamentos das funções tradicionais — cuidadas de saúde, ensino, serviços. As posições de autoridade continuam a não ser assumidas pelas mulheres e também não são elas a desempenhar funções de carácter técnico ou onde se lida com máquinas (também depende do tipo de máquinas...).

Bourdieu fala ainda de outros temas mais conhecidos a que já fizemos referência, como a desvalorização do trabalho doméstico desempenhado pelas mulheres. Finalmente, considera, como de resto também de outra forma outros já tinham proposto, que se deve ter em conta a totalidade dos espaços em que se exerce a dominação e as relações que se estabelecem entre eles, condição para perceber o fenómeno nos seus múltiplos aspectos: "as mudanças visíveis que afectaram a condição feminina mascararam a permanência das estruturas invisíveis que só podem ser trazidas à luz do dia por um *pensamento relacional* (sublinhado nosso) capaz de pôr em relação a economia doméstica, portanto a divisão do trabalho e dos poderes que a caracteriza, e os diferentes sectores do mercado de trabalho (os campos) onde os homens e as mulheres estão envolvidos" (Bourdieu, 1998: 113).

Na mesma linha refere que se deve pensar nos constrangimentos que a estrutura do espaço doméstico (actual ou virtual) faz pesar sobre o espaço profissional (Bourdieu, 1998: 114) e, acrescentamos nós, na senda de Battaglia, importa ter também em conta a relação inversa. Bourdieu considera ainda que é fundamental ter em conta as formas variadas que assume a dominação masculina nos diferentes espaços sociais. Ou seja, e tal como temos vindo a sublinhar até aqui, importa analisar as diferenças de contexto social de forma articulada às de género; e importa também integrar nos nossos esquemas de análise, tal como temos procurado mostrar, os constrangimentos que se impõem aos actores sociais, quer no plano das condições objectivas de inserção no mundo do trabalho ou na família, quer no plano simbólico.

Sabe-se que Bourdieu é particularmente arguto a detectar os mecanismos da reprodução das desigualdades, mas menos atento na avaliação das hipóteses ou mesmo da realidade da mudança. Tal limitação tinha já sido particularmente visível quando, ao estudarmos a questão do divórcio, se revelou menos útil a operacionalização de alguns dos seus conceitos, nomeadamente o de estratégias matrimoniais (Torres, 1996). Ele parecia definido, com efeito, em função de realidades vividas nas áreas rurais e menos nas urbanas ou

onde predominam as classes médias. Também agora poderíamos dizer que seria difícil, a partir do esquema de pensamento de Bourdieu, prever há 20 ou 30 anos atrás a existência nos finais dos anos 90 de mais mulheres do que homens com formação de nível universitário na União Europeia. E se bem que, tal como Bourdieu mostra, os limites desses avanços sejam reais, a verdade é que no espírito plano objectivo eles representam uma mudança de expectativa e de perspectiva em relação a um passado ainda recente. Se essa mudança fosse esquecida, tornar-se-iam invisíveis muitas dimensões do problema em análise. Na verdade, as transformações dos últimos 40 anos no campo da família, do casamento, da situação das mulheres, são muito significativas e têm de ser entendidas de forma interligada.

Voltemos assim à velha, e sempre nova, questão procurando as respostas de outros autores: O que mudou então nas relações familiares e conjugais nos últimos anos? A resposta de Kellnerhals, no início dos anos 80, mantém-se perfeitamente actual. Assiste-se hoje como tendência dominante, apesar da pluralidade dos tipos de família, ao primado do indivíduo sobre a família — primado do “eu” sobre o “nós-casal” — o que significa que é em função do bem-estar de cada um dos cônjuges que se definem as regras e as formas de regulação nas interações conjugais. Contudo, esse primado do eu deve ser entendido não tanto como a afirmação do mero egoísmo mas mais como valor ou referência que se invoca em situações limite, quando o bem-estar do indivíduo fica claramente em causa.

Como se chegou a este modelo dominante? Kellnerhals considera que, no plano das relações familiares e no processo sociohistórico, há três movimentos consecutivos: da comunidade para a família, da família para o casal e deste para o indivíduo. Tais movimentos sucessivos originam tensões, nomeadamente as que se tendem a operar entre individualismo e fusão. Os indivíduos podem sentir dificuldades resultantes da gestão de uma dupla obediência: a lealdade a si próprios, a lealdade ao colectivo familiar (Kellnerhals, *et al.*, 1982). Vejamos melhor estes processos de transformação.

O recolhimento para o indivíduo não tem a ver, na óptica de Kellnerhals, com a nuclearização, mas com o surgimento do “sentimento doméstico”. Elhá três modificações fundamentais que dão origem ao surgimento desse sentimento doméstico: o espaço doméstico especializa-se na intimidade conjugal; desenvolve-se o sentimento maternal e o da infância; acentua-se a ideia do amor-romântico. O casal torna-se, assim, foco central onde se concentram as esperanças dos indivíduos, também porque se constitui como novo modelo cultural.

Mas ao contrário do que defendem os funcionalistas, não é por razões funcionais que o casal assume este lugar de relevo. Lembre-se que, naquela lógica, se diagnostica uma divisão funcional entre a esfera familiar e a esfera do trabalho: o sistema familiar apoia-se na gratuidade, no afecto e nas relações desinteressadas, obedecendo a lógicas opostas às que funcionam no

quadro exterior das relações mercantis, que são as da competição e dos consangüinamentos económicos. Seria por representar esse oásis, esse repouso, que, na perspectiva funcionalista, o casal assumiria tanta importância. Para Kellnerhals são outras as razões para a centralidade da relação conjugal.

Em primeiro lugar, estas novas perspectivas sobre o casal constituiriam sobretudo um modelo cultural. É fundamental distinguir, assim, entre esse modelo como esperança, promessa cultural e como ficção da própria realidade. Aliás, também há razões específicas que conduzem a acentuar a intensidade da esperança nesse modelo. As relações sociais foram sectorializadas — só no contexto da família cada um aparece inteiro e independente deste ou daquele papel parcial que desempenha. O trabalho torna-se burocratizado e desinteressante e não oferece a realização pessoal prometida, enquanto se fala constantemente na importância do quotidiano de bem-estar. Os laços comunitários atenuam-se e os simbólicos associados ao transcendente também. É a conjugação de todos esses factores que sugere, então, que o sentido passe a ser procurado, fundamentalmente, na relação conjugal, no amor romântico. Em síntese, “o processo histórico e social e as estruturas ideológicas contemporâneas dão ao casal fusional um lugar de primeiro plano como modo legítimo de realização de si” (Kellnerhals, *et al.*, 1982: 35).

Os mesmos factos, no entanto, que conduzem ao recolhimento sobre o casal e a vida familiar, contribuem também para a fragmentação destes. O *ethos* individualista entra na lógica conjugal. Os indivíduos devem obedecer a dois princípios: a si próprios, por um lado, e à família e à relação conjugal pelo outro. Tal dupla lealdade origina tensão entre individualismo e fusão. Mas as modalidades de resolução dessa tensão dependem, também, do estatuto social: há “mercados” variados para investir a satisfação e a realização pessoal. Nem todos podem investir em cada um dos mercados, as possibilidades de investimentos alternativos são também mais limitadas para uns do que para outros.

Na opinião de Kellnerhals, os indivíduos são igualmente levados a fazer o balanço entre a ficção da mudança e do bem-estar permanente e as vantagens da segurança e da continuidade. A tendência para a ideia de que lá, noutro lado, é certamente melhor, ou dito por outras palavras, que a felicidade mora sempre ao lado, reforça-se e pode acabar por se tornar recorrente.

Em síntese, o desenvolvimento histórico das representações sobre a família e a vida conjugal abriga uma dupla tensão entre individualismo e fusão, entre mudança e continuidade (Kellnerhals *et al.*, 1982: 135).

Esta abordagem encerra elementos de análise de grande relevância. Ao procurar captar as grandes tendências de mudança no campo das relações conjugais, o autor passa dos níveis de análise macro para o micro, mostrando como se podem retraduzir no plano da realidade quotidiana do casamento os traços do processo sociohistórico. Consegue ainda apontar tendências de fundo, sem ignorar as diferenças de estatuto social que acabam por

reconfigurar a forma como essas novas tendências são vividas nos diferentes contextos sociais. Presta-se ainda esta perspectiva de forma adequada à operacionalização. Encontramos, por exemplo, através da análise das entrevistas da investigação sobre o casamento sinais claríssimos dessas tensões entre função e individualismo e entre continuidade e mudança.

No plano teórico, outra importante contribuição de Kellerhals parece ser ainda a de uma ruptura positiva e construtiva com a perspectiva mais estritamente funcionalista. Na verdade, ele sublinha a existência de contradições, tensões e conflitos, rompendo, no plano epistemológico e teórico, com um dos princípios que sustenta toda a lógica funcionalista, a saber, o da tensão dos sistemas para uma espécie de equilíbrio natural. No plano da família, e muito para além das correntes funcionalistas, têm sido muito insistentes e pervasivas as visões que tendem a dar da vida familiar e conjugal uma imagem adocicada de refúgio e bem-estar, locais de onde estão ausentes conflitos e tensões. Ora cada vez mais nos últimos anos, essa imagem tem sido questionada, tendo contribuído também para esse questionamento posições teóricas como as de Kellerhals.

Na investigação sobre a conjugalidade procurou-se adequar parcialmente tais posições. Quanto à ideia de processo de individualização, a intenção foi comparar homens e mulheres, admitindo que esses processos de individualização fossem diferentes em função do género. Além das perspectivas sobre o decurso da vida conjugal tratou-se também de perceber as posições perante a profissão de ambos os sexos para avaliar hipóteses de investimento em áreas alternativas. Outros domínios de análise empírica foram igualmente abordados. A partir da hipótese de que as tensões de que se falou assumissem contornos diferenciados em diferentes pontos da trajetória conjugal, distinguiram-se momentos da vida conjugal através da variável duração do casamento. Porque a duração do casamento remete também para a variável idade, foram tidos em conta os modelos culturais de mulheres e homens casados de gerações diferentes, mas também de classes sociais distintas. Pretendia-se ver se em Portugal, nos últimos anos, se poderia falar do surgimento de um modelo cultural nos moldes referidos por Kellerhals.

Quanto às posições de Singly a respeito dos elementos chave de mudança no âmbito do casamento e da família, propostas, em todo o caso, mais recentes do que as de Kellerhals, tidas em conta. Assinale-se apenas, devem também ser sinteticamente, alguns dos seus elementos centrais.

Para Singly (1993) há três traços característicos da família na sua versão contemporânea. O primeiro, diz respeito ao facto de a família ser fundamentalmente relacional, considerando o autor francês, na senda de Durkheim, que nela se valorizam mais as relações pessoais do que os bens materiais. Em segundo lugar, a família contemporânea estaria entre o privado e o público, sublinhando também como já o fazia o fundador da sociologia, o papel de certo modo intervencionista do Estado como regulador de conflitos e decisões e

a sua acção como agente socializador das crianças. Em terceiro lugar, afirma o carácter "individualista" da família contemporânea, querendo significar com esta classificação o facto de cada vez mais se ter em consideração os direitos, o bem-estar e a autonomia dos indivíduos no contexto familiar. E finalmente, considera Singly que dado o carácter relacional da família e as características de centramento da relação conjugal falta horizonte intergeracional à família contemporânea.

A problemática da mudança social, no domínio específico da família e do casamento, tem sido também abordada por autores portugueses que cons tituíram referência importante para a pesquisa sobre o casamento (Torres, 2000a).

Nelson Lourenço, por exemplo, chama a atenção para a dificuldade em distinguir, a propósito da reprodução dos sistemas sociais e dos processos de mudança, o que permanece do que muda: "as noções de invariância e de mudança surgem aos observadores com intensidades diferentes, isto é, enquanto as transformações são directamente observáveis, os elementos invariáveis apenas se destacam como resultado de um processo de abstracção, sendo por isso difícil a sua apreensão" (Lourenço, 1991: 140). E também impossível perceber o que muda sem definir referentes temporais e qual o nível de abstracção retido na análise.

Vêm essas observações a propósito dos processos de mudança no âmbito de uma pesquisa que teve, entre outros objectivos, o de procurar compreender as relações que se estabelecem entre sistema produtivo e sistemas familiares, num contexto particular das transformações ocorridas numa sociedade rural que conheceu a penetração da indústria.

Na verdade, as mudanças observadas apontam para a reprodução dos sistemas familiares através de um processo de "continuidades e desconinuidades". Verifica-se a manutenção de lógicas tradicionalistas enquanto que se desenrola o processo de entrada da indústria na zona rural estudada, entrada essa a que, habitualmente, se associa o modelo de modernização. Mas tais elementos tradicionalistas combinam-se de forma peculiar com a descida da idade do casamento ou a nuclearização da família e ainda outras mudanças em relação ao passado que testemunham os efeitos do surgimento de novas estratégias individuais e familiares. Isto é, são os contornos específicos dos processos sociais que importa analisar, para compreender melhor o que permanece e o que muda. As pistas de interpretação, a partir das sugestões de Nelson Lourenço, revelaram inequívoca utilidade apesar das diferenças dos problemas e dos contextos de análise empírica na pesquisa sobre a conjugalidade.

No seu trabalho, o autor sublinha igualmente, de forma muito nítida, as capacidades dos actores sociais no contexto das lógicas familiares, entendendo-os como verdadeiros dinamizadores da mudança social e não apenas agentes reactivos de adaptação a ela. A utilização da família como unidade de

análise revelou-se, também aqui, um poderoso revelador da inventividade das estratégias de reprodução social dos grupos domésticos.

A proposta de Karin Wall, também lidando com uma problemática de lavradores e camponeses, confronta-se igualmente, de forma directa, com a questão da mudança. Aí se utilizam algumas das propostas teóricas que partilhamos no nosso trabalho. A linguagem comum permite e facilita o diálogo, não obstante as claras diferenças de horizonte empírico.

Apesar das especificidades da situação nas sociedades rurais analisadas e da sua heterogeneidade interna, não deixam de surgir sinais de transformação na família que em contextos urbanos estão em curso. Assim, nas famílias de lavradores, assiste-se à valorização da relação conjugal e as regras da troca tendem a pautar-se pela fusão e pela partilha comunitária, perdendo vigor as lógicas mais autoritárias da submissão total dos filhos à vontade dos pais; o gosto, as preferências, o sentimento, são mais valorizados do que no passado; a escolha conjugal tende a assentar no entendimento a partir da afinidade profissional e pessoal e já não tanto na imposição do exclusivo interesse patrimonial; e, quanto às finalidades da vida familiar, "o respeito pelas exigências da produção agrícola moderna não deve sobrepor-se a um certo bem-estar familiar, conjugal e individual" (Wall, 1998: 331).

Estas tendências, porém, só se fazem sentir nalguns planos, visto que existe " (...) uma dupla lógica de funcionamento; no plano das representações é uma ideia de uma vivência consensual e igualitária que predomina (...); em contrapartida, as práticas familiares assentam por vezes numa lógica de funcionamento menos fusional e mais desigual (...); a família não reage em bloco a essas mudanças o que mostra que "a relação entre mudança social e lógica familiar é insidiosa" (Wall, 1998: 335).

O que Karin Wall revela assim é que as famílias não são blocos monolíticos dotados de vontade colectiva. Elas estão internamente fraccionadas, podendo gerar-se no seu seio lógicas contraditórias e tensões entre os indivíduos que as constituem — entre mulheres e homens, entre mais velhos e mais novos — ou a partir de objectivos e interesses divergentes. Ocorrem assim oposições e negociações, num permanente vai e vem de trocas e de valores.

Excelente sugestão que envolve o rompimento com as lógicas funcionalistas, mostrando, por outro lado, as complexidades da relação entre família e mudança social: porventura nem todos querem o mesmo, nas mesmas alturas.

Trata-se aqui de questões que a cada passo encontramos na análise dos contextos de conjugalidade, internamente diferenciados em várias dimensões, onde, por exemplo, o género tende a traduzir-se em "fazeres" e "quereres" e também em "dizeres" diversos.

Em síntese, se aqui se procurou dar relevo a dimensões teóricas das perspectivas sobre o casamento e a mudança susceptíveis de operacionalização na pesquisa sobre a conjugalidade, irá deixar-se para outras publicações o

debate substantivo sobre o que realmente mudou, neste âmbito, no caso português.

CONCLUSÕES

No decurso dos últimos 100 anos foram elaboradas propostas centrais sobre a conjugalidade e as transformações na família, posições que se retomaram e discutiram ao longo destas páginas. Esse exercício permitiu concluir como Durkheim, e até Simmel, previram as principais tendências de evolução da família e do casamento que vieram efectivamente a verificar-se no decurso do século XX. Livre escolha do cônjuge como critério necessário de êxito do casamento, acentuada conjugalização da família, democratização das relações familiares entre pais e filhos, igualdade entre os cônjuges, eis os principais traços caracterizadores do casamento a partir dos anos 50 e 60. O que certamente pareceria no início do século aos contemporâneos ocidentais de Durkheim simples miragem, tornou-se numa prática ou, pelo menos, num ideal, que todos afirmam aceitar.

Mas seria bem mais difícil de prever há 100 anos, em contrapartida, os efeitos que acabaram por se impor, nos últimos 40 anos do século XX e que resultaram da progressiva afirmação da democracia e da igualdade no território da família. A centralidade das relações afectivas, valorizando a importância das relações familiares e conjugais para o bem-estar individual, traduziu-se, igualmente, na aceitação da procura de caminhos mais individuais. Uma das suas manifestações foi a recusa de manter a instituição do casamento sempre que as situações se mostram consistentemente insatisfatórias.

Assim, além de os indivíduos pesarem bem mais do que as coisas, como previa Durkheim, a valorização dos direitos individuais implicou a perspectiva que considera a saúde da instituição familiar dependente do bem-estar dos seus participantes. O que corresponde, por seu turno, a acentuar os valores intrínsecos da relação. Claro que convivem diferentes modalidades de viver e de encarar a conjugalidade e diversos tipos de centramento na relação familiar. Mas tal diversidade não põe em causa a tendência central que é afirmada como ideal pela grande maioria.

A afirmação dessa tendência, muito embora relacionada com diversos

factores de recomposição socioeconómica esteve também directamente relacionada com a chamada questão feminina, ou seja, com o processo que se designou de passagem da realidade de uma mulher-natureza à de uma mulher-indivíduo. Na verdade, só com a suposição, ao menos no plano ideológico, de uma mulher autónoma e não dependente do parceiro conjugal para a sobrevivência económica, se pode pensar na verdadeira democracia e individualização no contexto da família.

Não era ainda obviamente esse o modelo que Durkheim defendia, manifestando o autor sérias dificuldades em avaliar as profundas transformações necessárias para que isso ocorresse. Anteviu-as, em todo o caso. Eram problemas difíceis de pensar nessa época mesmo para quem, como o sociólogo francês, defendia a regra de explicar o social pelo social. Na verdade, em relação às mulheres, ele acabou por tentar explicar atitudes, práticas e destinos como consequência de determinada morfologia física e de dados de uma pretensa biologia, estribada em medições de crânios, tamanhos de esqueletos e de cérebros.

Nem mesmo 50 anos mais tarde, quando com Parsons a sociologia da família reencontra novo esplendor, se ultrapassa esse desvio que devolvia das mulheres uma imagem de menorização, infantilização e dependência. Claro que é a partir dos interesses da família, das crianças e dos homens que, no modelo parsoniano, se define o papel das mulheres na sociedade e se procura glorificar esse lugar, considerando-o fonte fundamental de todas as gratificações. Mas não foi assim que elas sentiram e experimentaram o papel que então lhes era oficialmente atribuído, como os anos 70 vieram a demonstrar e o próprio Parsons parece também ter pressentido, de resto.

As reflexões sobre as ambiguidades e tensões associadas a tais papéis, bem reveladas pelo movimento feminista, muito embora tenham ocorrido fora do campo da sociologia da família, rapidamente encontram eco em investigação conduzida nesse domínio. O movimento criado implicou uma ruptura nas práticas e representações, mas traduziu-se também numa ruptura teórica e epistemológica. Claro que houve autores, como Goode, por exemplo, que já antes tinham reflectido de forma diferente da do modelo parsoniano, mostrando-se mais atentos a aspectos que Parsons deixava na sombra. Mas a influência de Parsons foi tão forte que, mesmo já quando as disfuncionalidades das suas propostas se tornavam óbvias, a elas frequentemente se regressava. Só mais tarde, a partir de quadros teóricos alternativos, se viria a pensar as relações familiares e a questão feminina de modo mais adequado.

Revelou-se assim de grande utilidade este regresso aos clássicos. O percurso de um século permitiu ganhar perspectiva analítica, procurando focar ainda grandes momentos de viragem. Na verdade, ignorar a história da disciplina e os autores precedentes só pode traduzir empobrecimento, na medida em que se deixa de situar o trabalho novo no *continuum* de perguntas, respostas e novas perguntas que definem e dão sentido ao processo científico. Não

se pode perder de vista, em todo o caso, que o referente realidade social se move e transfigura de forma permanente e rápida.

Como não será de estranhar, neste recurso ao passado verificou-se com frequência que as propostas de explicação teórica dos autores para certo domínio da realidade não tinham, ou não tinham já, adequação suficiente. Foi obviamente mais fácil verificar estas coincidências e descoincidências quando os autores eram mais distantes e mais tempo de “realidade social” nos separava, já que se clarificaram entretanto as distinções entre o se verificou e o que não ocorreu ou ocorreu de maneira diferente. Tanto em relação aos autores como às suas propostas não se pode, assim, ao contrário de algumas tentativas do passado, admitir que tudo se aceita ou tudo se repete.

Mas temas novos ganharam nos últimos anos estatuto de maior visibilidade. É o caso das relações afectivas, e especificamente das relações amorosas, que não tinham constituído objecto de análise suficientemente generalizado ao nível da sociologia. Também essa ausência sugeriu reflexão, interpretando-a como produto de condicionamentos teóricos felizmente ultrapassados no presente. Na verdade, é hoje difícil de conceber que uma dimensão tão central na vida dos indivíduos, dimensão criadora de realidades novas e fundamental na própria reprodução da vida em sociedade, pudesse estar tanto tempo arredada como objecto de análise.

Certo tipo de ideias, associadas logicamente a certas condições sociais, marcaram o século XIX e o século XX ao ponto de revolucionar os códigos e as regras da instituição casamento. A análise do surgimento do amor romântico e da sentimentalização da infância revelam esse poder contagiante de certos temas que mudaram as maneiras de sentir e de fazer. Além de se ter vencido o eventual receio de invasão de fronteiras disciplinares das ciências sociais, foi, no plano teórico, o fim do império das lógicas mutuamente exclusivas — ou se presta atenção às ideias, ou aos condicionamentos objectivos — que tornou possível olhar para a temática da afectividade e do amor do lugar da sociologia.

O papel de contágio de certas ideias tornou-se também visível a partir de reflexão sobre a chamada questão feminina. Não se pode esquecer, ao referir o conjunto de processos sociais que estão envolvidos nas mudanças que ocorreram quanto ao estatuto das mulheres, as vozes femininas que, de meados do século XIX ao início do século XX, numa primeira fase, e depois dos anos 70, numa segunda, foram denunciando injustiças, reclamando direitos, mostrando as disfuncionalidades, ambiguidades e contradições dos limitados papéis que lhes eram concedidos. Como ignorar que foi essa luta contra o desperdício de talento de metade da humanidade, a tornar possível que as mulheres acabassem o século, no mundo ocidental, em vantagem relativa aos homens em termos de formação e ensino, quando o tinham começado na mais absoluta das desvantagens?

Claro que pôr em prática tais ideias exigiu o surgimento de

oportunidades e condicionamentos sociais específicos. O que sempre existe é a cumplibilidade entre ideias e condições sociais, impulsionando as primeiras as segundas, permitindo as segundas que as primeiras sejam postas, ao menos parcialmente, em prática.

Autores pouco atentos à mudança e mais aos problemas dos constrangimentos à acção, bem como à reprodução social, tendem a esquecer estas cumplibilidades. Ora, se é evidente que nos processos de emancipação feminina, que ainda prosseguem, são reconhecíveis sinais de antigos condicionamentos, a verdade é que é impossível olhar para o século XX sem reconhecer a profunda transformação que a situação das mulheres conheceu e que a questão feminina introduziu. Vale então a pena perguntar que sociólogos previram tais mudanças.

O assunto ficou discutido com as referências às premonições de Parsons, às verdadeiras previsões de Goode. Mas será que Bourdieu, por exemplo, tão hábil a mostrar como se mantêm os condicionamentos que permitem a continuidade da dominação masculina, teria sido capaz de prever as mudanças no estatuto das mulheres que ele próprio reconhece, hoje, terem existido? A partir do seu quadro teórico e de todas as suas já demonstradas capacidades heurísticas, seria possível pensar e prever tais transformações? Provavelmente não. Trata-se, em contrapartida, de um quadro teórico especialmente eficiente para iluminar algumas das raízes da discriminação feminina e das dificuldades do processo de emancipação. É também certo, em todo o caso, que outras perspectivas, mais abertas à problemática da mudança, não foram ainda assim capazes de prever tais processos de transformação.

A disputa entre o que mudou e o que permanece quanto à situação das mulheres é também tema recorrente, sobretudo quanto mais nos aproximamos dos juízos no plano ideológico. Os argumentos em debate normalmente resumem-se aos que acham que não se percebe "o que é que elas querem", visto que tudo está já consignado no plano dos direitos e os que, à força de demonstrarem como se mantêm discriminações e injustiças, tendem a subestimar e até por vezes a negar as transformações verificadas. Acresce que normalmente não se referem temporalidades, nem se demarcam ou definem os observáveis de que se parte, pois importa mais ganhar o argumento na discussão do que analisar rigorosamente a realidade.

Com a companhia, de resto, de grande parte dos sociólogos que se têm debruçado sobre a família em Portugal, a pesquisa sobre o casamento (Torres, 2000a) confirmou a enorme plasticidade das estruturas e das estratégias familiares no acolhimento de novos modos de ser e de fazer. Mas igualmente se encontraram resistências e tensões entre o que é dito e o que é feito, que atestando as dificuldades dos processos de transição, mostram como o novo é sempre resultante de combinações e acertos. Os processos de transformação assemelham-se a trabalhos de *patchwork* cuja configuração específica importa captar a cada passo, sem esquecer também que as opções e acções voluntárias

de múltiplos actores têm resultante complexa, insusceptível de ser atribuída quer a vontades individuais, quer a uma pretensa vontade colectiva.

Provavelmente haverá assim que prosseguir o caminho de ultrapassar as perspectivas dicotomizadas e mutuamente exclusivas, apostando ainda em vencer duas preguiças. A da amnésia da génese, que elimina a cumulatividade, e a do conformismo com os quadros conceptuais preexistentes. As novas realidades exigem renovação teórica e, sobretudo, mais pesquisa.

- Barrère-Maurisson, Marie Agnès (1992), *La Division Familiale du Travail, La Vie en Double*, Paris, PUF.
- Battaglia (1984), "Employés et employées. Trajectoires professionnelles et familiales", em *Le Sexe du Travail. Structures Familiales et Système Productif* (obra colectiva), Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.
- Bawin-Légros, Bernardette (1988), *Familles, Mariage, Divorce, une Sociologie des Comportements Familiaux Contemporains*, Bruxelles, Pierre Mardaga.
- Beck, Ulrich e E. Beck-Gernsheim (1990, 1995), *The Normal Chaos of Love*, Cambridge, Polity Press.
- Becker, Gary S. (1981), *A Treatise on the Family*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.
- Berger, P. e H. Kellner (1964, 1975), "Marriage and the construction of reality", em Anderson, M. (org.) *Sociology of the Family: Selected Readings*, Harmondsworth, Penguin Education, pp. 302-323. Texto original publicado em *Diogenes*, 1964.
- Berger, P. e T. Luckmann (1966) *The Social Construction of Reality. A Treatise in the Sociology of Knowledge*, Penguin Books.
- Bertilsson, Margareta (1991), "Love's labour lost? A sociological view", em M. Fetherstone, M. Heptworth e B. Turner (org.), *The Body. Social Process and Cultural Theory*, Londres, Sage Publications, 297-324.
- Blood, Robert O. e Donald Wolfe (1960), *Husbands and Wives*, Nova Iorque, Free Press.
- Blumberg, Rae Lesser (1991), *Gender, Family, and Economy. The Triple Overlap*, Londres, Sage Publications
- Bourdieu, Pierre (1972), *Esquisse d'une Théorie de la Pratique*, Genebra, Droz.
- Bourdieu, Pierre (1972a), "Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction", *Annales*, E. S. C, n.º 24, 4-5.
- Bourdieu, Pierre (1998), *La Domination Masculine*, Paris, Éditions du Seuil (tradução portuguesa por Miguel Serras Pereira, *A Dominação Masculina*, Oeiras, Celta Editora, 1999).
- Bozon, Michel e F. Héran (1987), "La découverte du conjoint I", *Population*, 42 (6).
- Bozon, Michel e F. Héran (1988), "La découverte du conjoint II", *Population*, 43(1).
- Bozon, Michel (1990), "L'Écart d'Âge Entre Conjoints. Une Domination Consentie", *Population* 45(2).
- Bozon, Michel (1990A), "L'Écart d'Âge Entre Conjoints. Une Domination Consentie", *Population* 45(3).
- Bozon, Michel (1991) "Mariage et mobilité sociale en France", *European Journal of Population*, 7.
- Bozon, Michel (1991a), "Apparence physique et choix du conjoint", em T. Hibert e L. Roussel, *La Nuptialité: Évolution Récente en France et Dans les Pays Développés*, INED, *Congrès et Colloques*, n.º 7.
- Bozon, Michel (1991b), "La nouvelle place de la sexualité dans la constitution du couple", *Sciences Sociales et Santé*, (IX) 4.
- Bozon, Michel (1992), "Sociologie du rituel du mariage", *Population*, 2.

- Brown, Robert, (1987), *Analysing Love*, Cambridge University Press, Cambridge Studies in Philosophy.
- Burgess, Ernest, M. J. Locke, M. Thomas (1960), *The Family from Institution to Companionship*, Nova Iorque, American Book.
- Cancian, Francesca M. (1987), *Love in America: Gender and Self-Development*, Cambridge University Press,
- Caplan, Pat (org.) (1987), *The Cultural Construction of Sexuality*, Londres, Tavistock Publications.
- Caradee, Vincent (1997), "De 1' amour à 60 ans", em *Approches Sociologiques de l'Intime, Mana, Revue de Sociologie et Anthropologie*, 3.
- Carreiras, Helena (1997), *Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Chaudron, M., "Sur les trajectoires sociales des femmes et des hommes. Stratégies familiales de reproduction et trajectoires individuelles", em *Le Sexe du Travail. Structures Familiales et Système Productif* (obra colectiva), Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1984.
- Commalle, Jacques (1993), *Les Stratégies des Femmes. Travail, Famille et Politiques*, Paris, La Découverte.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta Editora.
- Damásio, António (1994), *O Erro de Descartes. Emoção, Razão e Cérebro Humano*, Lisboa, Publicações Europa América.
- Delphy, Christine (1978), "Travail ménager ou travail domestique?", em Andrée Michel (org.), *Les Femmes dans la Société Marchande*, Paris, PUF.
- Delphy, Christine (1992), "A theory of marriage", em L. McDowell e R. Pringle (org.) *Defining Women. Social Institutions and Gender Divisions*, Londres, Polity Press, The Open University.
- Desrosières, Alain (1978), "Marché matrimoniale et classes sociales", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Março.
- Duncombe, Jean e Dennis Marsden (1993), "Love and intimacy: the gender division of emotion and emotion work", *Sociology*, (27) 2.
- Durkheim, Émile (1975), *Textes, Fonctions Sociales et Institutions*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Durkheim, Émile (1893, 1977), *A Divisão do Trabalho Social I*, Lisboa, Editorial Presença.
- Elias, Norbert (1969, 1973), *La Civilisation des Moeurs*, Paris, Calmann-Lévy.
- Engels, F. (1884, 1976), *A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado*, Lisboa, Editorial Presença.
- Featherstone, Mike (org.) (1998), *Theory, Culture & Society*, número especial *Love and Eroticism*, (15) 3-4.
- Fernandes, Maria Teresa Sousa (1981), *Women and the Wage Labor System. A Theoretical Approach to the Sexual Division of Labour*, dissertação de doutoramento, Brandeis University.
- Fernandes, Maria Teresa Sousa (1993), "Assimetria dos sexos e construção do mundo social na teoria de Georg Simmel", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 13.

- Ferreira, Virginia (1999), "Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53.
- Foucault, Michel (1969), *L'Archéologie du Savoir*, Paris, Éditions Gallimard.
- Frisby, David, "Introduction to Georg Simmel's 'On the sociology of the family'", em Mike Featherstone (org.) (1998), *Theory, Culture & Society*, número especial *Love and Eroticism*, (15) 3-4.
- Giddens, Anthony (1991), *Modernity and Self-Identity. Self and Society in the Late Modern Age*, Cambridge, Polity Press (tradução por Miguel Vale de Almeida, *Modernidade e Identidade Pessoal* (2.ª ed., 1.ª reimpressão), Oeiras, Celta Editora, 2001).
- Giddens, Anthony (1992), *The Transformation of Intimacy. Sexuality, Love & Eroticism in Modern Societies*, Cambridge, Polity Press (tradução portuguesa por Rosa Maria Perez, *Transformações da Intimidade: Sexualidade, Amor e erotismo nas Sociedades Modernas* (2.ª ed., 1.ª reimpressão), Oeiras, Celta Editora, 2001).
- Girard, Alain (1964), *Le Choix du Conjoint*, Paris, PUF, Travaux et Documents, Cahier n.º 44.
- Goode, William (1959), "The theoretical importance of love", *American Sociological Review*, Fevereiro.
- Goode, William (1963, 1969), *Revolução Mundial e Padrões de Família*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- Guerreiro, Maria das Dores (1994), *Famílias na Actividade Empresarial. Empresas familiares em Portugal*, dissertação de doutoramento em Sociologia, ISCTE.
- Harré, Rom (org.) (1986), *The Social Construction of Emotions*, Oxford, Basil Blackwell.
- Illouz, Eva (1998), "The lost innocence of love. Romance as a Postmodern Condition", em Mike Featherstone (org.), *Theory, Culture & Society*, número especial *Love and Eroticism*, (15) 3-4.
- Jackson, Stevi (1993), "Even Sociologists fall in love: an exploration in the sociology of emotions", *Sociology*, (27) 2.
- Johnson, Miriam (1989), "Feminism and the theories of falcott parsons", em Ruth Wallace (org.), *Feminism and Sociological Theory*, Newbury Park, Sage Publications.
- Kaufmann, Jean Claude (1988), *La Chaleur du Foyer. Analyse du Repli Domestique*, Paris, Meridiens Klincksieck.
- Kaufmann, Jean Claude (1992), *La Trame conjugale. Analyse du Couple par Son Linde*, Paris, Nathan.
- Kaufmann, Jean Claude (1993), *Sociologie du Couple*, Paris, PUF.
- Kaufmann, Jean Claude (1997), *Le Coeur à l'Ouvrage. Théorie de l'Action Ménagère*, Paris, Nathan.
- Kellerhals, Jean et al. (1982), *Mariages au Quotidien — Inégalités Sociales, Tensions Culturels et Organisation Familiale*, Lausanne, Ed. Pierre Marcel Favre.
- Kellerhals, Jean e P. Trutot (1982a) "Divorce et modèles matrimoniaux — quelques figures pour une analyse des règles d'échanges", *Revue Française de Sociologie*, XXIII.
- Kellerhals, Jean et al. (1984), *Microsociologie de la Famille*, Paris, PUF, Que sais-je?
- Kellerhals, Jean, (1985), "Statut social, projet familial et divorce: une analyse longitudinale des ruptures d'union dans une promotion de mariage", *Population*, 6.
- Kellerhals, Jean (1987), "Types d'interaction conjugale", *L'Année Sociologique*, 37.
- Kellerhals, Jean e Louis Roussel (1987), "Les sociologues face aux mutations de la famille: quelques tendances de recherche 1965-1985", *L'Année Sociologique*, 37.
- Kergoat, D. (1984), "Plaidoyer pour une sociologie des rapports sociaux. De l'analyse critique des catégories dominantes à la mise en place d'une nouvelle conceptualisation", em *Le Sexe du Travail. Structures Familiales et Système Productif* (obra colectiva), Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.
- Leandro, Engrácia (1995), *Famílias Portugais Projets et Destins*, Paris, CEMMI / L'Harmattan.
- Leandro, Engrácia e C. Leite (1996), "Identidades femininas em contexto migratório", *Identidades Multiculturais Novas Faces, Outros Olhares*, Lisboa, Edições ICS, pp. 175-189.
- Le Gall, Didier (1992), "Seconds amours. Aimer la raison?", *Revue Internationale d'Action Communautaire Sociologique*, 27/67.
- Lindholm, Charles (1998), "Love and structure", em Mike Featherstone (org.), *Theory, Culture & Society*, número especial *Love and Eroticism*, (15) 3-4.
- Lobo, Cristina (1994), *Processos de Reconstrução Familiar: Estratégias e Trajetórias nas Famílias Recompuestas*, dissertação de mestrado em Sociologia, Lisboa, ISCTE.
- Lorber, Judith e S. Farrel, (orgs.) (1991), *The Social Construction of Gender*, California, Sage Publications.
- Lourenço, Nelson (1991), *Família Rural e Indústria. Mudança social na região de Leiria*, Lisboa, Fragmentos.
- Luhmann, Niklas (1986), *Love as Passion. The Codification of Intimacy*, Cambridge, Polity Press.
- Machado, Fernando L. e A. Firmínio da Costa, "Processos de uma modernidade inacabada. Mudanças estruturais e de mobilidade social", em J. M. Leite Viegas e A. Firmínio da Costa (orgs.) *Portugal, que Modernidade?*: Oeiras, Celta Editora, 1998.
- Madowell, Linda e Rosemary Pringle (orgs.) (1992), *Defining Women, Social Institutions and Gender Divisions*, Londres, Polity Press.
- Madowell, Linda (1992), "Gender divisions in a post-Fordist era: new contradictions or the same old story?", em Linda Madowell, e Rosemary Pringle (orgs.), *Defining Women, Social Institutions and Gender Divisions*, Londres, Polity Press.
- Martin, Claude (1996), "Lien familial et intégration", em F. de Singly, et al., *La Famille en Questions. État de la Recherche*, Paris, Syros, Institut de l'enfance et de la famille.
- Meillassoux, Claude, *Mulheres, Celeros e Capitais*, Porto, Afrontamento, 1977
- Merton, Robert, *Social Theory and Social Structure*, Nova Lorque, Free Press, 1968.
- Meyer, Joan (1991) "Power and Love: conflicting conceptual schemata", em K. Davis, M. Leijenaar, J. Oldersma, *The Gender of Power*, Londres, Sage Publications.
- Michel, Andrée, (org.) (1970), *La Sociologie de la Famille*, Paris, École Pratique de Hautes Études and Mouton.

- Michel, Andrée, (org.) (1978), *Les Femmes dans la Société Marchande*, Paris, PUF.
- Michel, Andrée (1983), *Sociologia da Família e do Casamento*, Lisboa, Rés editora, (tradução s/ data, 1.ª edição, 1972, 2.ª edição 1978).
- Morgan, J. (1978), "Aspects quantitatifs de la production non marchande dans les familles américaines", em Andrée Michel, *Les Femmes dans la Société Marchande*, Paris, PUF.
- Oakley, A. (1974), *Housewife*, Londres, Allen and Unwin.
- Osmond, Marie Withers (1987), "Radical-critical theories", em Marvin B. Sussman, Suzanne K. Steinmetz, (orgs.), *Handbook of Marriage and the Family*, Nova Iorque, Plenum Press.
- Parsons, Talcoth e Robert Bales (1956, 1968), *Family, Socialization and Interaction process*, Londres, Routledge & Kegan Paul.
- Parsons, Talcoth, "A estrutura social da família" (1971, 1949), em Ruth Ashen (org.), *A Família sua Função e Destino*, Lisboa, Edições Meridiano.
- Paz, Octávio (1995), *A Chama Dupla. Amor e Erotismo*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- Phillips, Anne (1992) "Classing the women and gendering the class" em L. Macdowell e R. Pringle (orgs.), *Defining Women, Social Institutions and Gender Divisions*, Londres, Polity Press.
- Pinto, José Madureira (1991), "Considerações sobre a produção social de identidade" *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32, 217-231.
- Roussel, Louis (1989), *La Famille Incertaine*, Paris, Odile Jacob.
- Scanzoni, John (1983), *Shaping Tomorrow's Family*, California, Sage Publications.
- Schwartz, Olivier (1990), *Le Monde Privé des Ouvriers. Hommes et femmes du Nord*, Paris, PUF.
- Segalen, Martine (1993), *Sociologie de la Famille*, Paris, Armand Colin, 3.ª edição.
- Shorter, Eduard (1975), *Naissance de la Famille Moderne*, Paris, Éditions du Seuil.
- Simmel, Georg (1969), *Cultura Feminina*, Alfragide (Damaiá), Galeria Panorama.
- Simmel, George (1988), *Philosophie de l'Amour*, Paris, Petite Bibliothèque Rivages.
- Simmel, Georg (1998), "On the Sociology of the family", em Mike Featherstone (org.), *Theory, Culture & Society*, número especial *Love and Eroticism*, (15) 3-4.
- Singly, François de (1984), "Les manoeuvres de séduction", *Revue Française de Sociologie*, (XXV) 523-559.
- Singly, François de (1984a), "Accumulation et partage des ressources conjugales", em *Sociologie du Travail*, 3-84.
- Singly, François de (1987), *Fortune et Infortune de la Femme Mariée. Sociologie de la Vie Conjugale*, Paris, PUF.
- Singly, François de (1987a), "Théorie critique de l'homogamie", *L'Année Sociologique*, 37.
- Singly, François de (1991), "Les relations conjugales", em F. de Singly (org.), *La Famille. L'État des Savoirs*, Paris, Éditions La Découverte.
- Singly, François de (1993), *Sociologie de la Famille Contemporaine*, Paris, Nathan.
- Singly, François de, et al. (1996), *Le Soi, le Couple et la Famille*, Paris, Nathan.
- Singly, François de et al. (1996a), "L'amour et l'affection un nouvel objet sociologique", em F. de Singly, *La Famille en Questions, État de la Recherche*, Paris, Syros, Institut de l'enfance et de la famille.